

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL –
MESTRADO E DOUTORADO
ÁREA DE CONCENTRAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

Wilson Junior Weschenfelder

**PERCEPÇÃO ECOTURÍSTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ECOTURISMO DA REGIÃO SERRANA DO
MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS – BRASIL.**

Santa Cruz do Sul, Março de 2009

Wilson Junior Weschenfelder

**PERCEPÇÃO ECOTURÍSTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ECOTURISMO DA REGIÃO SERRANA DO
MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS – BRASIL.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Orientador: Prof^o Dr. Mario Riedl

Santa Cruz do Sul, Março de 2009

Wilson Junior Weschenfelder

**PERCEÇÃO ECOTURÍSTICA: UMA CONTRIBUIÇÃO AO
DESENVOLVIMENTO LOCAL DO ECOTURISMO DA REGIÃO SERRANA DO
MUNICÍPIO DE VENÂNCIO AIRES, RS – BRASIL.**

Esta Dissertação foi submetida ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, Área de Concentração em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul – UNISC, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Dr. Mario Riedl

Professor Orientador

Dr. Jalcione Pereira de Almeida

Dra. Ângela Cristina Trevisan Felippi

*Aos que acreditam que o desenvolvimento é
aquele que, antes de tudo, busque uma vida
melhor respeitando a Natureza.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos que, direta ou indiretamente, me auxiliaram com suas informações e conhecimento para o desenvolvimento deste estudo e:

Ao professor orientador Dr. Mário Riedl por sua dedicação e auxílio;

À minha família e minha namorada pela paciência e compreensão;

Aos moradores que me receberam de braços abertos em suas residências.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – Mestrado e Doutorado, pelos ensinamentos e amizade.

Também agradeço a CAPES - Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - pela concessão da bolsa de estudos.

RESUMO

A região serrana do município de Venâncio Aires, RS, tem como sua principal base produtiva o tabaco. Além do êxodo rural, a possibilidade do desenvolvimento de outras atividades agrícolas também não é favorecida por causa do relevo muito acentuado. Apesar de algumas intervenções para desencadear um processo de organização e capacitação em Ecoturismo, a região ainda se manteve estática frente a esta atividade. Para tal, foi definida a hipótese sobre o nível de percepção dos moradores da região serrana do município de Venâncio Aires, RS, é compatível com as atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo. Conseqüentemente, o projeto teve como objetivos verificar o nível de percepção dos moradores da região de estudo, se este nível de percepção seria compatível para a implantação de atividades de Ecoturismo e quais seriam os fatores que colaboram ou inviabilizam o desenvolvimento do Ecoturismo na região. Para o desenvolvimento dos procedimentos para a determinação do nível de percepção dos moradores, foram realizadas visitas às residências para entrevista com os moradores. Como não há informação acerca do nível de percepção ecoturística dos moradores da região, até mesmo porque a denominação “percepção ecoturística” é inovadora por este projeto, optou-se pela elaboração de um formulário com base em estudos de percepção ambiental desenvolvidos em diversos projetos de cunho ambiental, sendo denominado de Formulário de Percepção Ecoturística – FPE. A coleta de dados se deu de forma voluntária, utilizando o método de comunicação não disfarçada, onde o FPE foi aplicado a uma amostra de 108 moradores. Os dados coletados foram analisados e valorados com a utilização dos softwares SPSS (*Statistical Package for Social Science*) e EXCEL (*Microsoft Office Excel*). Para esta amostra, analisado as questões que determinam a percepção ecoturística, encontramos um percentual de 84,259% de acertos (relação positiva benéfica ao Ecoturismo) sendo este valor atribuído à Percepção Ecoturística. Este valor confirma a hipótese e demonstra que os moradores possuem hábitos e comportamentos compatíveis com os princípios do Ecoturismo. Assim, entendido que a “Percepção Ecoturística” pode apontar tendências, hábitos e comportamentos específicos sobre esta temática, também pode apontar novas alternativas para o desenvolvimento regional e para a construção de novas cadeias de produtos e serviços ligados ao Ecoturismo.

Palavras-chave: percepção ecoturística, Desenvolvimento Sustentável, ecoturismo, Venâncio Aires.

ABSTRACT

The mountain region of Venâncio Aires, RS, has its main production based on tobacco. Besides rural evasion, the possibility of developing other agricultural activities is not favored due to its steep topography. Despite some interventions to trigger a process of organization and training in Ecotourism, this region is still stagnant concerning this activity. Thus, in order to understand this process, this investigation has sought information on what is the residents' perception level regarding the Ecotourism development and their attitude related to environmental issues. Thus, the hypothesis on the mountain region of Venâncio Aires, RS residents' perception level was determined, it is consistent with the activities developed by Ecotourism. Consequently, the project aimed to confirm the residents' perception level of the region of the study, to verify whether this perception level would be consistent in order to implement Ecotourism activities and what aspects cooperate or make the development of Ecotourism impossible in the region. For the development of procedures for determination of the residents' perception level, the residents were visited for interviews at their homes. Since there is no information on the region residents' ecotourism perception level, and the term "ecotourism perception" is innovative for this project, a formulary was built based on studies of environmental perception developed for several projects of environmental basis, which was named Ecotourism Perception Formulary – FPE. The collection of data was voluntary by using the non disguised communication method, where FPE was employed to a sample number of 108 residents. The collected data were analyzed and calculated with software SPSS (*Statistical Package for Social Science*) and EXCEL (*Microsoft Office Excel*). For this sample, analyzing the issues that determine the ecotourism perception, a percentage of 84,259% of right answers (benefit positive relation to Ecotourism) was found, this number refers to Ecotourism Perception. This number validates the hypothesis and shows that the residents have habits and behavior consistent with the principles of Ecotourism. Thus, it is understood that "Ecotourism Perception" may appoint trends, habits and particular behavior on this topic, it may also appoint new alternatives for the region development and for the construction of new product chains and services linked to Ecotourism.

Key-words: ecotourism perception, sustainable development, ecotourism, Venâncio Aires.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa da região de estudo com o traçado da RS-422.....	15
Figura 2: Impactos ambientais encontrados na região.....	17
Figura 3: Mapa com as classes hipsométricas.....	18
Figura 4: Trilha prejudicada por causa da prática de queimadas	20
Figura 5: Proposta de enquadramento conceitual para o desenvolvimento da educação para a cidadania.....	26
Figura 6: Vertentes norteadoras do Desenvolvimento Regional Sustentável.....	32
Figura 7: Concepções de Sustentabilidade.....	36
Figura 8: Esquema teórico do processo perceptivo.....	41
Figura 9: Turismo alternativo.....	47
Figura 10: Princípios básicos do Ecoturismo.....	51
Figura 11: Sítios arqueológicos na região de estudo.....	54
Figura 12: Cascatas encontradas na região serrana com potencial para o Ecoturismo	55
Figura 13: A paisagem como atrativo natural ao Ecoturismo	59
Figura 14: Mapa de localização dos pontos de pesquisa.....	61
Figura 15: Plotagem dos pontos de amostragem anulados.....	62
Figura 16: Definição da amostra a ser pesquisada	63
Figura 17: Plotagem das residências pesquisadas na área do estudo	64
Figura 18: Desenho esquemático da extração e análise dos dados.....	67
Figura 19: Sistemática da pesquisa comparado aos valores do FPE.....	68
Figura 20: Gráfico da distribuição da idade dos entrevistados em agrupamentos.....	69
Figura 21: Gráfico da distribuição dos moradores nas respectivas localidades.....	70
Figura 22: Gráfico da distribuição do sexo	71
Figura 23: Gráfico da distribuição da profissão	71
Figura 24: Gráfico da distribuição do nível de escolaridade.....	72
Figura 25: Frequências observadas na dimensão Ecoturismo.....	73
Figura 26: Frequências observadas na dimensão Impactos Ambientais.....	76
Figura 27: Frequências observadas na dimensão Meio Biótico.....	80
Figura 28: Frequências observadas na dimensão Meio Abiótico.....	82
Figura 29: Frequências observadas na dimensão Viabilidade Turística.....	84
Figura 30: Percentual das respostas referente aos potenciais naturais	85

Figura 31: Locais mais citados como potencial natural para atividades do Ecoturismo.....	86
Figura 32: Percentual das respostas referente às dificuldades.....	88
Figura 33: Percentual da valoração por dimensão.....	90
Figura 34: Cruzamento da idade com a valoração geral do FPE.....	91
Figura 35: Cruzamento do sexo com a valoração geral do FPE.....	91
Figura 36: Cruzamento da profissão com a valoração geral do FPE.....	92
Figura 37: Cruzamento do nível de instrução com a valoração geral do FPE.....	92
Figura 38: Frequência observada da Percepção Ecoturística.	93
Figura 39: Reportagem os potenciais naturais da região.....	109
Figura 40: Capa do folder sobre atividades de Ecoturismo em Linha Sete Léguas.....	110
Figura 41: Verso do folder sobre atividades de Ecoturismo em Linha Sete Léguas.....	111
Figura 42: Benefícios e desvantagens do turismo.....	112
Figura 43: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 1).....	113
Figura 44: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 2).....	114
Figura 45: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 3).....	115
Figura 46: Mapa de alguns potenciais naturais na região de estudo.....	116
Figura 47: Mapa de conexão dos potenciais naturais mais citados.....	118

LISTA DE TABELAS

Tabela 1: Participação da cultura de tabaco no Valor Bruto de Produção	16
Tabela 2: Demonstrativo do decréscimo da população rural do município de Venâncio Aires	16
Tabela 3: Princípios do ecodesenvolvimento baseado no Desenvolvimento Sustentável.....	33
Tabela 4: Dimensões abordadas pelo Formulário de Percepção Ecoturística (FPE).	66
Tabela 5: Valores encontrados nos Formulários de Percepção Ecoturística.	89

LISTA DE ABREVIATURAS

Afubra	Associação dos Fumicultores do Brasil
CF	Constituição Federal
Conama	Conselho Nacional de Meio Ambiente
CNM	Confederação Nacional dos Municípios
Daer	Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem
Embratur	Empresa Brasileira de Turismo
EXCEL	Microsoft Office Excel
FAT	Fundo de Amparo ao Trabalhador
FPE	Formulário de Percepção Ecoturística
ICE	Instituto Capixaba de Ecoturismo
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
Planflor	Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador
RS	Rio Grande do Sul
Sebrae	Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SPSS	Statistical Package for Social Science
SMICT	Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo
Unesco	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
Unisc	Universidade de Santa Cruz do Sul
VRP	Vale do Rio Pardo

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1 CIDADANIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA	22
1.1 Um processo de ensino-aprendizagem com vistas à sustentabilidade.....	23
1.2 A questão ambiental e os movimentos ecológicos	27
1.3 Desenvolvimento Sustentável e qualidade de vida.....	28
1.4 Desenvolvimento local e endógeno	35
2 PERCEPÇÕES: AS RELAÇÕES HUMANAS COM O MEIO AMBIENTE	39
2.1 A percepção ambiental	39
2.2 Percepção Ecoturística.....	42
3 TURISMO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO, POTENCIAL PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL	44
3.1 Turismo como base do crescimento econômico.....	44
3.1.1 Potencial Turístico e a Sustentabilidade.....	44
3.1.2 A importância do planejamento do Turismo	45
3.1.3 Turismo Alternativo: adaptando as atividades ao ambiente.....	46
3.1.4 O turismo rural e o desenvolvimento das comunidades.....	48
3.1.5 O Ecoturismo como uma nova ferramenta para a diversificação de renda	50
3.2 Caracterização e o potencial natural do município de Venâncio Aires.....	53
3.2.2 O Ecoturismo como vetor de crescimento.....	57
4 METODOLOGIA DO ESTUDO	60
4.1 Procedimento de campo	60
4.2 Amostragem e Pesquisa.....	62
4.3 Instrumento de coleta de dados da Percepção Ecoturística	65
4.4 Aplicação e análise do Formulário de Percepção Ecoturística.....	67
4.5 Sistemática da pesquisa	68

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	69
5.1 Análise dos dados do Formulário de Percepção Ecoturística.....	69
5.1.1 Informações referentes aos dados de identificação	69
5.1.2 Questões da dimensão Ecoturismo	72
5.1.3 Questões da dimensão Impactos Ambientais	75
5.1.4 Questões da dimensão Meio Biótico	78
5.1.5 Questões da dimensão Meio Abiótico	81
5.1.6 Questões da dimensão Viabilidade Turística	83
5.1.7 Questões sobre a informação local	85
5.2 Valoração do Formulário de Percepção Ecoturística - FPE	89
5.3 Cruzamento dos dados.....	90
5.4 Definição da Percepção Ecoturística	93
6 CONCLUSÃO.....	95
REFERÊNCIAS	98
ANEXO A – Reportagem da reunião sobre o estudo dos potenciais naturais da região.....	109
ANEXO B – Folder elaborado para o Ecoturismo.....	110
ANEXO C – Benefícios e desvantagens do Turismo.....	112
ANEXO D – Algumas atividades turísticas em ambientes naturais	113
ANEXO E – Mapa da região serrana com a localização de alguns potenciais naturais para as atividades do Ecoturismo.....	116
ANEXO F – Formulário de Percepção Ecoturística.....	117
ANEXO G – Principais potenciais naturais citados	118

INTRODUÇÃO

O primeiro registro de posse de terras na região onde se encontra o município de Venâncio Aires foi realizado em nome de Francisco Machado Fagundes da Silveira no ano de 1762, recebendo a denominação de Faxinal dos Fagundes, sendo a primeira denominação do povoado formado pela família Fagundes.

A denominação Faxinal dos Fagundes se manteve até 8 de abril de 1884 quando foi elevado a Freguesia de São Sebastião Mártir. Em 11 de maio de 1891 acontece a instalação do município de Venâncio Aires.

A partir de 1856, chegam os primeiros imigrantes alemães através do porto de Vila Mariante, localizado no Rio Taquari. Com a chegada dos imigrantes alemães teve início a colonização da área de terras do sesmeiro e coronel Antônio Joaquim da Silva Mariante, que havia transformado parte de suas terras em uma colônia (VOGT, 2005). Entre 1856 e 1900, foram criados dez núcleos colonizadores em terras que iriam compor o município de Venâncio Aires a partir de 1891 (FOLHA DO MATE, 2008).

A colonização do município de Venâncio Aires, segundo Dick (1999, p. 28), “tinha progredido a passos gigantescos. Todas as picadas já há muito tempo estavam abertas – para citar apenas as mais próximas: Santa Emília, 1866; Arroio Bonito, 18...; Sampaio, 1875; Boa esperança, 18...; Santo Antônio, 18... (3)”. Linha Isabel teve sua fundação em 1873.

Segundo Vogt (2005), a mais significativa parcela de imigrantes de colonos alemães radicou-se no lado oeste do município procedendo à colonização da Encosta do Planalto Meridional.

Esta região, mais especificamente a região do terceiro Distrito de Venâncio Aires, criado em 14 de fevereiro de 1925 pelo intendente Thomaz José Pereira Júnior, recebeu os primeiros imigrantes alemães, vindos da Boêmia, que ocuparam 12 lotes da região (FOLHA DO MATE, 2007a).

Para conectar o terceiro distrito com o primeiro (a vila de Venâncio Ayres) e o segundo (porto de Mariante), em meados de 1910 foi aberta a “Estrada da Serra”, para facilitar o movimento das carroças puxadas por bois e mulas que desciam a Serra carregadas com erva-mate, fumo, madeira, especialmente toras de pinhos. Os carreteiros e carroceiros retornavam com mantimentos, como sal, querosene e tecidos (FOLHA DO MATE, 2007a).

A “Estrada da Serra”, futuramente denominada de RS-422, é a principal estrada de ligação entre as comunidades do terceiro Distrito. Esta estrada tem início em Venâncio Aires, seguindo por Boqueirão do Leão, sendo considerada uma das estradas mais antigas do Estado para subir a Serra Geral e de extrema importância regional, pois era a única via de comunicação e transporte da região de Porto Alegre com as Missões no início do século passado.

No final de década de 1960, com a construção da BR-386, decretou-se o início da decadência da região, pois o movimento de caminhões, ônibus e automóveis foi desviado para a parte alta do Vale do Taquari (FOLHA DO MATE, 2007a). Neste período, época do Regime Militar, a RS-422 teve outra função: era muito utilizada para “manobras do Exército Brasileiro” (RODRIGUES, 2007). Esta estrada, que também escoava a produção da região serrana, não é asfaltada, o que impede e impossibilita novos investimentos e, conseqüentemente, o desenvolvimento de novas fontes de geração de renda para os moradores.

Atualmente, a RS-422 é alvo de protestos por estar praticamente abandonada pelo Departamento Autônomo de Estradas e Rodagem (DAER) do Rio Grande do Sul e, mesmo após muitos anos de promessas, somente alguns quilômetros foram pavimentados. Isto se deve pela importância que esta rodovia possui para a região e para as 15 grandes comunidades rurais: Linha Brasil, Linha Lucena, Linha Madalena, Linha Isabela, Linha Sexto Regimento, Vila Deodoro, Linha Silva Tavares, Linha Cipó, Linha Leonor, Linha Cachoeira Baixa, Linha América, Linha Julieta, Linha Cachoeira, Linha Marmeleiro e Linha Datas, que totalizam em torno de 3.467 moradores (GAZETA DO CHIMARRÃO, 1998). (Figura 1).



Figura 1: Mapa da região de estudo com o traçado da RS-422 (em vermelho) e a localização das comunidades do terceiro Distrito.

Fonte: Elaborado pelo autor na base cartográfica do Laboratório de Geoprocessamento da Unisc.

A região serrana tem como sua principal base de produção o tabaco, seguido pela agricultura de subsistência, que é a “produção doméstica não descrita exatamente como produção para uso, isto é, para o consumo direto. As famílias também podem produzir para troca, assim conseguindo indiretamente o que precisam” (SAHLINS, 1970, p. 118, citado por GRISA e SCHNEIDER, 2008, p. 3).

No entanto o tabaco, como principal produto agrícola (IBGE, 2006), também colabora para o empobrecimento e a geração de doenças nas famílias envolvidas no plantio e beneficiamento (UN ECOSOC, 2006, citado por ALMEIDA, 2008b), como também, a necessidade do uso de agrotóxicos tem gerado uma alta incidência de suicídio entre os trabalhadores rurais (HERCULANO, 2002).

Concomitantemente, com a futura redução global da demanda de tabaco, a renda e a qualidade de vida poderá se acentuar, embora a Convenção-Quadro não preveja a proibição da plantação de tabaco, mas a obrigatoriedade de sua substituição por outros cultivos (GAZETA DO SUL, 2005, citado por SILVA e FERREIRA, 2006).

O tabaco no Vale do Rio Pardo - VRP é uma das atividades mais importantes (COREDE, 1998) (Tabela 1). No VRP, esta atividade representa cerca de 64% do produto interno (ETGES *et al*, 2002), concentrando 41,85% da população no meio rural que se dedica essencialmente à produção do tabaco (KARNOPP, 2003, p. 137). Segundo Karnopp (2003), um levantamento realizado pela Associação dos Fumicultores do Brasil – AFUBRA, em 2000, detectou no Vale do Rio Pardo 21.540 propriedades rurais que produzem tabaco, ocupando 31.750 famílias que trabalham diretamente nesta atividade.

Tabela 1: Participação da cultura de tabaco no Valor Bruto de Produção (VBP), População Rural e Índice de Desenvolvimento Humano – em municípios selecionados do Rio Grande do Sul.

Município	Safrade Tabaco (2005)			% da Pop. Rural dedicada ao tabaco	IDH	Classif. IDH
	Produção (toneladas)	VBP	% do tabaco no VBP			
Boqueirão do Leão	8.200	31.627	92,0	80,6	0,752	372
Sinimbu	9.870	37.753	90,4	88,3	0,759	348
Barros Cassal	7.920	26.532	89,2	71,4	0,695	463
Vale do Sol	13.200	50.582	85,7	93,2	0,759	347
Vera Cruz	10.600	37.694	81,3	53,5	0,791	213
Santa Cruz do Sul	16.131	67.347	79,0	12,9	0,817	87
Venâncio Aires	25.000	88.900	77,9	40,9	0,792	211
Candelária	23.100	94.133	77,2	53,2	0,757	357
Gramado Xavier	5.000	17.515	93,7	89,6	0,749	381

Fonte: IBGE, Produção Agrícola Municipal, 2005; IBGE, Censo Demográfico, 2000; citado por Brasil (2007).

Em Venâncio Aires, com a aceleração da urbanização nas décadas de 1980 e 1990, acentuou-se o êxodo rural na região de estudo (Tabela 2), mantendo-se somente a população mais idosa e alguns familiares que se mantiveram na produção do tabaco. Os jovens, que muitas vezes se direcionavam à cidade para estudar e para buscar melhores condições econômicas, acabaram trabalhando nas fábricas de calçados e como safristas¹ nas indústrias do tabaco, não mais retornando para o berço familiar.

Tabela 2: Demonstrativo do decréscimo da população rural do município de Venâncio Aires.

	1970	1980	1991	2000	Decréscimo (%)
Feminina	16.022	15.375	14.239	12.059	-24,7347
Masculina	16.494	16.260	15.310	12.982	-21,2926
Total	32.516	31.635	29.549	25.041	-22,9887

Fonte: IBGE, Censo Demográfico (CNM, 2009).

Através deste processo, elevou-se gradativamente o êxodo² rural na região e a pressão sobre o uso do solo e sobre a extração dos recursos naturais, principalmente pela extração de madeira (Figura 2), foi sendo interrompida. Com isso iniciou-se um processo de regeneração da vegetação, fazendo com que as áreas agrícolas abandonadas fossem gradativamente sendo sucedidas por uma vegetação de maior porte, o que favoreceu alguns estudos sobre a possível potencialidade do Ecoturismo na região.

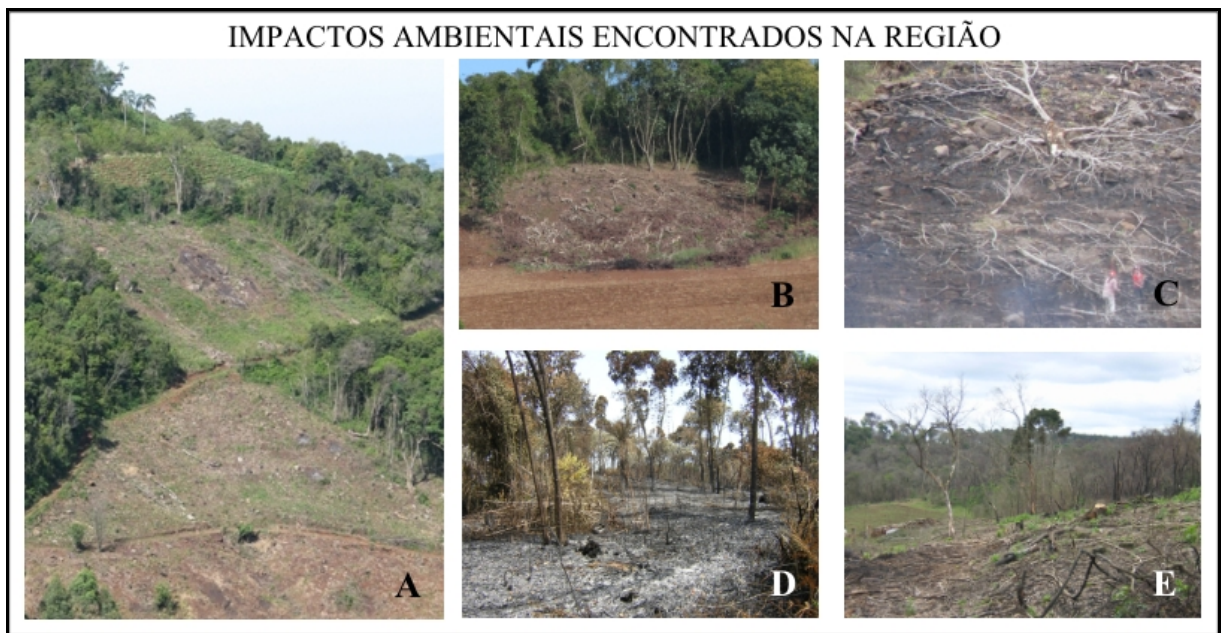


Figura 2: Impactos ambientais encontrados na região de estudo, Linha 6º Regimento (A), Linha Lucena (B), Linha Cachoeira Baixa (C), Linha Sete Léguas (D) e Linha Datas (E).

Foto: Registro fotográfico do autor (2005, 2007, 2008).

Este processo de regeneração da vegetação (sucessão ecológica)³ causa problemas aos produtores rurais porque estes acabam perdendo áreas cultiváveis que, em consequência disso, não podem mais ser utilizadas porque a legislação ambiental não permite, após a formação de mata, sua supressão. Assim, surgiu a possibilidade de que o aumento das áreas com matas poderia beneficiar o Ecoturismo porque promove a diversidade biológica e possibilita o desenvolvimento de atividades como, por exemplo, a observação e contemplação da flora e da fauna e caminhadas ecológicas, passeios na natureza, etc..

¹ Trabalhadores temporários que atuam nas indústrias de tabaco.

² O êxodo resultou em alterações na pesquisa, pois foram encontradas 17 residências sem moradores.

³ Sucessão ecológica é um processo natural onde espécies vegetais mais adaptadas ao ambiente iniciam o processo de regeneração do local onde a vegetação foi eliminada.

Além do êxodo rural, a possibilidade de desenvolvimento de outras atividades agrícolas não é favorecida por causa do relevo da região serrana que apresenta áreas muito íngremes (acima de 45°)⁴, que não permitem a agricultura convencional com máquinas e implementos (Figura 3).

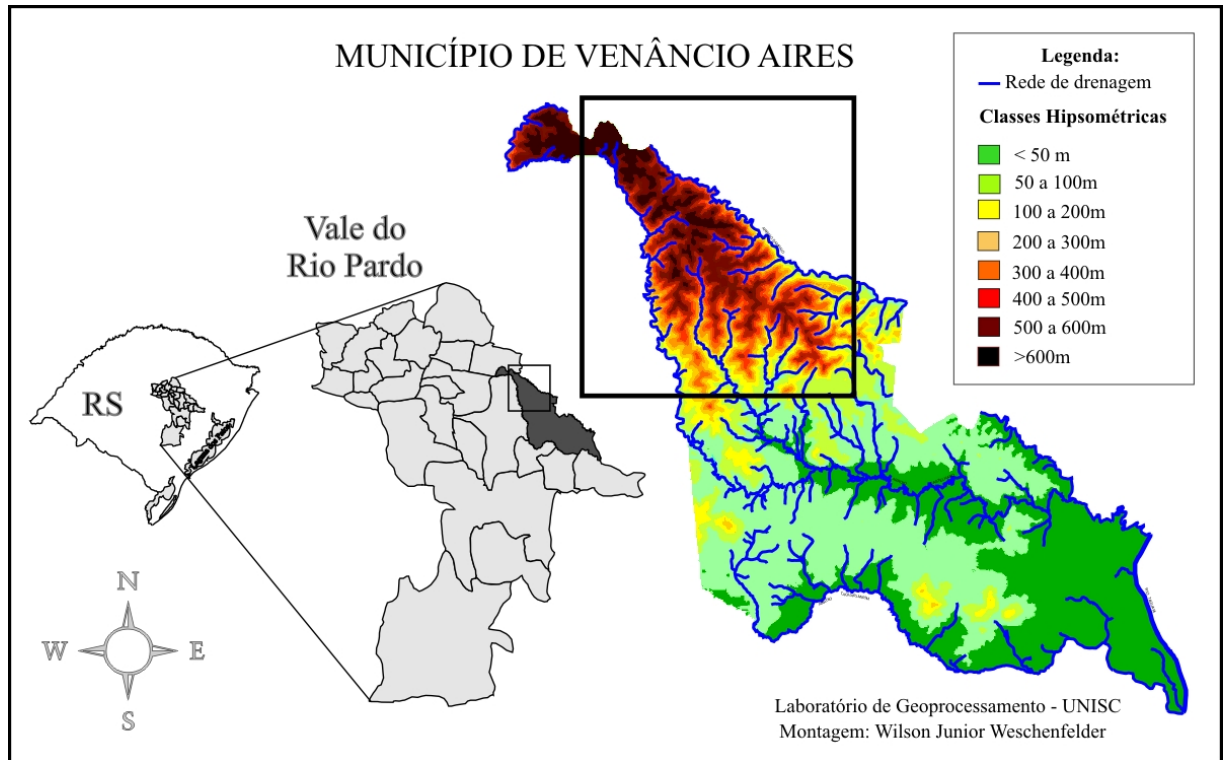


Figura 3: Mapa com as classes hipsométricas (altitudes) e a rede de drenagem na área de estudo.

Fonte: Elaborado pelo autor na base cartográfica do Laboratório de Geoprocessamento da Unisc.

Outro exemplo da problemática destacada acima são as queimadas da vegetação para a eliminação de galhos e vegetação morta, bem como para abertura ou recuperação de áreas agrícolas após ter sido realizado a roçada da capoeira existente. Este procedimento, considerado necessário por alguns produtores rurais, fere os princípios de conservação ambiental, desencadeia diversos impactos ambientais⁵ e contraria legislação florestal, sendo que, muitas vezes, têm a intenção de encobrir o corte de vegetação ou a extração de madeira ilegal (Figura 2).

⁴ A legislação ambiental, através da Lei Federal nº 4771/65 (BRASIL, 1965) e da Resolução do CONAMA nº 303/2002 (BRASIL, 2002), não permite o das áreas com inclinação superior a 45° , pois são consideradas áreas de preservação permanente.

⁵ Impacto Ambiental, conforme a Resolução do CONAMA nº 01/86 (BRASIL, 1986), é qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas no meio ambiente, causadas por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam: a) à saúde, segurança e o bem estar social; b) as atividades sociais e econômicas; c) à biota; d) às condições estéticas e sanitárias do meio ambiente; e e) à qualidade dos recursos ambientais.

Referente ao turismo na região, o município de Venâncio Aires já realizou intervenções diretas e indiretas para apoiar o turismo rural e o Ecoturismo. Em 1998 teve início um estudo sobre os potenciais naturais da região, através de uma parceria da extinta Secretaria de Turismo, Lazer e Desporto, com ênfase nas regiões de Vila Deodoro, Linha Silva Tavares, Linha Cachoeira e Linha Datas. (ANEXO A).

Em 2000, ocorreu um curso de Turismo Rural e Gestão Empresarial através das parcerias entre o Governo Federal, Ministério do Trabalho e Emprego, Fundo de Amparo ao Trabalhador - FAT, Planfor⁶ e Governo do Estado do Rio Grande do Sul, ministrado pela Universidade de Santa Cruz do Sul - UNISC. A região contemplada para o desenvolvimento do curso foi Linha Madalena e teve a participação de mais de 30 produtores rurais e moradores do entorno como: Linha Brasil, Linha Silva Tavares, Linha Lucena e Vila Deodoro.

Através do convênio entre a Prefeitura Municipal de Venâncio Aires e o SEBRAE, em 2003, foi realizado o Programa Presto de Turismo que é um curso direcionado ao turismo rural para os produtores rurais e empresários do município.

No ano de 2004, em parceria da Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo com a Agência Kauai de Viagens, foi elaborado e impresso um folder de alguns atrativos naturais na região de Sete Léguas e Linha Paredão Pires, onde Venâncio Aires faz divisa com os municípios de Boqueirão do Leão e Sinimbu. (ANEXO B). Neste folder são destacadas três trilhas, uma de *trekking* e outras duas ecológicas, que tiveram algum uso turístico mas sem expressão e, posteriormente, não foram mais utilizadas por um problema principal: as queimadas (Figura 4).

Apesar de algumas intervenções privadas e institucionais para desencadear um processo de organização e capacitação em turismo, turismo rural e Ecoturismo, a região ainda se manteve estática. Estas barreiras que impedem o Ecoturismo e quais alternativas podem ser utilizadas para o desenvolvimento do Ecoturismo na região nunca foram diagnosticadas e não são entendidas, visto que não há procedimentos para a geração destas informações.

⁶ Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador.

Desta forma, esta pesquisa buscou informações sobre qual o nível de percepção dos moradores quanto à questão do desenvolvimento do Ecoturismo e o seu comportamento relativo às questões ambientais e sociais. Neste contexto questiona-se: Qual a percepção dos moradores quanto à sua relação com o meio ambiente? Para tal, foi definida a hipótese sobre o nível de percepção dos moradores da região serrana do município de Venâncio Aires, RS, é compatível com as atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo.



Figura 4: Imagem da trilha ao vale do Arroio Castelhana, na região de Linha Sete Léguas, que foi prejudicada por causa da prática de queimadas na região.

Fonte: Registro fotográfico do autor (2005).

Conseqüentemente, o projeto teve como objetivos verificar o nível de percepção dos moradores da região de estudo, se este nível de percepção seria compatível para a implantação de atividades de Ecoturismo e quais seriam os fatores que colaboram ou inviabilizam o desenvolvimento do Ecoturismo na região.

Por conseguinte, apresentamos, no **capítulo 1**, a questão da cidadania e da educação ambiental para um desenvolvimento ecologicamente sustentável. Apresenta-se a questão histórica da cidadania com o intuito de abordar possíveis problemas regionais referentes ao problema da participação dos moradores nas decisões referentes ao turismo local. Em relação à Educação Ambiental, observamos a sua importância, pois quando discutimos Ecoturismo não podemos deixar de lado o comportamento e as relações da comunidade com seu entorno. Sendo assim, quanto maiores as relações benéficas de uma população com seu meio, mais favorável é o desenvolvimento do Ecoturismo na região.

No **capítulo 2** apresentamos as bases do Desenvolvimento Sustentável, discutimos o desenvolvimento local e endógeno e sua relação com o crescimento de uma região em seu sentido amplo. Também destacamos o ecodesenvolvimento como uma possibilidade futura e que, em comparação com o Desenvolvimento Sustentável, pode ser uma alternativa para um desenvolvimento futuro baseado em práticas ecológicas.

Para entender como o homem percebe o ambiente que está localizado, as interações entre o ser humano e o ambiente natural e o que possibilita uma relação harmônica dos conhecimentos locais, desenvolvemos no **capítulo 3** as bases que sustentam a percepção ecoturística desta dissertação.

No **capítulo 4** destacamos a questão do turismo num âmbito nacional até o regional, com base no turismo e na sustentabilidade deste setor. Enfatizamos as questões que envolvem o turismo e suas atividades que são direcionadas à prática na natureza, o Ecoturismo, foco deste trabalho. Apresentamos as diversas atividades que podem ser desenvolvidas em programas de Ecoturismo e que não necessitam de altos investimentos.

Destacando algumas potencialidades naturais que possam ser base de desenvolvimento das atividades ecoturísticas na região de estudo, o **capítulo 5** também trata do Ecoturismo como uma possível fonte de renda e geração de novas cadeias produtivas e novas técnicas de uso sustentável dos recursos naturais para a região serrana do município de Venâncio Aires, Rio Grande do Sul, Brasil.

Para apresentar a metodologia do estudo, enfatizando a caracterização da região juntamente como a técnica de amostragem, a forma como foi aplicado o instrumento de pesquisa e o procedimento e sistemática da pesquisa de campo, apresenta-se o **capítulo 6**.

No **capítulo 7** destacamos os resultados e discussões com a apresentação de como foi realizada a análise dos dados coletados, bem como a discussão e como os resultados levaram a definir o índice que determina a percepção ecoturística.

No **capítulo 8** apresentamos as conclusões sobre este trabalho.

1 CIDADANIA, EDUCAÇÃO AMBIENTAL E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: FATORES PARA O DESENVOLVIMENTO COM QUALIDADE DE VIDA

Na Antigüidade, a condição de cidadão somente era dada àqueles que participavam da *polis*, pois cada categoria (nobres, artesãos e escravos) era destinada a um tipo de educação e a um tipo de trabalho.

Na Atenas democrática, Wood (2003, p. 184) cita que “cidadania significava que os pequenos produtores, em particular os camponeses, eram em grande parte livres da exploração extra-econômica”.

Segundo Wood (2003, p. 179), “nos primórdios da Inglaterra moderna, o republicanismo clássico teve como princípio organizador um conceito de cidadania que implicava não apenas o gozo passivo dos direitos individuais, mas uma comunidade de cidadãos ativamente engajados na busca do bem comum”.

A autora também destaca que a cidadania foi desvalorizada porque a nova relação entre o econômico e o político na época reduziu a importância da cidadania e transferiu alguns poderes para o domínio econômico e disserta que “a desvalorização da cidadania decorrente das relações sociais capitalistas é um atributo essencial da democracia moderna.” (WOOD, 2003, p. 183).

Com o desenvolvimento do capitalismo percebe-se que a modernidade deu um novo sentido para a cidadania. Ser cidadão, diferente da concepção grega de cidadania que destacava a participação na administração da *polis*, diz respeito à aquisição de bens que suprem as necessidades e de ter direitos e obrigações para com a sociedade.

Ferreira, Miranda e Alexandre (2002) citam alguns aspectos que permitem uma tentativa de sistematização conceitual em torno de como definir a cidadania, sendo:

- a) A participação ativa e o envolvimento na vida de uma dada comunidade, sustenta e contribui para a produção de conhecimento, para a responsabilização, a partilha de culturas e o desenvolvimento da identidade dos sujeitos;
- b) O direito de participar – na vida política, econômica e social – não significa por si só que os indivíduos se impliquem no seu exercício efetivo, nem que estejam equipados para o fazer em situações de igualdade;
- c) A cidadania ativa decorre do sentimento de pertença dos indivíduos e dos grupos à sociedade em que se inserem e, por isso, depende também da promoção de condições de inclusão e coesão social, bem como do desenvolvimento de atitudes e valores.

1.1 Um processo de ensino-aprendizagem com vistas à sustentabilidade

Os primeiros sistemas escolares surgem na história do Ocidente e têm fins políticos, religiosos e militares e, posteriormente, têm desencadeado sua expansão pela formação dos estados nacionais modernos (ENGUIA, 1989).

A escola, como instituição social, tem um papel fundamental na formação de uma sociedade justa. Assim, com o ensino sistematizado, a aprendizagem corresponde ao crescimento e à participação social do indivíduo.

Este processo de ensino-aprendizagem é muito mais do que a transferência de conteúdos pelo professor, compreende também a soma de atitudes que transformem a aula em uma construção de saberes que possam ser absorvidos pelo aluno e, posteriormente, colocados em prática.

A expressão ensino-aprendizagem demonstra que ensinar é importante para que alguém possa aprender, e não há como aprender se, de alguma forma, não se tiver acesso ao ensino. Também se refere a envolver o aluno num processo de aprendizado, desenvolvendo suas capacidades, relações e utilizando-as para construção de atitudes e valores.

Na década de 1960, segundo Ramos-de-Oliveira (1998, p. 18), “a nova educação, aquela que pretendia abrir espaços a uma leitura do mundo, tinha caráter geral, extra-classe e extra-escola. Tinha caráter político, como toda a educação que se preza”.

Nesse momento a escola perde sua função de propiciar a construção do conhecimento científico, tornando-se apenas mais um instrumento utilizado pela classe dominante para alienação e exploração. Conforme destaca Severino (2000), espera-se que a educação contribuía mais eficazmente na construção da cidadania, tornando-se fundamentalmente educação do homem social.

Franco (1998) trata que o ensino é fundamental para um futuro próximo. Destaca a questão embasada na incerteza, onde surge a incapacidade de saber o que buscamos e o que devemos saber para nos prepararmos para um futuro incerto. Cita que:

Vivemos em um tempo onde o abandono da certeza não é apenas a abertura necessária ao avanço do conhecimento e ao progresso humano, matriz de pensamento que marca a modernidade. Oscilamos em um mundo onde cresce o conhecimento e a capacidade de produzir riquezas, mas onde aumenta a incerteza sobre a própria sobrevivência do ser humano. Além dos grandes problemas ecológicos, milhões de habitantes de todas as regiões do planeta enfrentam ou sucumbem diante da incerteza do acesso aos meios básicos de vida: a alimentação, a habitação, o trabalho, a saúde, a proteção, a educação (FRANCO, 1998, p. 100).

Nas últimas décadas os programas de educação em massa implantados no Brasil não possuem o objetivo de educar para a cidadania, mas para preparar recursos humanos flexíveis, que estejam à disposição do mercado consumidor de mão-de-obra (PLEIN, 2006).

Em contraponto a estas ideias, Jacobi (2003) afirma que hoje, por causa do ambientalismo, as questões estão muito associadas às necessidades de constituição de uma cidadania para os desiguais, à ênfase dos direitos sociais, ao impacto da degradação das condições de vida decorrentes da degradação socioambiental, notadamente nos grandes centros urbanos, e à necessidade de ampliar a assimilação, pela sociedade, do reforço a práticas centradas na sustentabilidade por meio da educação ambiental.

Assim em 1975, no Seminário de Belgrado, evento preparatório à Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental - Tbilisi, 1977, foi produzida a “Carta de Belgrado” que descreveu a educação ambiental como a busca para desenvolver um cidadão

consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha conhecimento, atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individualmente e coletivamente visando resolver problemas atuais e prevenir futuros (BRASIL, 1998).

Na Carta de Belgrado, escrita por 20 especialistas em educação ambiental de todo o mundo, é declarado que a meta da educação ambiental é:

Desenvolver um cidadão consciente do ambiente total, preocupado com os problemas associados a esse ambiente e que tenha o conhecimento, as atitudes, motivações, envolvimento e habilidades para trabalhar individual e coletivamente em busca de soluções para resolver os problemas atuais e prevenir os futuros.

A Educação Ambiental, há poucas décadas discutida no Brasil, vem assumindo novas dimensões a cada ano, principalmente pela urgência de reversão do quadro de deterioração ambiental em que vivemos, efetivando práticas de desenvolvimento sustentado e melhor qualidade de vida para todos e aperfeiçoando sistemas de códigos que orientam a nossa relação com o meio natural (DE OLIVEIRA TAVARES, MARTINS e AVELAR, 2003).

Neste contexto, a educação ambiental passou a figurar em muitos tópicos de programas e em muitas disciplinas, mas firmou suas bases especialmente nas ciências. Havia uma esperança não expressa de que todas as ciências, quando se interligassem, iriam compor um quadro completo de como o planeta funciona e de como os seres humanos podem interagir com ele de maneira proveitosa (SÃO PAULO, 1999).

A Educação Ambiental também pode ser compreendida como um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão das relações e interrelações do meio ambiente, prevendo desenvolver atitudes e valores que permitam adotar uma posição na comunidade local, que, como consequência, direciona ações para a resolução de problemas ambientais.

Assim, questões relacionadas com a conservação e a adequada utilização dos recursos naturais, com a melhoria da qualidade de vida e a eliminação da pobreza, são tratadas pela Educação Ambiental e formam a base teórico-metodológica do Ecoturismo. Por isso, quando tratadas como um processo para a construção do conhecimento e para a busca das soluções, poderão viabilizar uma melhor interpretação entre os diversos elementos da natureza,

capacitando para o pleno exercício da cidadania, onde, com uma base prática e tecnicamente capaz, permitirá a superação dos obstáculos à utilização sustentada do meio ambiente (WESCHENFELDER, 2005).

Na figura 5, Ferreira, Miranda e Alexandre (2002) destacam uma proposta de enquadramento conceitual para o desenvolvimento da educação para a cidadania, com base e relação na Educação Ambiental e na Educação Intercultural.

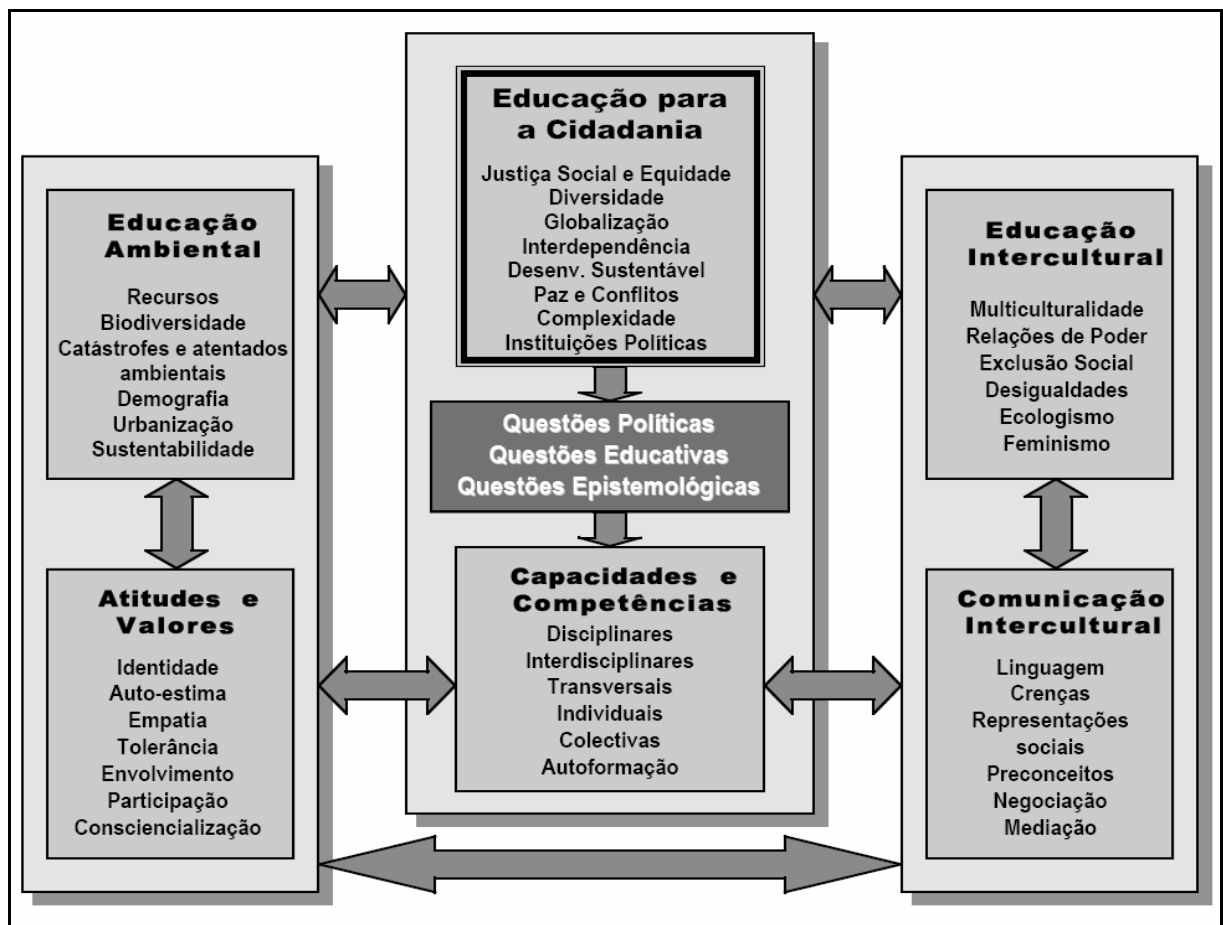


Figura 5: Uma proposta de enquadramento conceitual para o desenvolvimento da educação para a cidadania. Fonte: Ferreira, Miranda e Alexandre (2002).

A educação ambiental, como componente de uma cidadania abrangente, está ligada a uma nova forma de relação ser humano/natureza, e a sua dimensão cotidiana leva a pensá-la como somatório de práticas e, conseqüentemente, entendê-la na dimensão de sua potencialidade de generalização para o conjunto da sociedade (JACOBI, 2003).

Vargas (2005) afirma não haver dúvida da relação incontestável entre educação ambiental, sustentabilidade ambiental e cidadania, na medida em que se entende estas como

dimensões que se complementam numa rede dinâmica que conduz à conscientização, ao compromisso, à saúde e qualidade de vida, à justiça social e, portanto, à conquista da paz entre os povos.

Apenas recentemente a cidadania ambiental ingressou no temário de interesse de grupos, povos e classes sociais. Sua elevação junto ao cenário social é tão recente quanto a própria questão ambiental, que passou a reclamar a atenção da sociedade global apenas nas últimas décadas do século XX, arrastando neste movimento uma série de questões com ela relacionada. Os movimentos sociais surgem como portadores dos elementos constitutivos para a introdução da consciência dos direitos do cidadão e da cidadania (COIMBRA e FERNANDES, 2005, p. 21).

Para tanto, torna-se fundamental a conscientização ambiental das sociedades de modo geral, sendo que a Educação Ambiental é uma das estratégias para desenvolver a cidadania em prol do meio ambiente (COLLERE, 2005).

1.2 A questão ambiental e os movimentos ecológicos: fomentando o desenvolvimento justo e equilibrado

A “questão ambiental” e os seus problemas associados se aceleraram decorrentes da expansão da modernidade capitalista, criando consequências sobre a vida atual no planeta e o comprometimento do mesmo no futuro, fazendo com que a presença e consequente atuação dos movimentos sociais organizados a partir da luta pela questão ambiental é um fator de extrema relevância na sociedade.

Recentemente, com o aparecimento da cidadania ambiental como interesse de grupos e classes sociais, passou-se a chamar a atenção da sociedade global para uma série de questões relativas à qualidade de vida e para o debate dos direitos do cidadão e da cidadania. Assim:

(...) os movimentos ecológicos, por exemplo, que usualmente não priorizam a questão social mas problemas socioambientais, o princípio articulatório de suas demandas tem na categoria espaço uma forte determinação, dada por áreas ou regiões a serem preservadas ou restauradas. Mas estes mesmos movimentos podem ser tantos locais como nacionais ou internacionais. Trata-se de uma demanda que está globalizada, refletindo-se na composição social destes movimentos em termos de uma heterogeneidade maior de atores sociais (GOHN, 1997, p. 257).

Com o estabelecimento de uma “crise ambiental”, criou-se um obstáculo no crescimento da civilização moderna onde os sistemas sociais, políticos, econômicos, entre outros, foram

desafiados a agir e apresentar propostas para enfrentar um novo cenário do modelo tradicional de desenvolvimento.

A própria ideia básica de crescimento econômico compatível com a preservação da natureza é passível de ser exposta a severas críticas dada a realidade da história econômica mundial. Mais ainda, Desenvolvimento Sustentável supõe uma fé na racionalidade dos agentes econômicos articulados em ações rigorosas de planejamento (ideologia central do modelo de desenvolvimento e das formas de expansão transnacionais do capitalismo em vigor) que compatibilizem interesses tão diversos quanto a busca de lucro do empresário, a lógica do mercado, a preservação da natureza e, quem sabe, até justiça social já que a miséria é uma das maiores causas da degradação ambiental (RIBEIRO, 1992, p. 18).

Com a globalização, vem à tona o questionamento da análise regional e sua relevância entre o local e o global e como a compreensão da realidade espacial permite sua transformação a serviço do homem (SANTOS, 1995).

Com isto a participação comunitária, o seu envolvimento direto nos assuntos da gestão racional dos recursos locais, aparece como um mecanismo imprescindível ao desenvolvimento. Putnam (1996) relata que os mecanismos participativos não só complementam a regulação do Estado e do mercado, mas constituem uma condição importante da eficiência destes mecanismos. O autor também aponta a importância da capacidade de organização da sociedade em torno aos seus interesses – a dimensão participativa da regulação econômica e política – como um elemento-chave da racionalidade do desenvolvimento (PUTNAM, 1996).

Segundo Skidmore (2001, p.138):

(...) a sociedade civil estará mais bem posicionada para desempenhar um papel positivo no processo de desenvolvimento onde houver fortes laços horizontais entre os grupos sociais, onde os grupos funcionais estiverem organizados em associações relativamente abrangentes, onde as redes sociais estiverem abertas a novos participantes, onde houver maior cultura de confiança social e onde as clivagens forem de corte transversal.

1.3 Desenvolvimento Sustentável e qualidade de vida

O entendimento de que o progresso das áreas tecnológicas e científicas levaria a humanidade a um rápido desenvolvimento econômico e social vem se mostrando ineficaz.

Nesse dilema, Santos (1996, p. 144) destaca que “a tecnologia se pôs ao serviço de uma produção à escala planetária, onde nem os limites dos estados, nem os dos recursos, nem dos direitos humanos são levados em conta”.

Esse novo rumo gerado pelas consequências do crescimento econômico acelerado ainda gera diversos debates. Para reverter esse processo, Rodhe (1994) afirma que se deve levar em conta os princípios extraídos dos recentes avanços nos paradigmas e teorias científicas, uma vez que a insustentabilidade atual foi resultante, em grande parte, do conhecimento superado.

Rodhe (1994) também destaca os princípios filosófico-científicos, emergentes dos novos paradigmas e teorias, que podem compor a base para a construção da sustentabilidade, sendo os seguintes:

a) Princípio de contingência: refere-se à possibilidade ontológica do novo não-necessário, do diferente contraditório, constituindo o contexto filosófico da teoria da auto-organização.

b) Princípio de complexidade: opõe-se ao reducionismo praticado de forma generalizada pelas ciências, tendo ainda que fornecer as bases para uma Razão aberta, que reformule a evolução do fechamento racional simplificador anterior. A complexidade deve fazer frente à irracionalidade e à racionalidade, às racionalizações, incertezas e ambiguidades.

c) Princípio de sistêmica: engloba a abordagem holística quanto à totalidade, além de incluir aspectos sobre autonomia e integração. A sistêmica tem relação com a complexidade, com a recursividade e com a energia.

d) Princípio de recursividade: baseia-se no paradigma RE e está presente nas ciências, na auto-organização, no novo método, no holismo, na emergência e no caos-fractais. A recursividade põe a organização ativa como sinônimo de reorganização permanente.

e) Princípio de conjunção: é o contraponto teórico e prático da disjunção mecânico-causalista anterior, ou seja, a articulação dos campos do conhecimento, dos saberes e das abordagens, permeando todos os paradigmas científicos novos.

f) Princípio de interdisciplinaridade: permeia todos os novos paradigmas científicos, desde o novo método até os fractais. É, sobretudo, na abordagem sistêmica, na complexidade e na questão ambiental que a interdisciplinaridade possui maior relevância.

Silva (s.d.), citado por Benetti (2006), já apresenta uma síntese das características básicas da sustentabilidade, como:

1) Caráter Progressivo

- Tendência: a sustentabilidade apresenta-se como uma condição a ser introjetada em um processo onde se pretenda atingir determinadas metas devendo ser continuamente construída e permanentemente reavaliada.

- Dinâmico: não se trata de algo tangível que se adquira definitivamente e completamente, mas uma condição que deve interagir com o dinamismo da realidade em que se insere, adequando-se a fatores conjunturais, estruturais ou imprevisíveis.

2) Caráter Holístico

- Plural: a sustentabilidade é pluridimensional e envolve aspectos básicos tais como: ambientais, econômicos, sociais e políticos. Novas dimensões podem ser acrescentadas se o problema em questão assim o exigir.

- Indissociabilidade : além do caráter plural que pressupõe o envolvimento de vários aspectos, existe um vínculo indissociável entre eles exigindo a sua plena consideração para que se garanta uma condição sustentável.

- Interdisciplinar: devido à amplitude de interações que são contempladas em suas considerações, demanda a confluência de diferentes áreas do conhecimento, tanto para a construção de suas compreensões teóricas como de suas ações práticas.

3) Caráter Histórico

- Temporal: a relação de tempo adquire uma importância fundamental no equacionamento das ações praticadas no passado, no presente e as que serão exercidas no futuro. Quando se trata do meio urbano, geralmente se adota o tempo social do universo antrópico.

- Espacial: embora a noção de sustentabilidade tenha um forte perfil de origem que valoriza as condições endógenas, ela não pode prescindir da inserção e interação dos contextos locais com os mais amplos, contemplando também as causas e conseqüências das “pegadas ecológicas”.

- Participativo: a preservação de uma condição sustentável tem uma forte interdependência com o aspecto da diversidade participativa dos agentes sociais, na medida em que a presença ou não deste fator pode tanto contribuir, como comprometer as metas pretendidas.

No entanto, Lima (1997), citado por Benetti (2006), considera que é importante debater sobre a decisão e sobre as responsabilidades, sobre as estratégias e sobre o mecanismo de se atingir a sustentabilidade do desenvolvimento. Para o autor, o debate se divide em três posições básicas, que defendem respectivamente:

a) uma visão estatista - considera que a qualidade ambiental é um bem público que deve ser normatizada, regulada e promovida pelo Estado, com a complementaridade das demais esferas sociais, em plano secundário (o mercado e a sociedade civil);

b) uma visão comunitária - considera que as organizações da sociedade civil devem ter o papel predominante na transição rumo a uma sociedade sustentável. Fundamentam-se na idéia de que não há Desenvolvimento Sustentável sem democracia e participação social e que a via comunitária é a única que torna isto possível; e,

c) uma visão de mercado - afirma que os mecanismos de mercado e as relações entre produtores e consumidores são os meios mais eficientes para conduzir e regular a sustentabilidade do desenvolvimento.

Um dos pontos de consenso, entre aqueles que tratam do Desenvolvimento Sustentável, é o reconhecimento da insustentabilidade dos padrões de desenvolvimento adotados pelo homem na sociedade contemporânea, bem como a necessidade de conciliar o crescimento econômico com justiça social e coerência ecológica (MOURA, ALMEIDA e MIGUEL, 2004).

O conceito de Desenvolvimento Sustentável sinaliza uma alternativa às teorias e aos modelos tradicionais do desenvolvimento, desgastados numa série infinita de frustrações (BRÛSEKE, 1994). Segundo Almeida (2008a, p. 43), “este conceito parece dar ideia de uma busca de integração sistêmica entre diferentes níveis da vida social, ou seja, entre a exploração dos recursos naturais, o desenvolvimento tecnológico e a mudança social”. (Figura 6).

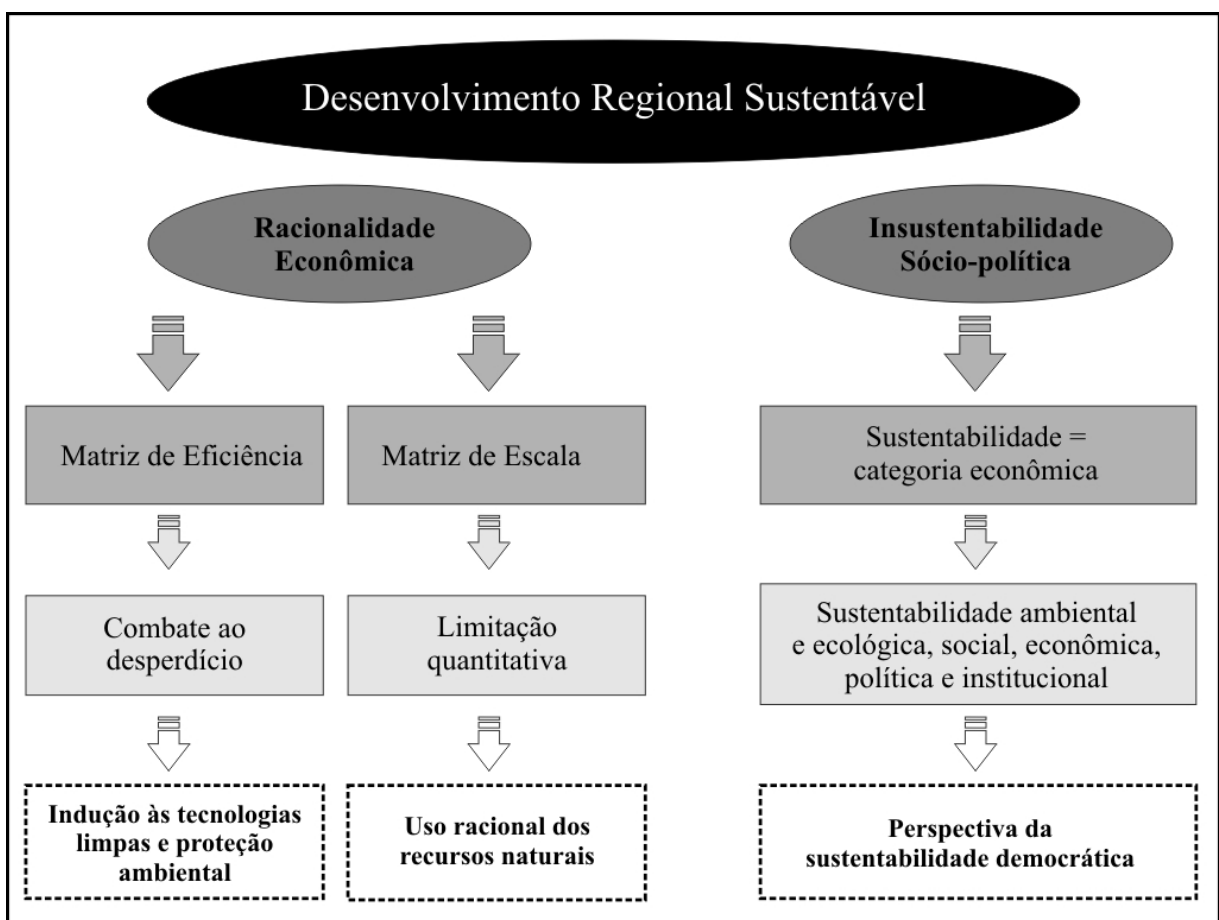


Figura 6: Vertentes norteadoras do Desenvolvimento Regional Sustentável.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em Fatheuer e Arroyo (1997), citado por Etges (2005).

Capra (1996, p.34) acredita que uma sociedade é sustentável quando ela é projetada de tal forma que “seu modo de vida, seus negócios, sua economia, suas estruturas físicas, sua

tecnologia não interfiram com a inerente habilidade da natureza de manter a sua teia da vida”, onde o Relatório Brundtland, posteriormente denominado “Nosso Futuro Comum”, já vinha difundindo o conceito de Desenvolvimento Sustentável através de três vertentes principais: crescimento econômico, equidade social e equilíbrio ecológico, induzindo a sociedade a um espírito de responsabilidade comum.

O Relatório de Brundtland traz a seguinte definição: “o desenvolvimento sustentado é aquele que responde às necessidades do presente sem comprometer a capacidade das gerações futuras de responder às suas necessidades”. Esta definição está centrada na sustentabilidade do desenvolvimento econômico e é criticada por vários autores, que insistem que não se pode pensar nas gerações futuras quando parte da geração atual não atende às suas necessidades básicas.

Logo, o esgotamento das estratégias baseadas no crescimento econômico, em virtude dos problemas sociais e ambientais, impulsionou a “idéia” de Desenvolvimento Sustentável, especialmente, a partir da Conferência de Estocolmo, quando emergiu o conceito de ecodesenvolvimento (MOURA; ALMEIDA e MIGUEL, 2004).

Conforme Souza (2000) o ecodesenvolvimento pressupõe uma multidimensionalidade que abrange cinco níveis de sustentabilidade: a social, a econômica, a espacial, a cultural e a ambiental.

O Ecodesenvolvimento se coloca em uma perspectiva crítica ao modelo de Desenvolvimento Sustentável de mercado dos organismos multilaterais, e apresenta uma abordagem alternativa, baseada no desenvolvimento local, na prudência ambiental, nas tecnologias adaptadas, nas forças endógenas das localidades e, o mais importante, na participação popular no processo de planejamento do desenvolvimento local (SOUZA, 2000, p. 161).

Montibeller-Filho (2001) elaborou um quadro para as proposições de Sachs para o ecodesenvolvimento com os princípios do Desenvolvimento Sustentável (Tabela 3).

Tabela 3: Princípios do ecodesenvolvimento baseado no Desenvolvimento Sustentável

Dimensão	Componentes	Objetivos
Sustentabilidade Social	- criação de postos de trabalho que permitam a obtenção de renda individual adequada; - produção de bens dirigida prioritariamente às necessidades básicas sociais.	Redução das desigualdades

Sustentabilidade Econômica	<ul style="list-style-type: none"> - fluxo permanente de investimentos públicos e privados; - manejo eficiente dos recursos; - absorção, pela empresa, dos custos ambientais; - endogeneização: contar com suas próprias forças. 	Aumento da produção e da riqueza social, sem dependência externa
Sustentabilidade Ecológica	<ul style="list-style-type: none"> - produzir respeitando os ciclos ecológicos dos ecossistemas; - prudência no uso dos recursos naturais; - prioridade à produção de biomassa e à industrialização de insumos naturais renováveis; - redução da intensidade energética e aumento da conservação de energia; - tecnologias e processos produtivos de baixo índice de resíduos; - cuidados ambientais. 	Melhoria da qualidade do meio ambiente e preservação das fontes de recursos energéticos e naturais para as próximas gerações
Sustentabilidade Espacial	<ul style="list-style-type: none"> - desconcentração espacial (de atividades e de população); - desconcentração/democratização do poder local e regional; - relação cidade/campo equilibrada (benefícios centrípetos). 	Evitar excesso de aglomerações
Sustentabilidade Cultural	<ul style="list-style-type: none"> - soluções adaptadas a cada ecossistema; - respeito à formação cultural comunitária. 	Evitar conflitos culturais com potencial regressivo

Fonte: Ignacy Sachs (1993), adaptado por Montibeller-Filho (2001).

Os princípios acima destacados são de extrema importância para o desenvolvimento rural e deveriam ser observados e inseridos em qualquer processo de planejamento e desenvolvimento que envolva a melhoria da qualidade de vida de uma população.

Por isso, segundo Vieira e Weber (2008), o desenvolvimento é fundamental e deve considerar a capacidade de suporte dos ecossistemas e entender que vivemos na era dos limites. O desenvolvimento que não é capaz de incorporar critérios de sustentabilidade, de conciliar as respostas às necessidades do presente com o direito das gerações futuras, não é desenvolvimento.

Da mesma forma, a preservação ambiental que não considera as reais necessidades materiais para alcançarmos o desenvolvimento social não é viável. Assim, propostas de desenvolvimento, fundamentado na sustentabilidade, desafiam a sociedade moderna na reconstrução do mundo (WESCHENFELDER, 2005).

1.4 Desenvolvimento com qualidade de vida

Diversas atividades econômicas têm criado problemas à saúde humana e ao planeta e isso tem gerado um grande debate mundial pelas questões relativas à preservação do meio ambiente e pelo Desenvolvimento Sustentável. Este crescimento desenfreado de diversos países, de setores industriais e da tecnologia tem demonstrado uma relação insustentável no uso dos recursos naturais e que, conseqüentemente, levará a sérios problemas futuros.

Hoje enfrentamos uma circunstância absolutamente nova, sem precedentes em toda a história humana. Quando começamos, há centenas de milhares de anos (...) éramos incapazes de provocar mudanças importantes no meio ambiente global. (...) Somos agora capazes de, intencionalmente ou inadvertidamente, alterar o meio ambiente global (SAGAN, 1998, p. 82).

Apesar da ilusão que o progresso técnico e científico levaria a uma revolução no desenvolvimento econômico e social, o uso irracional e a exaustão de alguns recursos naturais e a incapacidade do planeta em auto-depurar os resíduos provenientes deste progresso demonstram que esta aceleração ao crescimento deve ter limite.

Dessa visão economicista, Rohde (1994) verifica quatro fatores que tornam a civilização contemporânea claramente insustentável a médio e longo prazo: crescimento populacional humano exponencial; depleção da base de recursos naturais; sistemas produtivos que utilizam tecnologias poluentes e de baixa eficácia energética; sistema de valores que propicia a expansão ilimitada do consumo material.

Destacam-se, também, as diversas ações reclamadas por Organizações Não Governamentais, Associações, Instituições e cidadãos, vendo-se poucas propostas na esfera política com o objetivo de discutir ou, até mesmo, limitar o problema.

Com a globalização, que se caracteriza pela fragmentação articulada, ocorrem mudanças na organização espacial que possibilitam o recorte da superfície terrestre, tornando a particularidade mais relevante (CORRÊA, 1997).

Assim, a visão tradicional que os municípios constituem a base de uma pirâmide e a verticalidade seria uma fonte propulsora inverte-se na realidade, pois as novas teorias apontam para formas intermunicipais de gestão (por exemplo: consórcios intermunicipais,

comitês de bacias hidrográficas, conselhos regionais de desenvolvimento, etc.), permitindo articulações horizontais.

Essas horizontalidades, segundo Etges (2005), são tanto os lugares da finalidade imposta de fora, de longe e de cima, quanto a da contra-finalidade, regionalmente gerada (Figura 7). Esta horizontalização também pode reforçar com a coesão da sociedade civil a serviço do interesse coletivo (SANTOS, 1995).

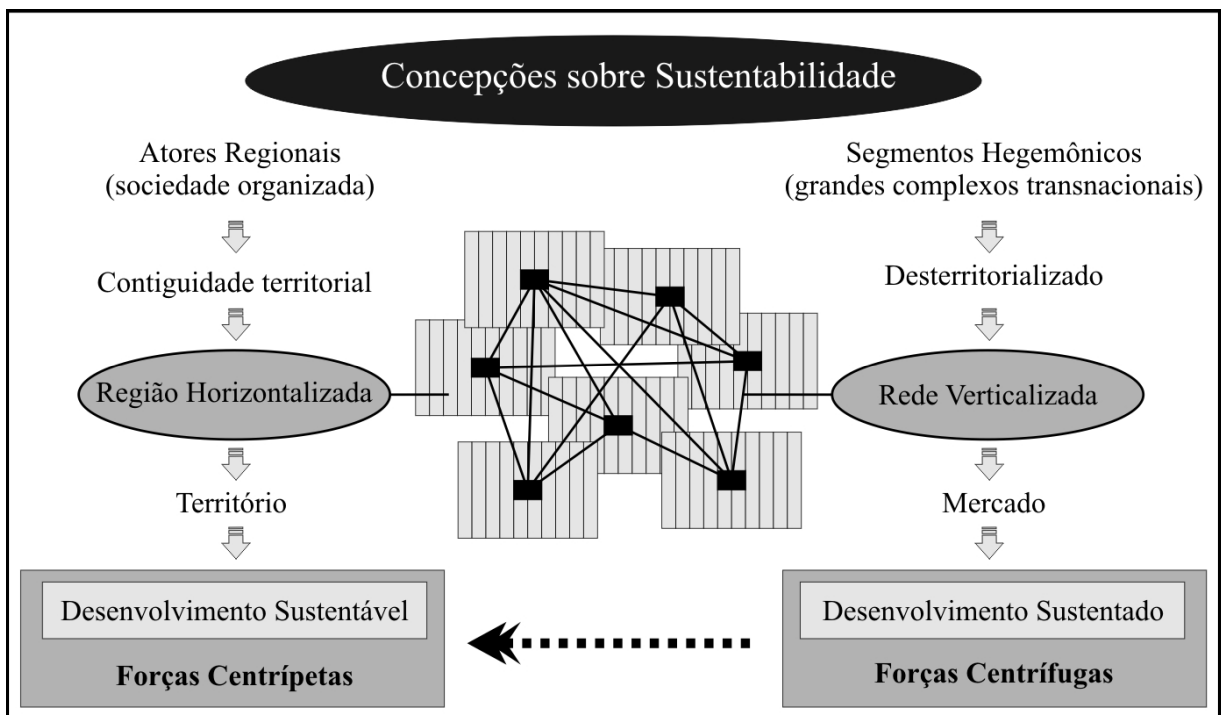


Figura 7: Concepções de Sustentabilidade.
Fonte: Elaborado pelo autor, adaptado de Etges (2005).

Isto muda profundamente a cultura tradicional do desenvolvimento, pois transforma a comunidade local em um ser ativo, deixando de ser passivo e inerte. Com o desenvolvimento local busca-se também a qualidade de vida, numa visão sustentável, cria condições para prosperidade mútua com saúde, cultura, equidade social, justiça e segurança.

A teoria do desenvolvimento endógeno focaliza a questão regional apresentando maiores contribuições para a problemática das desigualdades regionais e melhores instrumentos para políticas públicas.

Segundo Paiva (2004), o desenvolvimento endógeno pode ser definido como o processo de ampliação do bem-estar da população de um determinado território que se estrutura e se sustenta na melhoria do padrão de utilização dos recursos disponíveis no mesmo. No entanto, há questões relativas ao desenvolvimento endógeno no que busca entender porque o nível de crescimento varia entre diversas regiões e nações, mesmo elas dispostas das mesmas condições na busca de fatores produtivos.

Conforme Tavares (2002), o declínio das políticas regionais a partir da crise econômica na metade da década de 1970 gerou algumas regiões industriais que se mantiveram prósperas usando somente as forças do território como fonte de crescimento, originando, assim, a concepção de desenvolvimento endógeno.

Neste caminho, a contribuição da teoria endogenista foi identificar que fatores de produção atualmente decisivos, como o capital social, o conhecimento, a pesquisa e desenvolvimento, eram determinados dentro da região e não de forma exógena, como até então era entendido. Bandeira e César (2001) se referem à importância do capital social para o desenvolvimento endógeno, mas também o inverso, onde o rápido crescimento pode minar o capital social e enfraquecer os padrões de convivência social.

Por conseguinte, logo se concluiu que a região dotada destes fatores ou estrategicamente direcionada para desenvolvê-los internamente teria as melhores condições de atingir um desenvolvimento acelerado e equilibrado, sendo:

(...) um processo interno de ampliação contínua da capacidade de agregação de valor sobre a produção, bem como da capacidade de absorção da região, cujo desdobramento é a retenção do excedente econômico gerado na economia local e/ou a atração de excedentes provenientes de outras regiões. Este processo tem como resultado a ampliação do emprego, do produto, e da renda local ou da região, em um modelo de desenvolvimento regional definido (AMARAL FILHO, 1996, p. 37).

Assim, a capacidade de a sociedade liderar e conduzir o seu próprio desenvolvimento regional, condicionando-o à mobilização dos fatores produtivos disponíveis em sua área e ao seu potencial endógeno, traduz a forma de desenvolvimento denominado endógeno. Este processo para o desenvolvimento regional ou local depende da conciliação das políticas, que impulsionam o crescimento, com os objetivos locais (OLIVEIRA e LIMA, 2003).

Assim, segundo Weschenfelder (2008), a perspectiva tradicional do desenvolvimento, obtido a partir da instalação de indústrias ou da geração de empregos a qualquer custo, se torna frágil com a globalização da economia. Contudo, a perspectiva do crescimento com base no potencial endógeno e sob o aspecto da sustentabilidade pode criar condições reais para o desenvolvimento regional, principalmente quando se trata do Ecoturismo.

A intensa globalização nas últimas décadas acelerou a reconfiguração espacial das atividades econômicas, transformando e dinamizando certas regiões do planeta, enquanto outras se viram fadadas à estagnação ou ao declínio. As grandes empresas internacionais e, em especial, o capital financeiro desregulado ganharam autonomia para se localizar e realocar conforme condições mais ou menos propícias à geração de lucros. Por outro lado, governos nacionais e locais perderam controle sobre o próprio desenvolvimento (BRASIL, 2007, p. 9).

Segundo Welfens *et al* (1999), citado por Barquero (2001), a globalização implica num aumento da concorrência nos mercados colocando novas necessidades e demandas de serviços para empresas e economias locais.

De forma inversa ao pensamento associado com as teorias endógenas, não se busca o fechamento ou isolamento regional, nem mesmo o auto-centrismo e a auto-suficiência. A idéia do desenvolvimento endógeno moderno baseia-se na execução de políticas de fortalecimento e qualificação das estruturas internas visando sempre a consolidação de um desenvolvimento originalmente local, criando condições sociais e econômicas para a geração e atração de novas atividades produtivas, dentro da perspectiva de uma economia aberta (AMARAL FILHO, 1996).

2 PERCEPÇÕES: AS RELAÇÕES HUMANAS COM O MEIO AMBIENTE

2.1 A percepção ambiental

O termo percepção é utilizado de uma forma ampla, perdendo o sentido estreito de simples aquisição de informação e conhecimento por meio dos sentidos, para significar a forma como o sujeito concebe determinada coisa, tornando-se, assim, sinônimo de concepção, pensamento ou ponto de vista (KITZMANN e ASMUS, 2001).

A percepção do mundo é feita através de todos os sentidos, os quais variam conforme os contextos nos quais as pessoas estão inseridas. O mundo percebido pelos olhos é puramente uma relação com o objeto. A percepção e a imagem são dinâmicas no tempo e no espaço, a compreensão do meio muda concomitantemente com a idade, sexo, educação, cultura, erudição, classe social, economia, política, religião, individualidade, preferências, atitudes, valores e atribuições do meio ambiente (ADDISON, 2003, p. 39).

Dependendo do enfoque, todos os conceitos podem ser usados, como se constatou em Ferreira (1975), citado por Pinheiro (2004, p. 39):

Percepção: formação de idéia; abrangência com a inteligência; entender; compreender; aquisição de conhecimento por meio de sentidos. Sensibilização: vem de sensível, ou apto a sentir em profundidade as impressões, fazendo que delas participe toda a sua pessoa; emotivo. Conscientização: de conscientizar: ter noção, conhecimento ou idéia de; ou ainda de consciência: atributo pelo qual o homem toma em relação ao seu redor (e relação aos chamados estados de interesses subjetivos), criando a possibilidade de níveis mais altos de integração.

A pesquisa “Relação dos Gaúchos com o Meio Ambiente” (FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL, 1998), de acordo com a forma como as pessoas percebem a sua relação com o meio ambiente, definiu os seguintes modelos perceptivos:

- Emocional: Há um vínculo afetivo de respeito e amor em relação à natureza, associado a um certo idealismo que busca uma relação equilibrada e harmoniosa com o meio ambiente. A solução para os problemas ambientais é a mudança pessoal e profunda;

- Racional: A questão ambiental é um problema de gestão dos recursos naturais, propondo soluções viáveis e eficazes que buscam a eliminação de desperdícios e o aumento de produtividade para minimizar o efeito destrutivo do ser humano sobre o ambiente;

- Participativo: A mobilização e a organização coletiva seriam um complemento à mudança de atitude pessoal. Aqueles com maior nível de instrução têm a percepção de que não apenas as pessoas devem ser modificadas, mas as estruturas sociais;

- Individualista: sabem da importância dos problemas ambientais, mas se desinteressam por uma reflexão mais profunda sobre a questão. Tem a percepção de que "cada um faz a sua parte", não no sentido de somar esforços, mas num sentido individualista e superficial.

Segundo Schmitt (2005), as teorias sobre a percepção ambiental também partem de uma série de idéias em comum a respeito da concepção global da pessoa e do entorno, como:

- Consideram a pessoa como um agente ativo, orientado e participativo dentro do processo perceptivo;

- Consideram o entorno com uma unidade global sobre a qual se estruturam os processos perceptivos;

- Incorporam, em maior ou menor grau, os aspectos cognitivo, interpretativo e valorativo dentro das teorias da percepção ambiental;

- Consideram a percepção ambiental como um processo global, além da simples captação e estruturação dos estímulos.

Entre as principais tendências de estudo em percepção ambiental são encontradas: percepção dos riscos ambientais, percepção da qualidade ambiental, percepção e valoração da paisagem, percepção para a conservação e gestão ambiental, percepção da estética ambiental, percepção e educação ambiental, percepção e ecologia humana, percepção e planejamento ambiental (SCHMITT, 2005).

No que concerne ao meio ambiente como objeto do conhecimento, a percepção desempenha um grande papel ao detectar sinais específicos da qualidade ambiental, seja ela negativa ou positiva. Aliás, é por meio deles que podemos aferir os sintomas incômodos da poluição ou da degradação ambiental que influem diretamente na qualidade de vida e na saúde humana (LOVATTO, 2007, p. 45).

Com isso, percepção ambiental foi definida como sendo uma tomada de consciência do ambiente pelo “homem”, ou seja, perceber o ambiente em que se está localizado, aprendendo a proteger e cuidar dele da melhor forma possível (TRIGUEIRO, 2003). Assim, o entendimento de que a vivência humana e seu entorno próximo estão orientados pela percepção fundamenta a chamada percepção ambiental (CASTELLO, 2001, citado por DORNELLES, 2006).

As interações entre ser humano e ambiente estão diretamente relacionadas às percepções, aos processos cognitivos, julgamentos e expectativas de cada indivíduo. Desse modo, o estudo da percepção ambiental é fundamental para compreensão das interrelações entre ser humano e meio ambiente, suas expectativas e condutas (SOARES, 2005). É o processo cognitivo que levará à formação de conceitos e ideias sobre o meio ambiente (concepção de meio ambiente) (KITZMANN e ASMUS, 2001).

A figura 8 ilustra o processo de percepção concebido por Del Rio (1991; 1996) citado por Schmitt (2005), onde a mente humana organiza e representa a realidade percebida através de esquemas perceptivos e imagens mentais, com atributos específicos.

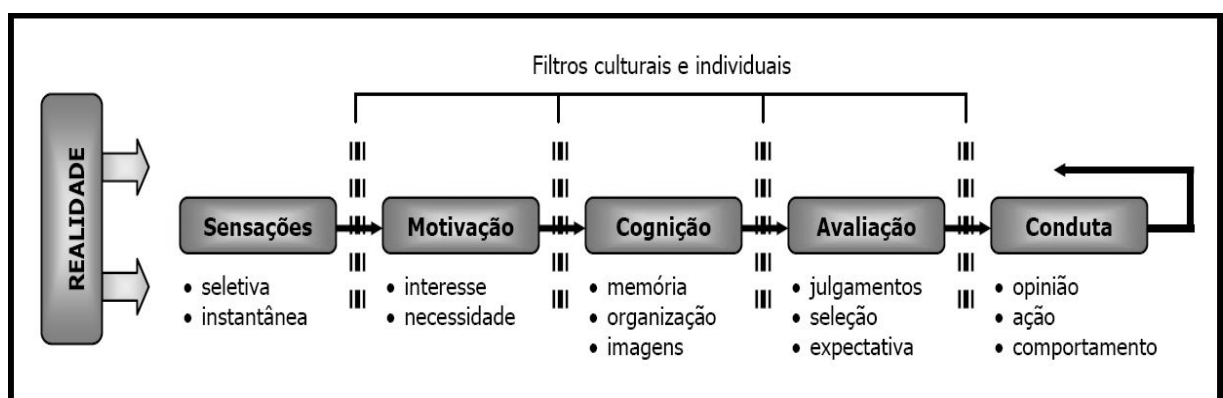


Figura 8: Esquema teórico do processo perceptivo.

Fonte: Concebido por Del Rio (1991; 1996), citado por Schmitt (2005).

A percepção ambiental é de suma importância para que se possam compreender melhor as interrelações que ocorrem no ambiente. É essencial que se esteja aberto para poder deixar-

se sentir e perceber o ambiente e suas relações, e permitir, assim, que o indivíduo se perceba dentro destas ações (GARCES, 2005).

2.2 Percepção Ecoturística

Para alguns pesquisadores a sensação e a percepção são fenômenos que estão diretamente relacionados com a capacidade intelectual do sujeito, sendo assim, o sujeito é ativo diante dos acontecimentos externos a ele. Diante disso, Soares (2005) destaca que a sensação só é processada e conduzida a uma percepção quando ocorre uma atividade de entendimento do que se sente, quando se processa racionalmente as sensações.

Referente a percepção, Roppa *et al* (2007) afirma ser o ato, efeito ou faculdade de perceber, adquirir conhecimento a partir de algo por meio dos sentidos, compreender, ouvir. Dessa maneira, “a percepção tem o sentido de aquisição de informações pelos atores sociais, oriundos da realidade do meio externo e de sua própria interação com o mundo material que os cerca.” (ROPPA *et al*, 2007, p. 13).

Tuan (1980) afirma que:

Percepção é tanto a resposta dos sentidos a estímulos externos, como a atividade proposital na qual certos fenômenos são claramente registrados, enquanto outros retrocedem para a sombra ou são bloqueados. Muito do que percebemos tem valor para nós, para a sobrevivência biológica e para proporcionar algumas satisfações que estão enraizadas na cultura (TUAN, 1980, p. 4).

Desta forma, a percepção dos moradores de uma região pode contribuir para o conhecimento das suas relações entre os demais e com o ambiente natural, possibilitando uma relação harmônica dos conhecimentos locais enquanto instrumentos educativos e agentes de transformação. Diante disso, a percepção dos moradores sob um aspecto, neste caso o Ecoturismo, pode fornecer informações de uma realidade local e regional que o pesquisador não teria acesso com outros meios.

Esta integração e participação dos atores e sua importância no envolvimento em projetos são recomendados pela UNESCO, conforme destacado por Schmitt (2005), nos projetos que tratem da relação homem-biosfera e no gerenciamento dos ecossistemas devem incluir

investigações sobre a percepção como parte integrante da abordagem interdisciplinar. Esta importância se deve porque estes atores são integrantes do ambiente, seja no aspecto natural, social ou cultural, seja no aspecto artificial, e devem ser considerados e consultados diante de alguma interferência externa.

Conseqüentemente, a percepção ecoturística busca, através de conhecimentos básicos, um entendimento de como os moradores de uma região se relacionam com o meio ambiente e com os demais membros da comunidade e se seus hábitos e comportamentos são compatíveis com as atividades desenvolvidas no Ecoturismo. Sendo assim, a percepção ecoturística compreende, também, uma forma simples, direta e ágil de prever o que uma comunidade espera e quer para o seu futuro, bem como quais seriam suas preferências ambientais.

Para compreender a preferência ambiental de uma pessoa, necessitaríamos examinar sua herança biológica, criação, educação, trabalho e os arredores físicos. No nível das atitudes e preferências de grupo, é necessário conhecer a história cultural e a experiência de um grupo no contexto de seu ambiente físico. Em nenhum dos casos é possível distinguir nitidamente entre os fatores culturais e o papel do ambiente físico (TUAN, 1980, p. 68).

3 TURISMO SUSTENTÁVEL E ECOTURISMO, POTENCIALIDADES PARA O DESENVOLVIMENTO RURAL

3.1 Turismo como base para o desenvolvimento

O turismo tem sua origem na palavra *tur*, do hebreu antigo, correspondendo ao conceito de “viagem de descoberta, de exploração, de reconhecimento” (OLIVEIRA, 2001, p. 17). As viagens sempre estiveram presentes na vida dos homens desde as mais antigas épocas e vários motivos também obrigavam o homem a se deslocar.

Ruschmann (2001), citado por Barros (2005), trata que foi no século XX que se verificou as sensíveis transformações no campo social, econômico, político e tecnológico. Nesse período também houve efeitos diretos no turismo, pela modernização nos transportes e do setor de construção civil.

Foi nas sociedades pós-industriais que o turismo, juntamente com o lazer, a cultura, as artes, o esporte e a preocupação com a qualidade de vida se desenvolveram. Atualmente é uma das atividades reconhecidamente mais importantes, tem sido considerada por governo, estudiosos e comunidades uma ótima, e às vezes, única forma para o desenvolvimento local (BARROS, 2005, p. 21).

Atualmente, Oliveira (2001) trata que o turismo se deparará com novos desafios, mudanças exigências para aperfeiçoar os serviços prestados, onde as responsabilidades crescerão perante um público consumidor exigente e com novos interesses.

3.1.1 Potencial turístico e a sustentabilidade

O Brasil, com sua grande diversidade cultural e sua ampla extensão territorial, propicia uma oferta turística das mais variadas, sendo uma atração para os próprios brasileiros e permitindo ainda a prática da maioria das modalidades de turismo ecológico e também de esportes de aventura (RAMON, 2002).

O Rio Grande do Sul, com a sua riqueza de relevos, possui um enorme potencial para o desenvolvimento do turismo sustentável baseado em seus recursos naturais físicos e bióticos.

Estes fatores são indispensáveis para agradar potenciais consumidores e para o desenvolvimento regional, o que pode ser observado na grande evolução que a indústria do turismo vem desenvolvendo em vários destinos turísticos pelo mundo e por todo o Brasil.

Os municípios, especialmente os de pequeno e médio porte, ainda não dispõem de tradição na busca de alternativas de desenvolvimento que respeitem o meio ambiente e que considerem, primeiramente, a qualidade de vida da comunidade.

Para prevenir os impactos ambientais do turismo e a degradação dos recursos naturais é preciso concentrar os esforços para um Desenvolvimento Sustentável e não apenas do patrimônio natural, mas também aos produtos, atrativos e equipamentos turísticos (ANEXO C).

Segundo Ruschmann (2001), os conceitos de turismo sustentável e Desenvolvimento Sustentável estão intimamente ligados a sustentabilidade do meio ambiente, principalmente nos países menos desenvolvidos. Isto porque o desenvolvimento e o desenvolvimento do turismo em particular dependem da preservação da viabilidade de seus recursos de base.

3.1.2 A importância do planejamento no Turismo

O desenvolvimento de atividades de turismo baseadas nos recursos naturais devem se dar de uma maneira que preserve sua atração, ou seja, que ao longo do tempo seus atrativos continuem intactos e motivando a vinda de turistas, sendo assim, o planejamento é imprescindível de modo a evitar danos à biodiversidade e ser ambientalmente sustentável, economicamente viável e socialmente equitativo (SALVATI, 2004).

Planejar o turismo tendo por base o ordenamento territorial é uma estratégia política imprescindível para o equilíbrio, em longo prazo, do seu desenvolvimento no espaço urbano e rural e em respeito aos seus princípios básicos e constitucionais de promoção do desenvolvimento econômico e social (SALVATI, 2004).

O planejamento também pode, segundo Salvati (2003, p. 33), ser entendido como “a definição de estratégias e meios para sair de uma situação atual visando alcançar uma situação futura desejada”.

Neste planejamento deve constar o potencial da área a ser trabalhada, o nível de turismo desejado, a normatização da atividade e as maneiras de se chegar aos objetivos. Para Ruschmann (2001), o planejamento turístico deve abranger os aspectos sociais, ambientais, históricos e culturais da região, para assim desenvolver uma atividade turística sustentável.

Contudo, a atividade do Ecoturismo deve abranger, em sua conceituação, a dimensão do conhecimento da natureza, a experiência educacional interpretativa, a valorização das culturas tradicionais locais e a promoção do Desenvolvimento Sustentável (EMBRATUR, 1994).

Também deve ser observada a ordenação dos locais de interesse turístico, pois a Lei Federal 6.513/77 (BRASIL, 1977) que trata das Áreas Especiais e Locais de Interesse Turístico, visa não somente a definição de áreas para desenvolvimento de projetos turísticos, como ressalta que para atingir este objetivo são necessárias, entre outras, ações e normas de controle do uso e ocupação do solo (SALVATI, 2004).

O planejamento ambiental voltado para a sustentabilidade do desenvolvimento requer a construção de novos paradigmas de planejamento que, entre outros aspectos, passam pela negação dos axiomas que sustentam o cientismo e o tecnicismo (STROH, 1995).

Nesta perspectiva, a biodiversidade tem de ser tratada com base num planejamento estratégico, onde o risco de perdas irreversíveis seja minimizado através do Princípio da Precaução (ROMEIRO, 2006), da Prevenção e dos demais instrumentos jurídicos que favorecem o Desenvolvimento Sustentável.

3.1.3 Turismo Alternativo: adaptando as atividades ao ambiente

De acordo com o documento denominado de “Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo” (EMBRATUR, 2001), há vários tipos de turismo como: o de férias, o de negócio, o de saúde, o religioso, o cultural, o esportivo, o náutico e o Ecoturismo. A Embratur

também destaca o turismo alternativo como a modalidade de turismo que não se fixa em viagens e atividades convencionais, como o Ecoturismo e o turismo de aventura.

Os tipos de turismo existentes podem ser classificados basicamente em dois grandes grupos genéricos (Figura 9): o turismo convencional ou de massa (ou massificado) e o turismo alternativo, que muitos autores chamam de turismo natural ou Ecoturismo.

O turismo de aventura é o programa em que o contato com a natureza requer grandes esforços, assumindo conotação de desafio, e envolvendo expedições acidentadas, viagens arrojadas e imprevistos. Este tipo de viagem geralmente é indicado para pessoas adultas, como o *rafting*, o montanhismo, a espeleologia, o *mountain bike* e o mergulho (ANEXO D).

O turismo ecológico é formado pela demanda de consumidores-viajantes por atrativos da natureza.

O turismo de estudo é a modalidade de turismo que inclui programas para aprendizado, treinamento ou ampliação de conhecimento *in situ*, envolvendo os professores e os alunos com profissionais locais, como estudos de antropologia, de botânica, de zoologia.

O turismo rural caracteriza-se pela produção e consumo de bens e serviços turísticos, em espaços e ambientes rurais como fazendas, sítios, beira-rio e semelhantes.

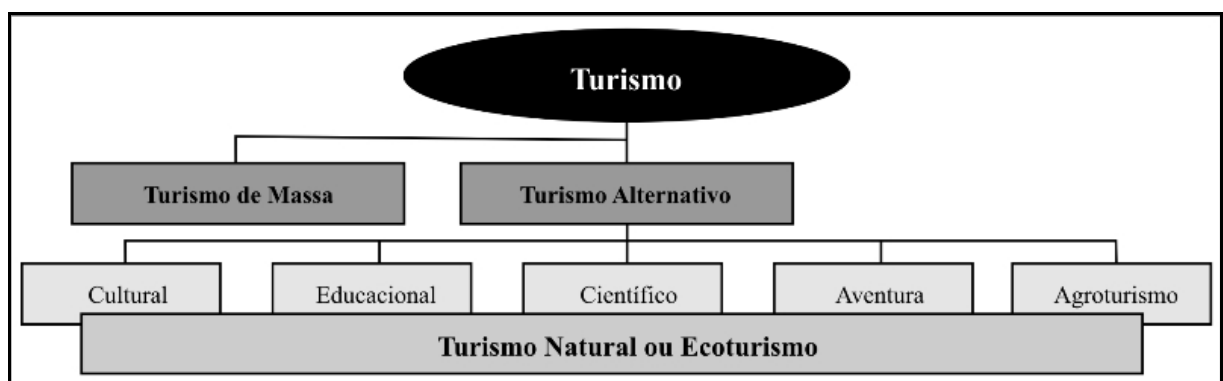


Figura 9: Turismo alternativo.

Fonte: Mieczkowski, citado por Wearing e Neil (2001, p. 5).

Troncoso (2002) também considera o Ecoturismo ou turismo ecológico como a modalidade de turismo naturalista mais especializada, cuja diferenciação de outras atividades

naturalistas encontra-se na política de planejamento e manejo dos recursos naturais, educação ambiental, conhecimento e aprendizagem da natureza, entre outras.

3.1.4 O turismo rural e o desenvolvimento das comunidades

À medida que a noção de ruralidade incorpora o meio natural como um valor a ser preservado – e não como um obstáculo que o progresso agrícola deve fatalmente remover -, vão ganhando força as políticas e as práticas produtivas voltadas para a exploração sustentável da biodiversidade (ABRAMOVAY, 2003).

Conforme Ortega (1996, p. 244), citado por Abramovay (2003, p. 29), “nas transformações sociais que começam é uma redefinição do rural, no sentido de compreender este espaço da sociedade como a vinculação com os recursos naturais, o manejo dos mesmos e, concretamente, a vinculação da sociedade com a própria natureza”.

Esta nova relação com a natureza e as preocupações com a gestão e conservação dos recursos naturais também pode promover o fortalecimento dos espaços rurais (SILVA, 2002). Entretanto, Veiga (2007) enfatiza que o fenômeno da nova ruralidade só pode surgir em certas condições e em situações de grande prosperidade socioeconômica.

Situações capazes de impulsionar simultaneamente os três vetores: a conservação da biodiversidade, o aproveitamento econômico de suas repercussões paisagísticas, através das diversas formas de ‘turismo’, bem como a alteração da matriz energética mediante o aumento e suas fontes renováveis (VEIGA, 2007, p. 146).

Desta forma, apontamos o turismo como uma nova concepção estratégica para fomentar o Desenvolvimento Sustentável das comunidades rurais. Entendido como um conjunto de bens e serviços que promovam o desenvolvimento socialmente justo e economicamente equilibrado em nível local e regional, o turismo integra o desenvolvimento urbano e rural, criando um processo de desenvolvimento econômico diversificado (SALVATI, 2004). No contexto socioeconômico, o turismo é considerado uma indústria limpa, que gera importantes divisas, sem poluir ou danificar o ambiente (MANOSSO, 2005).

Assim, inicia nos anos 80 a procura por experiências turísticas em ambientes naturais relativamente intactos, o que tornou-se o segmento do mercado internacional de turismo com os maiores índices de crescimento (NIEFER e SILVA, 1999).

Sobre esta busca por ambientes naturais com intuito de uma melhor qualidade de vida, Cavaco (1996) descreve que o contato com a natureza e a cultura local funciona como uma fuga para os turistas, pois seu maior desejo é justamente sair da realidade estressante da vida cotidiana dos grandes centros urbanos, motivados por uma nova opção de lazer.

Segundo Guimarães e Paixão (2002), o turismo no ambiente natural possibilita a inserção de agricultores familiares e outros atores sociais residentes no campo a contribuir e participar do desenvolvimento local sustentável.

É imenso o leque de amizades disponíveis nos espaços rurais. Podem variar tanto de fragmentos de natureza intocada a paisagens minuciosamente manejadas, quanto das mais antigas relíquias históricas às mais vivas tradições culturais (VEIGA, 2002, p. 80).

Para os pequenos produtores, o turismo pode ser benéfico também por meio da diversificação de atividades com o intuito de desenvolver um conceito de sustentabilidade com justiça social. Estes fatores incorrem na melhoria da qualidade de vida do pequeno produtor rural, se tornando um projeto de cunho social, ambiental e econômico que, segundo Silva e Almeida (2002), é uma forma alternativa e/ou complementar de geração de renda.

Cristovão (2002) destaca que a diversificação da economia rural decorre, cada vez mais, do reconhecimento de que o espaço rural é bem mais do que um simples fornecedor de matérias-primas.

Tanto o turismo como a diversificação de economia rural, fazem parte de mudanças sociais e econômicas respaldadas por um novo pensar, transformando em fato social a procura do retorno às origens, a redescoberta dos cidadãos pelo mundo rural e, a intensa necessidade do Turismo, como do desenvolvimento rural de levar em conta o meio ambiente, numa gestão sustentável dos recursos (FRANZOTTI, 2002, p. 87).

3.1.5 O Ecoturismo como uma nova ferramenta para a diversificação de renda

A palavra Ecoturismo é um neologismo usado pela primeira vez por Hector Ceballos na década de 80 e se formou a partir do prefixo "eco" (do grego *oikos* = casa) mais "turismo" (de origem francesa).

Com a implementação e o crescimento do Ecoturismo e com a finalidade de definir, regulamentar e conceituar a atividade, a Embratur desenvolveu as Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo conceituando-o como um “segmento da atividade turística que utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente, promovendo o bem-estar das populações envolvidas” (EMBRATUR, 1994, p.19).

Swarbrooke, citado por Nunes e Ladwig (2004), afirma que Ecoturismo e turismo sustentável são coisas diferentes, e sugere que com o gerenciamento adequado o Ecoturismo pode ser uma forma de turismo sustentável seguindo princípios que fundamentam o Ecoturismo sustentável como: a não degradação dos recursos e o desenvolvimento ambiental; proporcionar experiências participativas e esclarecedoras; envolver a educação entre todas as partes; incentivar o reconhecimento do valor intrínseco dos recursos naturais e culturais por todas as partes envolvidas; deve promover a responsabilidade e um comportamento moral e ético em relação ao meio ambiente natural e cultural; compreensão e parcerias entre muitos dos envolvidos; assegurar que nas operações de Ecoturismo a ética inerente às práticas ambientais responsáveis se aplique nas operações externas e internas trazendo benefícios em longo prazo (Figura 10).

O Ecoturismo, em sua concepção, apresenta três objetivos principais: sustentabilidade, conservação e fortalecimento da comunidade receptora (WEARING e NEIL, 2001; VIEIRA e NASCIMENTO, 2003). Estes objetivos colocados em prática podem fortalecer a organização social da comunidade e, segundo Riedl (2002) com possibilidades de reverter o processo de inviabilização da atividade econômica familiar no meio rural.

Com a inserção da comunidade nos serviços que o Ecoturismo demanda iniciará um processo de elevação do nível econômico da população local num todo, conseqüentemente, eleva-se também a qualidade de vida, diminuem as diferenças sociais, os conflitos, a violência

(MENDONÇA, 1999). Esta mudança também pode ser alterada na forma do trabalho, pois Sampaio (2005) vê na cooperação, e não na competição, uma tentativa de combater a visão somente econômica e, assim, dar suporte às atividades do Ecoturismo.

- O Ecoturismo estimula a compreensão dos impactos do turismo sobre o meio natural, cultural e humano.
- O Ecoturismo assegura uma distribuição justa dos benefícios e custos.
- O Ecoturismo gera emprego local, tanto diretamente no setor de turismo, como em diversos setores da administração de apoio e de recursos.
- O Ecoturismo estimula as indústrias locais rentáveis – hotéis e outras instalações de alojamento, restaurantes e outros serviços de alimentação, sistemas de transporte, produção de artesanato e serviços de guia.
- O Ecoturismo gera divisas estrangeiras para o país e injeta capital e dinheiro novo na economia local.
- O Ecoturismo diversifica a economia local, particularmente nas áreas rurais, onde o emprego agrícola pode ser esporádico ou insuficiente.
- O Ecoturismo busca a tomada de decisões em todos os segmentos da sociedade, inclusive nas populações locais, de modo que o turismo e outros usuários dos recursos possam coexistir.
- O Ecoturismo incorpora o planejamento e o zoneamento, assegurando o desenvolvimento turístico apropriado para a capacidade de sustentação do ecossistema.
- O Ecoturismo estimula a melhoria do transporte, da comunicação e de outros elementos da infraestrutura comunitária local.
- O Ecoturismo cria instalações recreativas que podem ser usadas pelas comunidades locais, pelos visitantes domésticos e internacionais. Também estimula, auxiliando seu custeio, a preservação dos sítios arqueológicos e de edifícios e bairros históricos.
- O turismo natural estimula o uso produtivo das terras marginais para a agricultura, permitindo que grandes áreas conservem sua cobertura de vegetação natural.
- O turismo cultural aumenta a auto-estima da comunidade local e proporciona a oportunidade de maior entendimento e comunicação entre pessoas de diversas origens.
- O turismo ambientalmente sustentável demonstra a importância dos recursos naturais e culturais para o bem-estar econômico e social da comunidade, podendo ajudar a preservá-los.
- O Ecoturismo monitora, avalia e administra os impactos do turismo, desenvolvem a todos confiáveis de contabilidade ambiental e calcula qualquer efeito negativo.

Figura 10: Princípios básicos do Ecoturismo.

Fonte: Conferência Global 90, Corrente Turística, Estratégia de Ação adotada em Vancouver, Canadá, citado por Wearing e Neil (2001, p. 13).

Para tal, o desenvolvimento socioeconômico sustentável de uma região deve ser o objetivo maior do Ecoturismo e deve ser alcançado quando há envolvimento das comunidades anfitriãs e a preocupação premente em gerar benefícios locais (MITRAUD, 2003).

Este novo rumo do turismo foi logo percebido, visto que em 2001 o turismo no Brasil foi responsável pela vinda de cerca de 4,8 milhões de visitantes estrangeiros (JANÉR e MOURÃO, 2003).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo, o setor é responsável por um em cada nove empregos gerados no mundo, sendo que no Brasil o ano de 2002 encerrou com uma receita de 3,12 bilhões de dólares (MACHADO, 2005), demonstrando que o turismo pode ser um pivô para a economia e a geração de empregos (BENAVIDES, 2003).

No Rio Grande do Sul, num estudo sobre os elementos motivadores do turista, Santos, Souza e Rapoport (2006) observaram que mais levou o turista a buscar o agroturismo e o turismo rural são os motivos físicos (46%), em particular o contato com a natureza e o silêncio/tranquilidade.

Castilho e Herscher (1997), citados por Niefer e Silva (1999), complementam que o Ecoturismo gera bilhões de dólares por ano e que ele está crescendo a taxas de 10% a 15% a.a., sendo que no hemisfério Sul mostra um crescimento de 6% a.a. devido às suas riquezas naturais e suas culturas indígenas.

Do ponto de vista mercadológico, o Ecoturismo é um segmento que tem obtido um crescimento considerável ao longo dos últimos anos. Para os empresários do segmento, a estimativa é de que o crescimento do Ecoturismo se situe em 20% a.a., onde o faturamento anual do turismo ecológico no Brasil se apropriaria com cerca de US\$ 70 milhões (Revista Veja citado por SAAB e DAEMON, 2000).

Entretanto, segundo a *homepage* do Instituto Capixaba de Ecoturismo - ICE, no Brasil, dados do Ministério do Turismo e da Fundação Roberto Marinho apontam o fluxo de 500 mil ecoturistas por ano, 30 mil empregos diretos e 20% de crescimento anual (contra 7,5% de crescimento do turismo comum).

Conforme Janér e Mourão (2003), dos 611 mil ecoturistas que desembarcaram no Brasil em 2001, cerca de 82% destes procuram a contemplação e observação da natureza, caminhadas por trilhas (12%), pesca esportiva (2%), mergulho submarino (2%) e exploração de cavernas (2%), porém boa parte destas práticas se resume, por exemplo, a um passeio de um dia no Parque Nacional do Iguaçu para ver as Cataratas.

3.2 Caracterização e o potencial natural do município de Venâncio Aires

O município de Venâncio Aires está localizado na encosta inferior nordeste da Serra Geral, apresentando um clima, definido segundo classificação Köpper, mesotérmico brando, superúmido e sem período seco (PÉREZ, 1996, p. 24 e 25) e caracterizado por apresentar uma grande variabilidade do tempo atmosférico em todas as épocas do ano, ocasionada pela sucessão de massas de ar tropical e polar. A temperatura média situa-se entre 15 e 20°C. Durante o inverno é comum a ocorrência de geadas, e na região serrana do município a temperatura pode chegar até a 4°C negativos.

O município pertence, em quase a sua totalidade, à bacia hidrográfica Taquari-Antas. A malha hídrica é composta por vários riachos, sangas, arroios e um rio. Destacam-se neste sistema o rio Taquari, o arroio Sampaio, o arroio Taquari Mirim, o arroio Castelhana, arroio Grande, o arroio Isabela, o arroio São João, etc., sendo o arroio Castelhana o principal arroio de Venâncio Aires. Este arroio possui uma bacia hidrográfica de aproximadamente 668 km² e uma extensão superior a 115 km. Sua importância se deve por abastecer a cidade, ter suas nascentes no próprio município e desaguar no rio Taquari, divisa do município (WESCHENFELDER, 2003).

A região do Vale do Rio Pardo, onde o município de Venâncio Aires está inserido, é contemplado com uma riqueza de flora, fauna, relevo e também, segundo Etges *et al* (2002), possui uma grande diversidade histórica, cultural e resquícios de ocupação indígena, onde uma proposta de desenvolvimento turístico pode vir a representar uma opção de diversificação, visando o incremento da economia regional (Figura 11).

As variações nos gradientes ambientais permitem a individualização da região da Floresta Estacional Decidual em duas regiões fitogeográficas, a Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados (floresta ombrófila mista) ao norte/noroeste e o Pampa, ao sul. A Mata Atlântica e seus Ecossistemas Associados é considerada, atualmente, um dos mais importantes conjuntos de ecossistemas do planeta e um dos mais ameaçados, localizado na região serrana do município.



Figura 11: Pesquisadores do Centro de Pesquisa Arqueológica da Universidade de Santa Cruz do Sul encontraram 23 sítios arqueológicos na região de estudo.

Fonte: Zero Hora (1996).

Dentre essas duas Regiões Fitogeográficas onde Venâncio Aires está localizado, podemos observar três unidades fitofisionômicas distintas que são: formação Montana (Mata Atlântica com presença de araucária), formação Sub-Montana e formação Aluvial, campo (Pampa) e banhados (várzeas dos arroios Castelhana e Taquari Mirim), sendo este último muito rico em biodiversidade e de extrema importância para a regulação climática (WESCHENFELDER, 2003).

O relevo desta região é montanhoso, com vales profundos, com altitudes que variam de 200 a 690 metros em relação ao nível do mar. A região também apresenta uma enormidade de nascentes e cursos de água como riachos e arroios, onde formando as bacias hidrográficas do arroio Castelhana, arroio Isabela e arroio Sampaio. Estas características formam grandes potenciais naturais para a implantação de várias modalidades de Ecoturismo (Figura 12) (ANEXO D).

A presença de uma grande área de mata na localidade de Sete Léguas e de diversas outras matas relevantes em todas as localidades permite o desenvolvimento de inúmeras atividades de lazer, recreação, avistamento e contemplação da fauna e da flora, trilhas ecológicas, arborismo e outras atividades (ANEXO D).



Figura 12: Fotografias de algumas cascatas encontradas na região serrana com potencial para o Ecoturismo
 Fonte: Imagens A, B e C de Folha do Mate (2007a) e D, E e F do acervo do autor (2007, 2008).

Outro fator importante a ser ressaltado é a diversidade de espécies encontradas e o relevo favorável em Linha Sete Léguas, onde se encontra a Floresta Ombrófila Mista Sub-Montana e Montana (PROJETO RADAM-BRASIL, 1982) que, com sua biodiversidade associada, reforça o potencial da região como atração ecoturística.

A riqueza natural da região também tem outros elementos ignorados, como os múltiplos usos de espécies vegetais que poderiam ser utilizados em benefício dos produtores rurais. Como exemplo, segundo Mentz Ribeiro (1993), citado por Lobo e Putzke (1999, p. 234), os índios nativos utilizavam e tinham à disposição pelo menos 73 espécies frutíferas, 16 espécies com tubérculos e raízes comestíveis, 46 espécies de cogumelos comestíveis, 3 espécies de

palmeiras que forneciam palmito, que poderiam ter sido ou foram utilizados na dieta, de acordo com as escavações e achados realizados.

Um exemplo de uso dos recursos naturais é o que ocorre no município de Maquiné, onde o manejo sustentável da samambaia-preta gerou, a partir da década de 70, um novo ciclo econômico na região, tornando-se a principal fonte de renda para as famílias de agricultores familiares (SUÁREZ, MIGUEL e COELHO DE SOUZA, 2006).

Neste sentido, referente às espécies arbóreas do Rio Grande do Sul, existem pelo menos 515 espécies de árvores e arvoretas nativas (REITZ, KLEIN e REIS, 1988), sendo que somente nas árvores encontradas na região de estudo, Backes e Irgang (2002) citam diversos usos medicinais de árvores como a Canjerana (*Cabraela canjerana*) usada como purgativo e febrífugo; Cedro (*Cedrela fissilis*) como anti-séptico e contra a febre; Pitangueira (*Eugenia uniflora*) usado como antidiarreico, hipoglicemiante, diurético, antifebril, anti-reumático; Camboatá-vermelho (*Cupania vernalis*) usado como antifebril e antisséptico em feridas; Açoita-cavalo (*Luehea divaricata*) usado como anti-reumático, antidiarreico, antisséptico, expectorante e depurativo; além de muitas outras espécies.

Referente aos fungos, Putzke e Putzke (1998) tratam que apenas cerca de 30 espécies de fungos são cultivados, já que nossos antepassados de origem europeia que consumiam muito cogumelo não mantiveram esta tradição quando aqui se instalaram. Os pesquisadores destacam, como exemplo, fungos com propriedades para baixar o nível de colesterol no sangue (*Agaricus bisporus* e *Lentinus edodes*); anticancerígeno (*Lentinus edodes* e *Pleurotus ostreatus*); fontes de aminoácidos, minerais, vitaminas; nutrem e não engordam.

Putzke e Putzke (2002) destacam ainda que dos cerca de 1.200 cogumelos da ordem Agaricales encontrados no Brasil, pelo menos 400 espécies poderiam ser testadas quanto a sua comestibilidade. Alguns chegam a medir 50 cm de diâmetro, como *Tricholoma praegrande*, e poderiam ser coletados diretamente na natureza e colocados “*in natura*” no mercado, como acontece na Europa.

Como alternativa ao plantio de fumo e a seus problemas associados, no caso da região do Vale do Rio Pardo, Karnopp (2003) constata que são incipientes experiências agroecológicas que podem hoje ser caracterizadas como sendo alternativas à produção do

tabaco. As experiências agroecológicas na região, porém, ainda carecem do engajamento da sociedade como um todo, o que as tornam vulneráveis frente ao contexto socioeconômico regional atual (KARNOPP, 2003, p. 145).

Desta forma, verificado o potencial natural da região para as atividades ecoturísticas, há a necessidade de que haja o envolvimento das comunidades e dos demais atores sociais para buscar o conhecimento necessário e para desenvolver novas cadeias produtivas e de serviços.

Não obstante, o que faz com que as unidades produtivas se transformem em uma ou outra modo ou direção é o conjunto de estratégias, ações e reações que os membros que as integram forem capazes de articular e colocar em prática. Essas estratégias relacionam-se às mudanças nos processos de trabalho, investimentos de capital, ciclo produtivo, reprodução do grupo familiar, e mesmo ao universo de relações sociais prioritárias, criando alternativas que se refletem em aumento ou diminuição do grau de dependência aos mercados (SCHNEIDER e NIEDERLE, 2008, p. 56).

O conhecimento do ambiente e dos recursos naturais existentes numa região é de extrema importância para uma comunidade. Concomitantemente, associado ao Ecoturismo, a exploração sustentável dos recursos naturais pode diversificar as cadeias produtivas locais e gerar novas formas de trabalho, favorecer a coesão social e o desenvolvimento de comunidades rurais.

(...) é necessário que se produza conhecimento e se experimentem processos sociais que indiquem a essa categoria sócio-produtiva a perspectiva para a superação do enclausuramento nos sistemas de produção, na busca de contextos mais amplos, levando-se em conta fatores ou componentes que são sociais, culturais, políticos, ambientais, éticos, simbólicos, econômicos, entre outros (ALMEIDA, 2003, p. 8).

3.2.1 O Ecoturismo como vetor de crescimento

O Ecoturismo e suas atividades associadas estimula o crescimento da economia; descobre formas de trabalho e de emprego; eleva o poder aquisitivo; e desperta a vontade de estudar, crescer, participar, produzir e melhorar suas condições de vida (CORIOLANO, 2003). O Ecoturismo também pode ser um elemento importante no sentido de provocar algumas melhorias em termos de bem-estar e qualidade de vida para as famílias e comunidades que o adotam (MORAES e SOUZA, 2007).

Por contribuir para melhorar as condições de vida, as atividades do Ecoturismo podem gerar condições para inibir o êxodo rural e auxiliar as famílias a se sustentarem com maior dignidade no meio rural, que segundo Sachs (1993), citado por Silveira (2003), objetiva construir uma civilização com maior equidade na distribuição de bens e de rendas, reduzindo o abismo entre os padrões de vida dos pobres e dos ricos, se resumindo num processo de fortalecimento das horizontalidades.

O Ecoturismo pode beneficiar a integração e a cooperação social porque as atividades desenvolvidas ultrapassam os limites da propriedade, necessitando o envolvimento e a organização da comunidade nas questões que envolvem suas atividades.

O Ecoturismo como ferramenta do desenvolvimento regional somente terá êxito se houver participação ativa da comunidade local, inclusive no planejamento e definição de estratégias, de forma que todos possam, direta e indiretamente, melhorar sua qualidade de vida (WESCHENFELDER, 2008, p. 7).

Este envolvimento da comunidade também se faz necessário porque os impactos ambientais, mesmo que locais, podem inviabilizar as atividades do Ecoturismo como, por exemplo, um fator essencial são os cuidados com a paisagem, pois ela é um elemento importante (SANTOS, SOUZA E RAPOPORT, 2006) e essencial para o conjunto e para a contemplação de um meio ambiente equilibrado. (Figura 13).

Esta participação dos moradores também é extremamente necessária num processo de desenvolvimento de trilhas e caminhos onde se possam realizar atividades como a contemplação da natureza, trilhas ecológicas e mesmo o *trekking*. Estas atividades não necessitam investimentos e podem ser inseridos nas diversas trilhas e caminhos já existentes na região que, com organização e empenho dos moradores, poderiam interligar diversas rotas por toda a região formando uma malha de trilhas e caminhos conectados a diversas cascatas, mirantes, casarões antigos, locais de alimentação e outros atrativos ecoturísticos. (ANEXO E).



Figura 13: A paisagem como atrativo natural ao Ecoturismo, lago em Linha Cachoeira (A), Linha Madalena (B), montanha em Vila Deodoro (C) e o vale do arroio castelhano (D).
Fonte: Registro fotográfico do autor, 2008.

4 METODOLOGIA DO ESTUDO

4.1 Procedimento de campo

O estudo foi realizado com a demarcação de todos os pontos (*pixels*) com possibilidades de serem residências junto à rodovia RS-422 na região serrana do município de Venâncio Aires, RS, totalizando uma área aproximada de 200 km².

Para o desenvolvimento dos procedimentos para a determinação do nível de percepção dos moradores, foram realizadas visitas às residências para entrevista com os moradores e para o devido preenchimento, pelo pesquisador, do Formulário de Percepção Ecoturística - FPE.

A entrevista se dava com qualquer um dos moradores presentes na residência no momento da visita, sendo observado a idade mínima de 18 anos, buscando a pessoa com maior conhecimento e interação sobre o assunto, como também, em alguns casos, ocorria o auxílio de outros residentes nas respostas.

Pádua, Tabanez e Souza (2003) relatam a importância da participação do público-alvo na pesquisa porque aumenta as chances de o público participar mais intensamente. Isto, também se faz necessário porque qualquer atividade que promova o Desenvolvimento Sustentável e que seja realizada em uma região sem a participação dos atores locais, não pode ser considerada como tal, principalmente quando se trata do Ecoturismo.

Inicialmente foram demarcadas 187 residências hipotéticas com ajuda do *software Google Earth* (Figura 14), sendo selecionados todos os pontos que se apresentavam com potencial a serem uma residência (*pixels* semelhantes). Estes eram previamente numerados e, com o decorrer da pesquisa de campo, eram confirmadas como residências ou, se não, anuladas ou remarcadas para se manter a aleatoriedade do método científico.

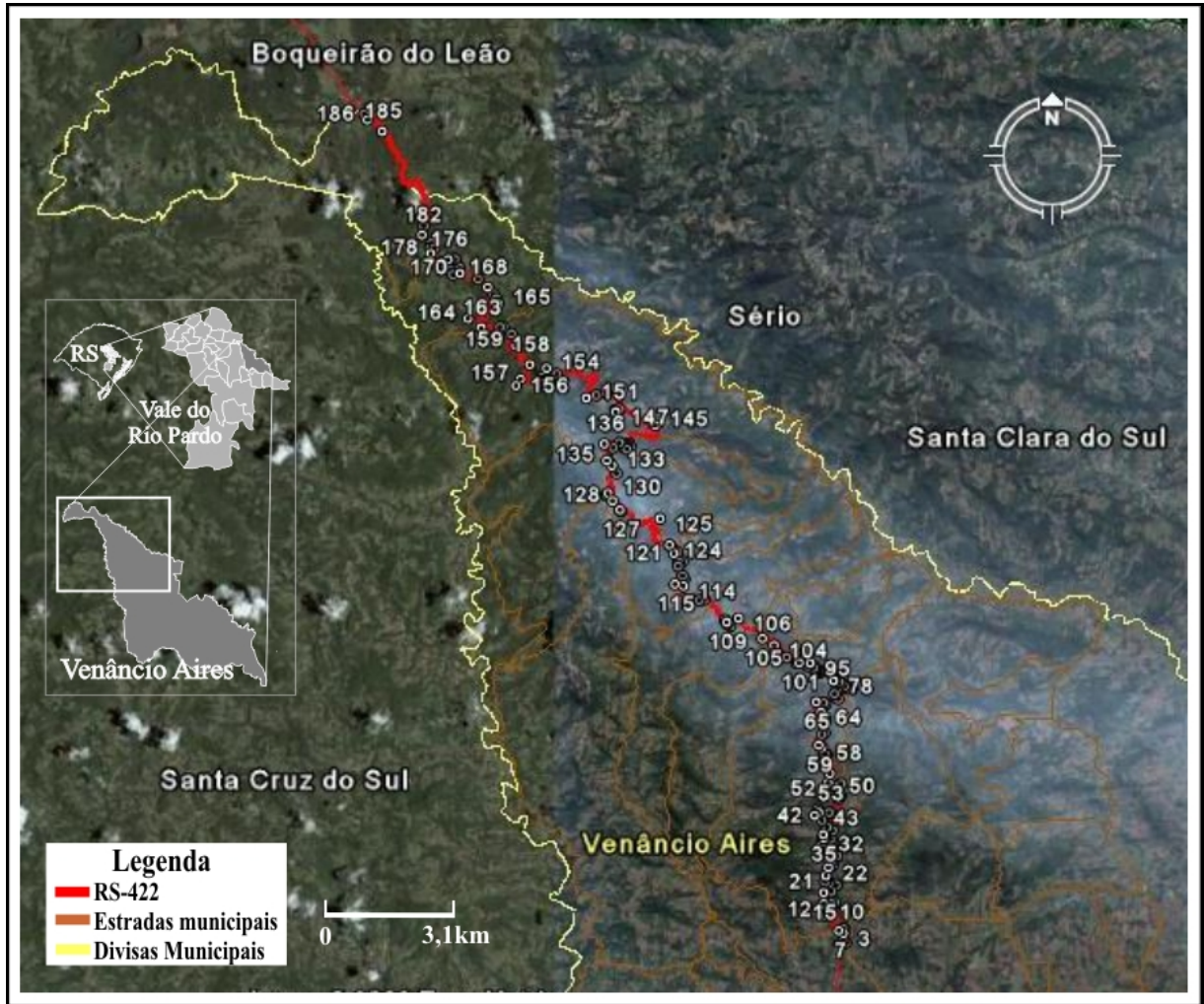


Figura 14: Mapa de localização dos 187 pontos de pesquisa (muitos pontos sobrepostos).

Fonte: Elaborado pelo autor através do *software Google Earth* e da base cartográfica do Laboratório de Geoprocessamento da Unisc.

No decorrer da pesquisa, muitos locais tiveram que ser anulados, pois não eram residências. Foram anulados 52 pontos (Figura 15) que se tratavam de residências inabitadas (17 locais) e outras estruturas como galpões, igrejas, escolas e residências habitadas por agregados ou trabalhadores temporários, os quais não foram alvos desta pesquisa pelo motivo de que este projeto era direcionado aos produtores rurais moradores fixos das localidades.

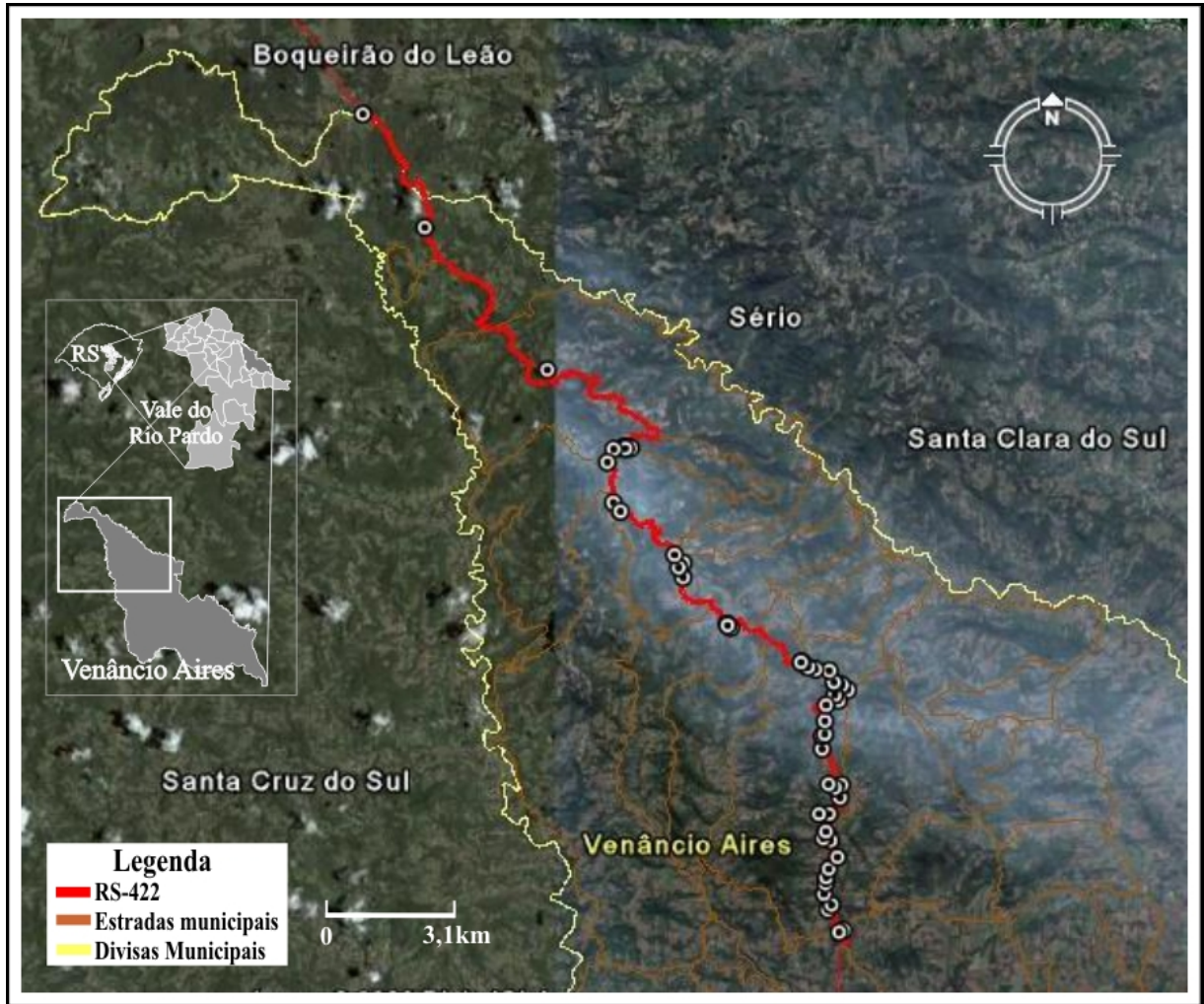


Figura 15: Plotagem das 52 pontos (alguns sobrepostos) de amostragem anulados pelo motivo de serem residências inabitadas, galpões, igrejas, escolas e residência habitadas por agregados ou trabalhadores temporários.

Fonte: Elaborado pelo autor através do *software Google Earth* e da base cartográfica do Laboratório de Geoprocessamento da Unisc.

4.2 Amostragem e pesquisa

Para a aplicação do questionário, foi determinada a amostra pela fórmula de Gil (1995, p. 101), para populações inferiores a 100.000 pessoas (Figura 16), sendo:

n = Tamanho da amostra

α^2 = Nível de confiança escolhido adotado (95% = 2 desvios)

p = Percentagem com a qual o fenômeno se verifica (50%)

q = Percentagem complementar (100 - p)

N = Tamanho da população

e^2 = Erro máximo permitido adotado (5%)

$$n = \frac{\alpha^2 p.q.N}{e^2 (N - 1) + \alpha^2 p.q}$$

Para o universo definido de 135 residências (N), que são os 187 pontos (*pixels*) de pesquisa definidos com a ajuda do *software Google Earth* extraídos os 52 pontos que foram descartados pelo motivo de não serem residências (Figura 15), e aplicando “N” na fórmula temos:

$$n = \frac{(2)^2 \times 50 \times 50 \times 135}{(5)^2 \times (135-1) + (2)^2 \times 50 \times 50}$$

$$n = \frac{4 \times 2.500 \times 135}{25 \times (134) + 4 \times 2.500}$$

$$n = \frac{1.350.000}{3.350 + 10.000}$$

$$n = \frac{1.350.000}{13.350} = \mathbf{101,12}$$

Figura 16: Definição da amostra a ser pesquisada

Logo, como necessitava-se de no mínimo 102 residências para cumprir a amostra, este projeto finalizou realizando 108 entrevistas, colaborando para o aumento da confiança e aleatoriedade, bem como se trata de mais de 80% das residências amostradas,.

Seguindo os cálculos de amostragem, foram pesquisadas 108 residências sendo que 104 responderam o Formulário de Percepção Ecoturística (Figura 17) e 4 se negaram a participar alegando não ter interesse ou ser analfabeto. Para a análise do formulário (valoração, cruzamento dos dados e percepção) foram utilizados sempre 108 elementos.

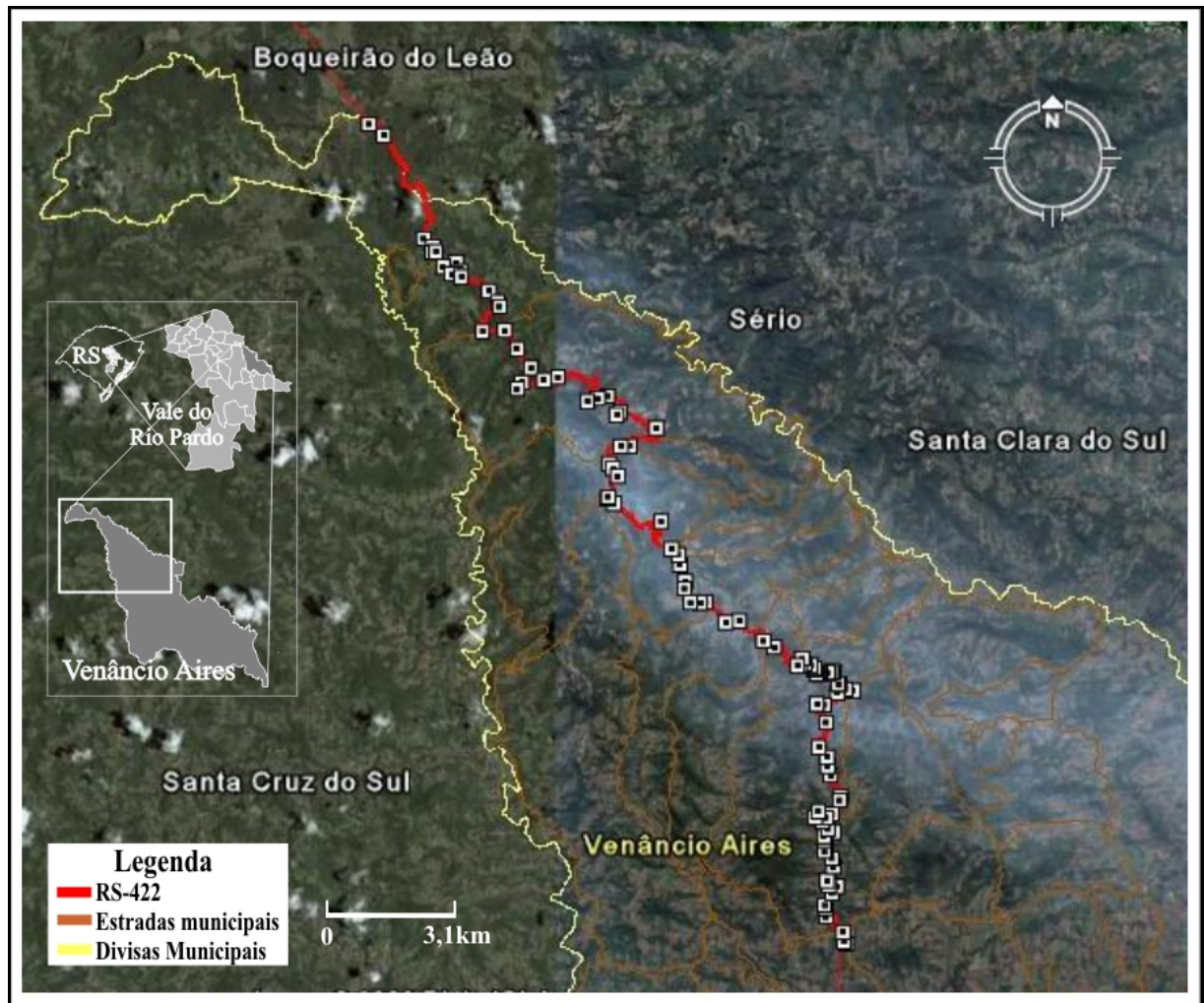


Figura 17: Plotagem das 108 residências pesquisadas na área do estudo (em branco), sobre a RS-422 (em vermelho), e entre as divisas municipais (em amarelo).

Fonte: Elaborado pelo autor através do *software Google Earth* e da base cartográfica do Laboratório de Geoprocessamento da Unisc.

Para delimitar a abrangência da área de pesquisa (referente à distribuição das residências na margem da RS-422), fora estabelecido que as amostras somente fossem definidas com as residências que se encontravam em, no máximo, 150 metros da RS-422. Esta decisão se deu pelo motivo de que a RS-422 é a principal rodovia e que, se houvesse o desenvolvimento do Ecoturismo na região, estas atividades ocorreriam com maior êxito se tivessem apoio e conscientização dos moradores das margens da RS-422.

Foram realizadas 23 excursões para a realização desta pesquisa sendo percorridos 1.548 quilômetros no total. O esforço amostral para a realização desta pesquisa foi superior ao planejado visto que, como a maioria dos moradores desenvolve a atividade de produção de tabaco e necessita de muitas horas de trabalho junto à lavoura, estes eram raramente

encontrados em sua residência dificultando a aplicação do FPE. Isto gerava a necessidade de diversas visitas às mesmas residências para ser aplicada a entrevista.

Outro fator que dificultou para o desenvolvimento da pesquisa foi o excesso de chuvas que deixava a estrada intransitável. Esta situação ocorre porque a RS-422 não recebe a devida manutenção e que, nos últimos anos, é alvo de muitas críticas, protestos e manifestações populares para que a estrada não seja abandonada e para que tenha uma manutenção constante e de qualidade.

4.3 Instrumento de coleta de dados da Percepção Ecoturística

Como não há informação acerca do nível de percepção ecoturística dos moradores da região, até mesmo porque a denominação “percepção ecoturística” é inovadora por este projeto, optou-se pela elaboração de um formulário com base em estudos de percepção ambiental desenvolvidos em diversos projetos de cunho ambiental.

Na elaboração deste formulário foi seguido um dos três principais caminhos para compreender o comportamento humano no contexto das ciências sociais empíricas, sendo: “perguntar às pessoas sobre o que fazem (fizeram) e pensam (pensaram)” (GÜNTHER, 2003, p. 1).

Este Formulário de Percepção Ecoturística - FPE, com o objetivo de identificar, principalmente, a noção que os moradores têm sobre o Ecoturismo e sua relação com o meio ambiente, é dividido em 20 questões fechadas, das quais o entrevistado somente poderia optar por uma das respostas “Sim” ou “Não”. Embora, segundo Günther (2003, p. 19), esta técnica pode gerar “adivinhações por parte dos respondentes que não querem admitir falta de conhecimento”. Sendo assim, através do levantamento de dados por amostragem aleatória e pela baixa escolaridade dos entrevistados, buscou-se pela resposta direta entre o sim ou não porque, em boa parte das perguntas, se trata da afirmação ou negação sobre cada assunto.

Este caminho de levantamento de dados por amostragem, descrito como *survey*, assegura melhor representatividade e permite generalizações para uma população, definido por Fink e Kosecoff (1985, p. 13), segundo Günther (2003, p. 1), como um "método para

coletar informações de pessoas acerca de suas ideias, sentimentos, planos, crenças, bem como origem social, educacional e financeira".

As questões abertas são relativas, direta e indiretamente, às cinco dimensões denominadas de Ecoturismo, impactos ambientais, meio biótico, meio abiótico e viabilidade turística (Tabela 5). No FPE também há duas questões abertas com o objetivo de fazer com que os entrevistados pudessem responder sobre os assuntos locais pertinentes em um processo de desenvolvimento ecoturístico e que tinham como finalidade verificar os possíveis potenciais naturais que poderiam ser um atrativo ao Ecoturismo e sobre problemas e dificuldades que possam atrapalhar esta atividade (ANEXO F).

Tabela 5: Apresentação das dimensões abordadas pelo Formulário de Percepção Ecoturística (FPE).

Dimensões	Questões	Total de questões
Ecoturismo	01 a 05	05
Impactos Ambientais	06 a 10	05
Meio Biótico	11 a 14	04
Meio Abiótico	15 a 18	04
Viabilidade Turística	19 e 20	02
Total		20

Fonte: Elaborado pelo autor.

Para a elaboração do formulário de percepção ecoturística, que se trata de um questionário, utilizou-se as recomendações de Dencker (2001), quanto à não utilização de frases longas ou com múltiplas idéias, bem como de expressões técnicas e ambíguas. Também foram seguidas as definições de Yarenko *et al* (1986, p. 186), citado por Günther (2003, p. 1), que trata o questionário como "um conjunto de perguntas sobre determinado tópico que não testa a habilidade do respondente, mas mede sua opinião, seus interesses, aspectos de possibilidades e informações biográficas."

Desta forma, o formulário foi desenvolvido com questões para serem facilmente entendidas pelos produtores rurais, bem como facilitar as respostas através da afirmação ou negação sobre o assunto proposto.

4.4 Aplicação e análise do Formulário de Percepção Ecoturística

A coleta de dados se deu de forma voluntária, utilizando o método de comunicação não disfarçada, ocasião em que era esclarecida a relevância da participação do morador na pesquisa (ADDISON, 2003). O instrumento foi aplicado a 108 residências (adotado um nível de confiança de 95% e erro máximo de 5%) que foram visitadas conforme a figura 17.

Para validar e verificar possíveis falhas, foi realizado o pré-teste com os 20 primeiros entrevistados com o objetivo de identificar, num primeiro momento, as questões mais relevantes, menos oportunas ou para alterar alguma questão que por ventura pudesse não estar completamente de acordo com este estudo ou que fosse de difícil resposta pelos entrevistados.

Com os dados coletados pelo FPE, estes foram analisados com utilização dos *softwares* SPSS (*Statistical Package for Social Science*) e EXCEL (*Microsoft Office Excel*). O programa SPSS foi utilizado para realizar as tabulações, as análises, os cruzamentos dos dados. O programa EXCEL foi utilizado para gerar os gráficos e para realizar as tabulações referentes à valoração dos formulários sobre a percepção ecoturística. Em resumo, a figura 18 demonstra como foram os procedimentos adotados na pesquisa de campo.

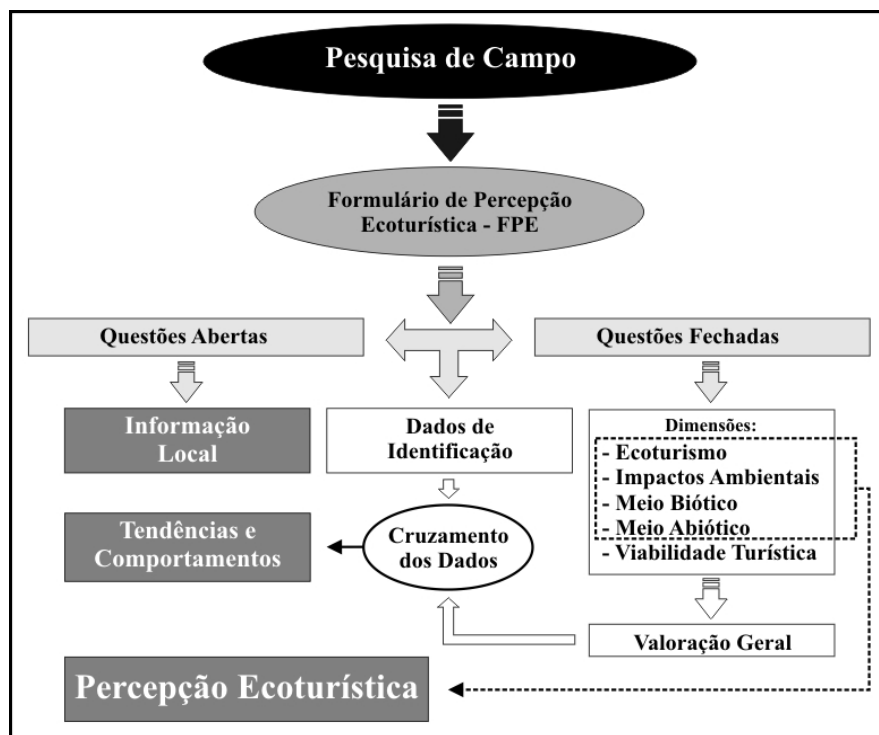


Figura 18: Desenho esquemático de como foi realizada a extração e análise dos dados.

Fonte: Elaborado pelo Autor.

4.5 Sistemática da pesquisa

A sistemática de pesquisa foi desenvolvida seguindo o roteiro de Venâncio Aires em direção a Boqueirão do Leão, perfazendo um total de 36,31 quilômetros, iniciando a 15 quilômetros do centro da área urbana do município de Venâncio Aires e se estendendo até a divisa do município de Boqueirão do Leão, a 8,3 quilômetros do centro da área urbana.

O foco da pesquisa foi os moradores lindeiros da RS-422 entre as localidades de Linha Brasil e Linha Sete Léguas e, após a chegada ao ponto determinado, era realizada a confirmação de que local se tratava de uma residência e aplicado o FPE. Caso fosse verificado que os proprietários não se encontravam no momento, estas residências eram transferidas para o fim da pesquisa. Neste caso, os reinícios das entrevistas se deram após serem entrevistados em torno do 90º morador e após o 100º morador, reiniciou-se novamente até cumprir o número mínimo determinado para esta pesquisa (Figura 19).

Para verificar se ocorreu um aumento na pontuação pelo contato ou troca de informações entre vizinhos, foram cruzados os dados da valoração e ordem de pesquisa elaborando-se um gráfico para observar se este risco era possível e se não estava havendo alguma interferência no resultado da pesquisa. Na figura 19 é destacada a ordem da pesquisa, que seguia a numeração em linha crescente de 01 a 187, relacionada com os valores obtidos na valoração dos formulários, demonstrando que esta interferência não ocorreu.

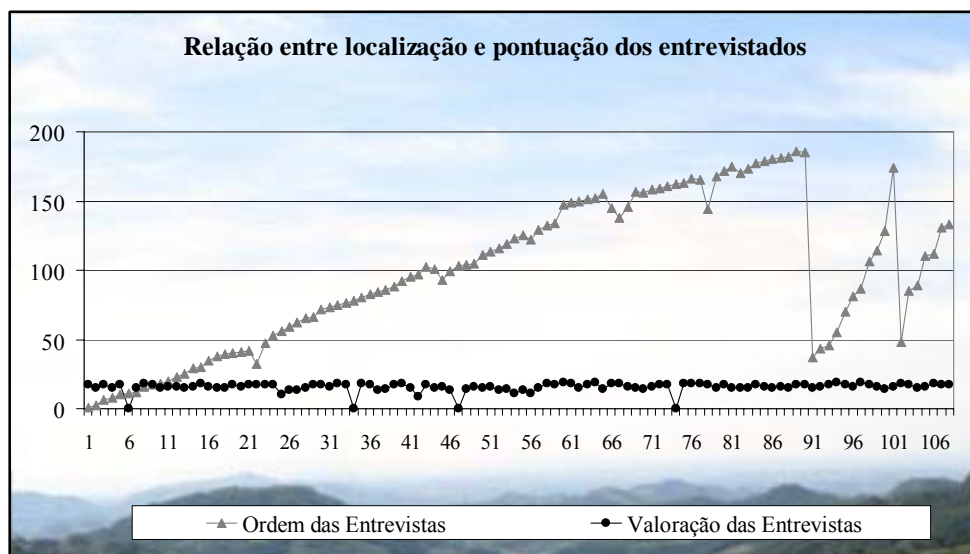


Figura 19: Sistemática da pesquisa comparada aos valores do FPE.

Fonte: Elaborado pelo autor.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

5.1 Análise dos dados do Formulário de Percepção Ecoturística

5.1.1 Informações referentes aos dados de identificação

O Formulário de Percepção Ecoturística foi desenvolvido para obter informações sobre o conhecimento e o comportamento que os moradores possuem em relação ao turismo (dimensões Ecoturismo e Viabilidade Turística), sobre o comportamento em relação ao meio ambiente (dimensões Impactos Ambientais, Meio Biótico e Meio Abiótico) e conhecimentos locais.

Com a aplicação do formulário observou-se que a média de idade dos entrevistados foi de 47,85 anos, onde o maior número de entrevistados apresentou entre 51 a 60 anos (Figura 20), com 32 participantes. A idade máxima encontrada foi de 86 anos e a mínima de 18 anos, onde 50% dos casos se mantiveram entre as idades de 36 a 59 anos.

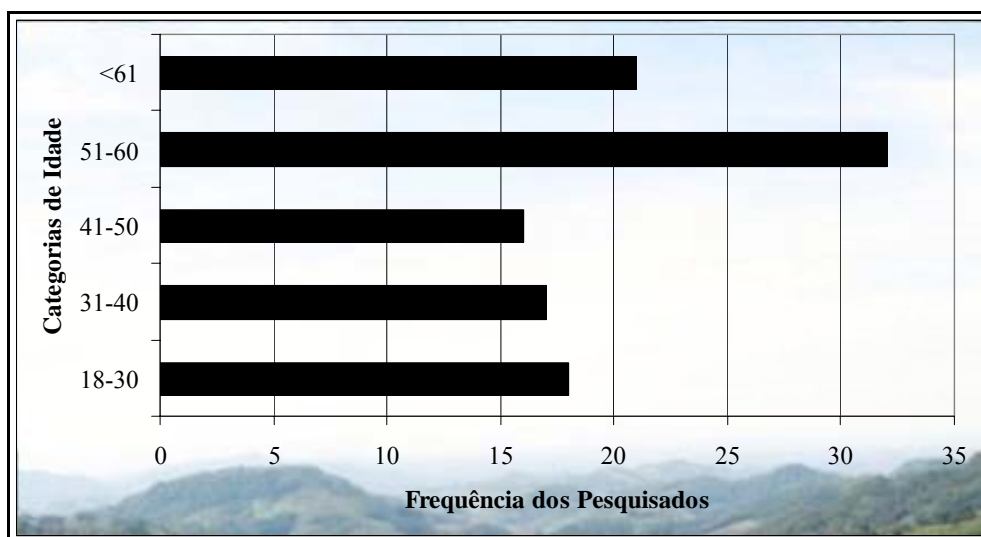


Figura 20: Gráfico da distribuição da idade dos entrevistados em agrupamentos.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Verificada a média de idade dos entrevistados, destaca-se que estes dados não fornecem uma informação muito precisa referente a uma média regional dos moradores, visto que a entrevista era realizada por quem se encontrava no momento na residência. Assim, dependendo do horário, se encontrava somente em casa quem não estava desenvolvendo

algum tipo de trabalho. Entretanto, no decorrer das entrevistas foi relatado que a região era habitada por muitas pessoas de idade elevada e que, por causa disso, muitos estavam vendendo suas propriedades e seguindo rumo à cidade.

Referente ao número de pesquisados e a qual localidade estes pertenciam, encontramos um número elevado nas localidades de Linha Madalena (28,7 %), Vila Deodoro (24,1 %) e em Linha Marmeleiro (21,3%) (Figura 21). A escolha do número de entrevistados por localidade foi ao acaso visto que foi determinado aleatoriamente o número de entrevistados para a área de estudo e não por localidade.

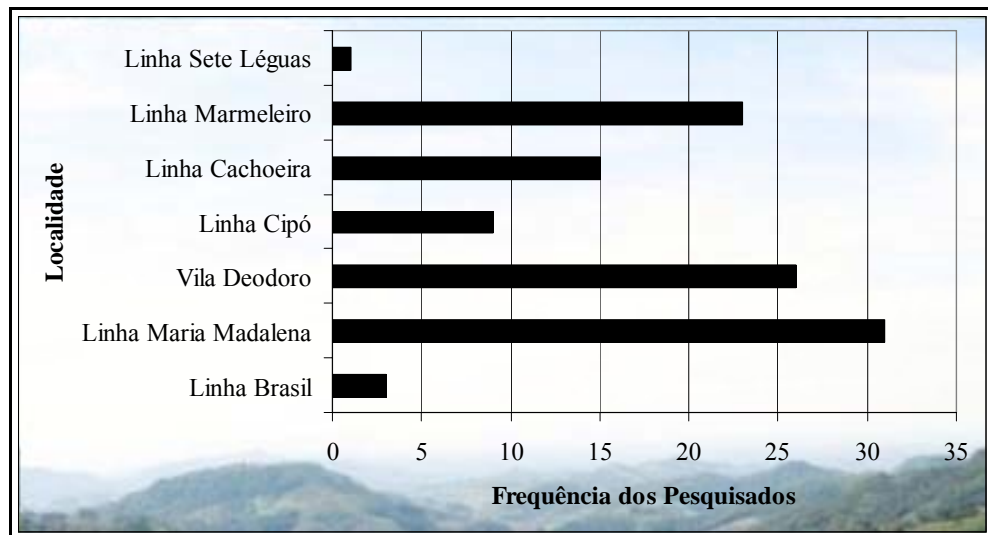


Figura 21: Gráfico da distribuição dos moradores nas respectivas localidades.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Como a pesquisa determinou um número de amostras para região, a localidade não é utilizada como meio de buscar informações específicas, visto que ela é parte integrante da região e, para tal, necessitaria uma amostragem específica para a localidade.

A distribuição de gênero entre os 104 pesquisados se manteve em equilíbrio. Foram entrevistadas 53 pessoas do sexo masculino (49,07%) e 51 do sexo feminino (47,22%) (Figura 22). Os demais 3,7% se referem aos quatro formulários que não foram respondidos. A pequena variação entre os gêneros forneceu informações equilibradas sobre a percepção ecoturística da comunidade sem ter influência do sexo.

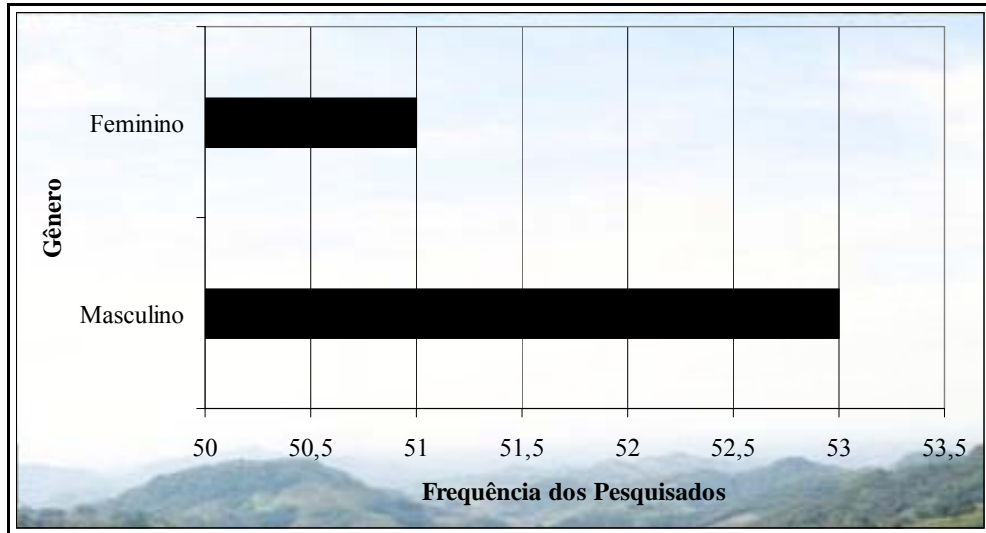


Figura 22: Gráfico da distribuição do sexo entre os pesquisados.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente à profissão dos entrevistados, a atividade de agricultor foi a mais encontrada, sendo formada por 71 participantes da pesquisa (65,74%) (Figura 23). Apesar de a região ser basicamente agrícola, o número de entrevistados de outras profissões se deve porque Vila Deodoro é um núcleo urbano e concentra algumas empresas e serviços.

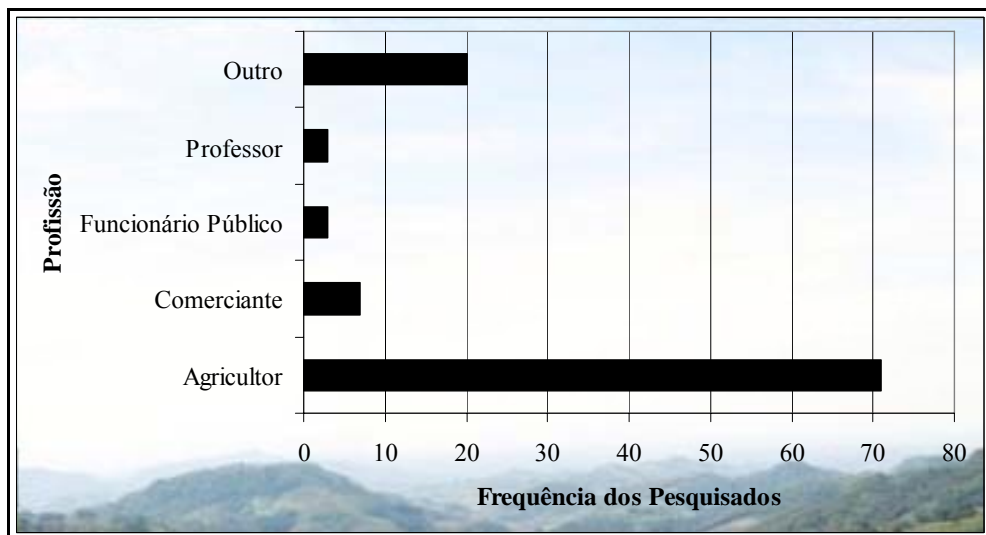


Figura 23: Gráfico da distribuição da profissão entre os pesquisados.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Referente ao nível de escolaridade dos pesquisados, encontrou-se um número muito grande com formação incompleta do Ensino Fundamental. Este grupo teve 77 participantes totalizando 71,3% dos entrevistados (Figura 24).

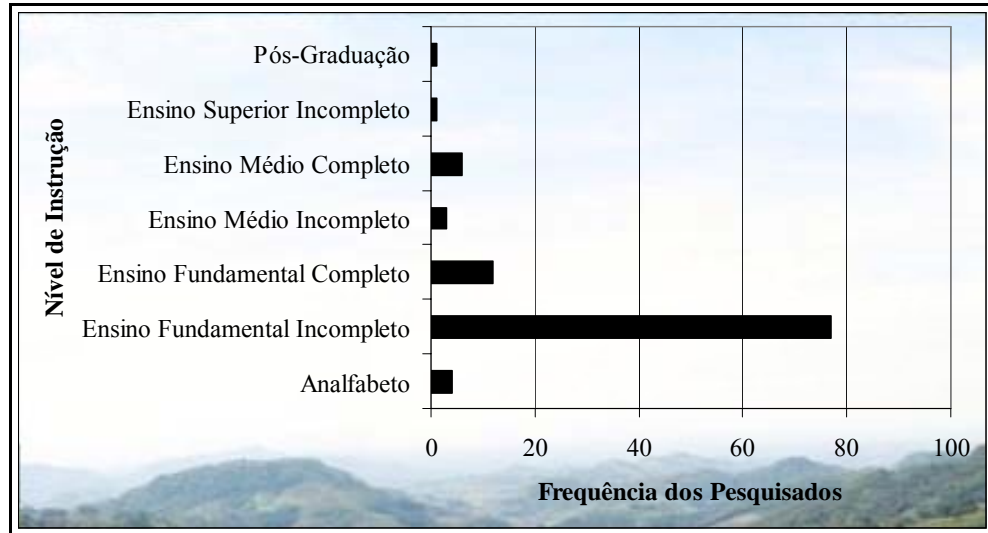


Figura 24: Gráfico da distribuição do nível de escolaridade dos pesquisados.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nos demais níveis de formação encontrou-se 12 entrevistados com Ensino Fundamental completo (11,11%), 6 com Ensino Médio completo (5,56%), 4 analfabetos (3,7%), 3 com Ensino Médio incompleto (2,78%) e uma pessoa com Ensino Superior completo e outra com pós-graduação (0,93%).

5.1.2 Questões da dimensão Ecoturismo

Com a pergunta 1.1 - *A região é propícia ao desenvolvimento de atividades do Ecoturismo* - pretendeu-se buscar a forma como a comunidade vê o seu entorno ambiental, bem como se ela possui algum conhecimento que possa fazer uma relação entre o ambiente natural com a possibilidade de desenvolver atividades ecoturísticas.

Nesta questão encontramos 10 pesquisados (9,3%) que informaram não achar que a região seja propícia ao Ecoturismo porque não apresenta nada de interessante (Figura 25). Os demais 94 entrevistados (87%) declararam que a região tem muito a oferecer e que acham a região propícia para as atividades do Ecoturismo.

Entendendo que atividades sem planejamento, organização e conhecimento técnico podem causar problemas em vez de criar oportunidades, a pergunta 1.2 - *O Ecoturismo pode atrapalhar a vida do produtor rural* - teve o interesse de identificar possíveis moradores que consideram problemática esta relação com turistas ou com possíveis problemas que a

atividade turística possa criar como os choques culturais, produção de lixo, aumento da violência, etc.

Para tal, encontramos 92 entrevistados (85,2%) que declararam que o Ecoturismo não atrapalha a vida do produtor rural e 12 entrevistados (11,1%) informaram que o Ecoturismo pode sim atrapalhar as atividades dos produtores rurais (Figura 25).

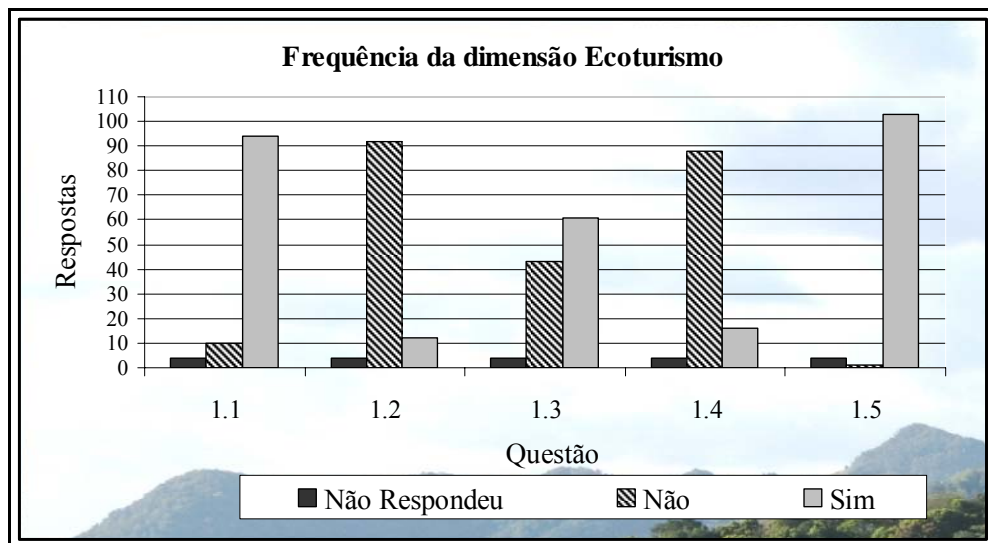


Figura 25: Frequência das respostas observadas nas questões da dimensão Ecoturismo.
Fonte: elaborado pelo autor

Com a intenção de conhecer a forma como os moradores da região de estudo se adaptam e se moldam às novas situações, a pergunta 1.3 - *Você mudaria hábitos e comportamentos pelo Ecoturismo* - teve como objetivo descobrir se, com a possibilidade da implementação de atividades ecoturísticas, os moradores seriam capazes de contribuir direta e indiretamente na mudança de alguns hábitos e comportamentos que possam comprometer o Ecoturismo.

Nesta questão, 43 pesquisados (39,8%) informaram que não mudariam nenhum hábito e comportamento pelo Ecoturismo e 61 entrevistados (56,5%) (Figura 25) declararam que mudariam seus hábitos e comportamentos em função do Ecoturismo, demonstrando consciência de que é extremamente importante que a comunidade esteja aberta a mudanças em consequência das mudanças que uma nova atividade possa envolver.

A integração dos moradores numa proposta de desenvolvimento rural e a busca de informações sobre colaboração dos moradores frente a uma atividade nova são

imprescindíveis. Assim, foi elaborada a pergunta 1.4 - *A colaboração dos moradores é desnecessária num projeto de Ecoturismo* – com o objetivo de pesquisar se os moradores possuem a intenção de participar num projeto de Ecoturismo e se esta participação é necessária ou não.

Esta questão, apresentada de forma negativa, com a intenção de verificar se o pesquisado está atento às perguntas, também fornece informação sobre a forma como os moradores enfrentam novas alternativas ou problemas que podem afetar o seu cotidiano, sendo que a capacidade dos moradores ou de um grupo de moradores terem iniciativa para desenvolver um projeto é de extrema importância e a presença ou não deste fator pode tanto contribuir, como comprometer as metas pretendidas (SILVA, s.d., citado por BENETTI, 2006).

Outro fator que poderia colaborar para o desenvolvimento da região seria uma ênfase ao dever de cidadão onde os moradores participassem ativamente na produção de conhecimento, na vida política, econômica e social e na geração de condições de inclusão e coesão social, bem como do desenvolvimento de atitudes e valores para beneficiar a comunidade (FERREIRA, MIRANDA E ALEXANDRE, 2002).

Nesta pergunta 88 entrevistados (81,5%) informaram que a colaboração dos moradores é importante num projeto de Ecoturismo, declarando a importância que os moradores têm frente à organização/desenvolvimento de alguma adversidade ou a algum projeto (Figura 25). Os demais 16 entrevistados (14,8%) demonstraram que não há esta necessidade e que qualquer forma de programa ou projeto pretendido na região não necessitaria da participação dos moradores.

Com o intuito de verificar a forma com que os moradores enfrentam situações diversas e como a comunidade deve participar nas questões locais, a questão 1.5 - *A comunidade deve participar do processo de planejamento do Ecoturismo* - teve como objetivo buscar a informação se a comunidade deve participar no planejamento, bem como entender a importância dada pelos moradores de que a comunidade deve participar nas atividades que dizem respeito aos moradores.

Nesta questão somente um morador (0,9%) declarou não haver necessidade de a comunidade participar do processo de planejamento do Ecoturismo (Figura 25). Os demais 103 entrevistados (95,4%) confirmaram a importância desta participação onde, em alguns casos, se referiram ao problema que anteriormente ocorreu na região (Linha Brasil, Linha Madalena e Vila Deodoro), onde foi fomentado o desenvolvimento turístico sem planejamento. Com isso alguns moradores investiram em pontos de comercialização de produtos agroindustriais e, como não houve a presença de turistas, os investidores acabaram perdendo dinheiro.

5.1.3 Questões da dimensão Impactos Ambientais

Na segunda dimensão abordada, Impactos Ambientais, buscou-se informações sobre a forma com que os moradores se relacionam com a natureza e se eles realizam alguma prática inadequada que, futuramente, caso for desenvolvido algum programa de implementação de ações em prol do Ecoturismo, possa comprometê-lo negativamente.

Conforme destaca Dallagnol (2006), praticamente qualquer atividade econômica terá algum efeito deletério sobre o meio ambiente, devendo ser previstas e realizadas ações com vistas a mitigar os efeitos negativos do empreendimento poluidor, compatibilizando a proteção ao meio ambiente com o desenvolvimento econômico.

Com o intuito de buscar informações que possam moldar uma forma sustentável para o desenvolvimento de atividades ecoturísticas, a questão 2.1 - *As queimadas podem inviabilizar as atividades do Ecoturismo* - teve como objetivo verificar a forma de manejo usada pelos produtores rurais para eliminar a biomassa⁷ (neste caso galhos com espinhos e resíduos de podas, etc.) que possam estar atrapalhando.

Esta prática, relativamente pouco utilizada mas que ainda ocorre, pode ser um fator determinante na questão da qualidade do ar e no aspecto visual da paisagem, podendo, com o seu uso excessivo, inviabilizar as atividades ligadas ao Ecoturismo, porque a paisagem é um elemento importante para o turismo rural (SANTOS, SOUZA E RAPOPORT, 2006).

⁷ Biomassa é todo o recurso natural renovável proveniente de matéria orgânica que pode ser utilizado como fonte de energia.

Nesta questão 13 entrevistados (12%) informaram que as queimadas não atrapalham as atividades do Ecoturismo e 91 entrevistados (84,3%) declararam que esta prática inviabilizaria o Ecoturismo na região (Figura 26). Mesmo que muitos moradores afirmam que esta prática é pouco utilizada na região, observou-se áreas que foram ou estavam sendo queimadas na região determinando que, mesmo que esta prática é de baixa ocorrência, ainda ocorre em casos isolados.

Como em toda a atividade turística há geração de resíduos sólidos, a comunidade que possui a noção da importância do tratamento e destino adequado dos resíduos sólidos terá maior êxito no desenvolvimento de qualquer atividade que possa envolver turistas.

Com a questão 2.2 - *O cuidado e o tratamento do lixo é desnecessário* - também buscamos a informação se os moradores estão atentos aos cuidados com o lixo, bem como se há a preocupação em manter o ambiente limpo e que estes resíduos não cheguem aos cursos de água.

Nesta questão quase a totalidade informou que os cuidados com o lixo são extremamente importantes e que ainda há muito que melhorar. Estes perfizeram um total de 101 entrevistados (93,5%) que declararam que o cuidado e o tratamento do lixo é imprescindível. Os demais 3 entrevistados (2,8%) informaram que o lixo não é um problema (Figura 26).

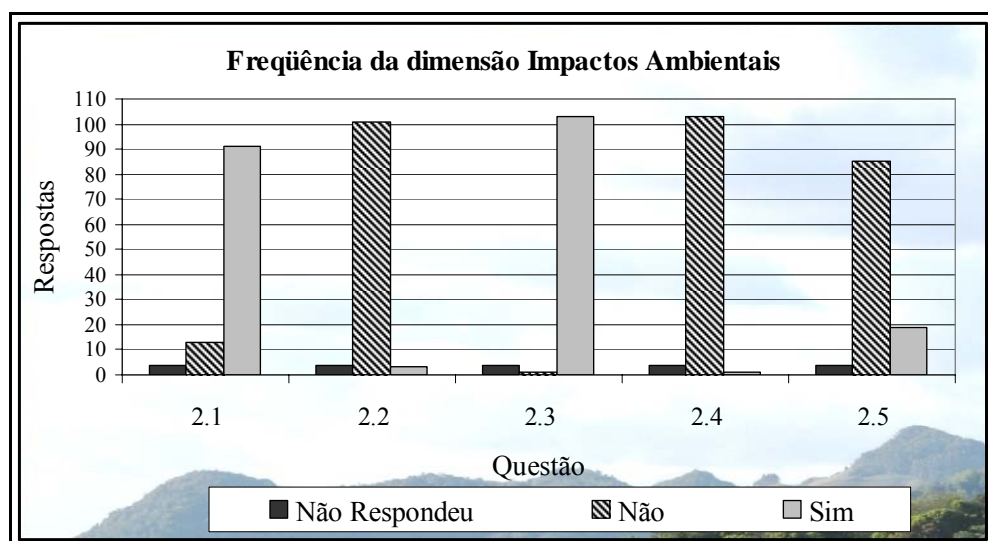


Figura 26: Frequência das respostas observadas nas questões da dimensão Impactos Ambientais.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Nesta questão, mesmo que 93,5% dos entrevistados informaram que os cuidados com o lixo são importantes, observou-se que em muitas residências esta realidade não se aplica. Mesmo que a coleta de lixo (materiais recicláveis) seja realizada até a Linha Cachoeira, em muitas residências pôde ser observado lixo (lonas e garrafas plásticas e potes e garrafas de vidro), como também embalagens de agrotóxicos, descartados nos arredores das casas e nas beiras de estradas e do mato.

Como a região é produtora de tabaco, a questão 2.3 - *Os agrotóxicos são perigosos para a saúde e para o meio ambiente* - teve como objetivo verificar se os moradores possuem a consciência do perigo dos agrotóxicos, pois todo agrotóxico deve ser usado com muito cuidado e a aplicação indiscriminada pode trazer inúmeros problemas para os moradores (UN ECOSOC, 2006, citado por ALMEIDA, 2008b), como para o meio ambiente que pode ser prejudicado de inúmeras maneiras, como por exemplo, “na contaminação das águas, de solos, contaminação e morte de plantas e animais” (AGOSTINI, 2002, p. 25).

Mesmo que muitos entrevistados, ao se depararem com esta pergunta, informavam que são obrigados a usar algum tipo de agrotóxico para a produção do tabaco, informou-se que o propósito desta era verificar se os agricultores tinham os devidos cuidados na manipulação, aplicação e armazenamento dos agrotóxicos.

Nesta questão somente um entrevistado (0,9%) informou que não tratava os agrotóxicos como um produto perigoso e os demais 103 entrevistados (95,4%) informaram que é perigoso e que muitos já se intoxicaram (Figura 26). No entanto, em alguns casos, foi observado que, mesmo declarando o perigo dos agrotóxicos, encontrou-se embalagens de agrotóxicos atiradas nas redondezas da residência e, também, na hora da aplicação, a não utilização dos equipamentos individuais de proteção.

Buscando informações sobre a sustentabilidade e o modo como os moradores tratam as questões dos recursos hídricos, a questão 2.4 - *O esgoto da casa pode ser destinado para os arroios* - tenta diagnosticar a forma como são tratados os efluentes domésticos para, consequentemente, demonstrar a possibilidade dos cursos d'água serem de boa qualidade e sem contaminações para serem utilizados em atividades aquáticas do Ecoturismo, bem como se estas águas são de boa qualidade, segundo Staap (2000), citado por Lemos e Guerra (2004),

também demonstram ser uma fonte informativa confiável da qualidade ambiental da terra, sendo assim, que técnicas de manejo sustentável estão sendo aplicadas na região.

Nesta questão, quase a totalidade, perfazendo 103 entrevistados (95,4%), declarou que não se deve direcionar o esgoto da casa para os arroios e, somente um (0,9%) declarou não haver problema (Figura 26). Na resposta a esta pergunta muitos afirmaram que é importante colocar os esgotos nas fossas e nos “poços negros” para evitar que o esgoto vá parar nos cursos de água ou escoe superficialmente.

Certos problemas ambientais são consequências de diversos problemas causados pelo ser humano. Com a questão 2.5 - *As margens dos arroios podem ser utilizadas para a agricultura* - buscou-se verificar a possibilidade de os moradores não perceber a importância das matas ciliares para manter a qualidade dos cursos de água, como também os problemas como o aumento no número de borrachudos (*Simulium sp.*) que são um problema para os moradores e para o turismo.

Nesta questão, 85 dos entrevistados (78,7%) declararam que é importante cuidar das margens dos arroios e não utilizá-las para agricultura e 19 entrevistados (17,6%) disseram não haver problema (Figura 26). Entretanto, alguns moradores que concordaram em proteger as margens dos arroios não achavam correta a proteção de 30 metros como determina a legislação florestal (BRASIL, 1965; RIO GRANDE DO SUL, 1992; BRASIL, 2002). Isso se deve ao fato de a região ter problemas com a falta de áreas produtivas em algumas propriedades e que algumas áreas planas, próprias para o plantio, se encontram nestas áreas de proteção.

5.1.4 Questões da dimensão Meio Biótico

Na dimensão que trata das questões relativas ao Meio Biótico, as perguntas tinham como objetivo entender se as relações dos moradores com a natureza são sustentáveis e promovem a melhoria da qualidade de vida ou se são agressivas e podem inviabilizar os processos ecológicos e, futuramente, não ser um atrativo ao Ecoturismo.

A forma de manejo e as técnicas de como é desenvolvida a agricultura na região são importantes para o Ecoturismo visto que, quando não há o rendimento produtivo suficiente na área agricultável, a tendência é o avanço para áreas menos impactadas ou sobre a floresta onde a terra é de boa qualidade. Assim, com a intenção de verificar esta possível prática, a questão 3.1 - *O desmatamento é necessário para a agricultura prosperar* - procurou verificar se esta prática é ainda aceita ou se a mesma já foi abandonada.

Na questão que trata do desmatamento e sua importância para a agricultura, 61 entrevistados (56,5%) acham que não há necessidade de desmatamento e 43 entrevistados (39,8%) acham que sim, que o desmatamento é necessário para a agricultura (Figura 27). Este alto número de entrevistados que declararam a necessidade do desmatamento é uma realidade que pode ser observada na região, entretanto, não se pode afirmar que o desmatamento avistado em alguns locais é para ampliar as áreas agrícolas, para a extração de madeira ou para a extração de lenha que, principalmente, é utilizada no processo de secagem do fumo. No entanto, comprovou-se que o desmatamento está ocorrendo e isso pode ser um problema para o Ecoturismo.

A caça sempre esteve presente nas regiões rurais e na região de estudo ainda é relatada. Com o objetivo de verificar esta incidência, pois esta prática é danosa para o equilíbrio ecológico e infringe a legislação ambiental (BRASIL, 1967; BRASIL, 1998), a questão 3.2 tratou deste assunto porque muitas atividades do Ecoturismo são baseadas no avistamento (*birdwaching*) ou no contato com a fauna silvestre.

Nesta questão 3.2 - *A caça de animais silvestres é proibida por Lei* - 103 (95,4%) entrevistados declararam que a caça de animais silvestres é proibida por Lei e 1 entrevistado (0,9%) informou que não é (Figura 27). Nesta questão, os entrevistados que afirmaram que a caça é proibida, muitos também se apresentaram totalmente contra a caça e a favor de que esta prática seja combatida e punida.

Além disso, estes moradores descreveram contatos diretos e indiretos com diversos animais como veados-do-mato, jacus, araçarís, gatos-do-matos, micos, ouriços, tatus, quatis, e outros, sendo que alguns até plantam árvores e plantas que produzem frutos para a alimentação destes animais e, conseqüentemente, poder avistá-los seguidamente.

Com a intenção de buscar informações sobre a relação entre os produtores rurais com a fauna e a flora ou se esta é danosa ou benéfica, a questão 3.3 - *As matas e os animais atrapalham o desenvolvimento rural* - também tem como objetivo verificar se, futuramente, há probabilidade de ocorrer a produção agrícola em equilíbrio com o ambiente natural.

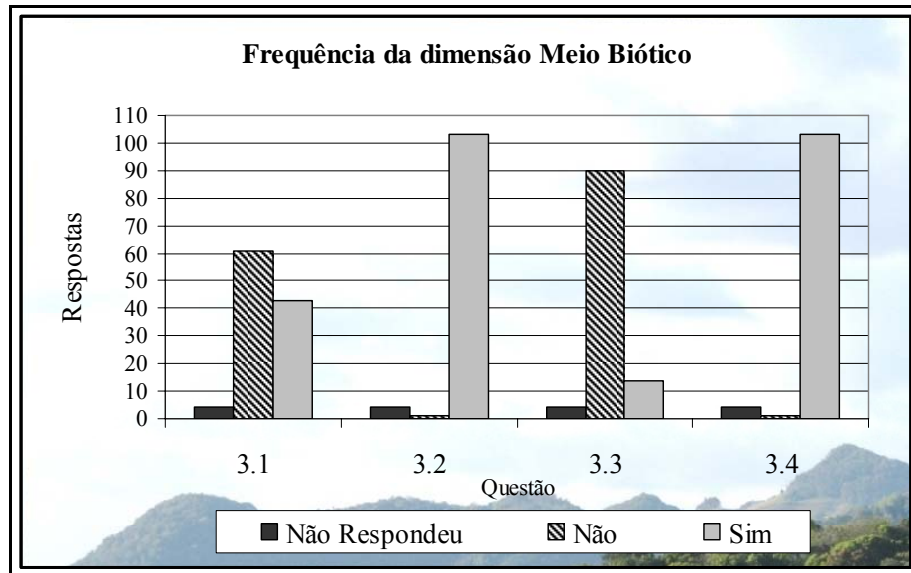


Figura 27: Frequência das respostas observadas nas questões da dimensão Meio Biótico.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Este equilíbrio entre produção agrícola e o ambiente natural já é realidade através das técnicas agroflorestais, em manejos sustentáveis de recursos naturais e nas técnicas modernas de permacultura que, em qualquer um dos casos, é extremamente benéfico para as atividades do Ecoturismo em associação com os recursos naturais.

Nesta questão 90 entrevistados (83,3%) responderam que o desenvolvimento rural não é atrapalhado pelas matas e pelos animais e 14 entrevistados (13%) afirmaram que atrapalham (Figura 27). Estes últimos citam, principalmente, a competição que há com a fauna que acaba por se alimentar das espécies cultivadas, como o milho.

Com o objetivo de verificar se a população-alvo desta pesquisa reconhece os benefícios que a vegetação (as matas e as árvores) gera para os seres vivos, para o equilíbrio ambiental e a sua importância para a qualidade do ar, do solo e das águas (subterrâneas e superficiais), a questão denominada 3.4 - *As matas e as árvores são importantes para a vida das pessoas* – verificou que quase a totalidade dos entrevistados confirmaram a sua importância.

Nesta questão 103 entrevistados (95,4%) afirmaram que as matas e as árvores são importantes para a vida das pessoas e 1 (0,9%) declarou que não é importante (Figura 27). Esta alta afirmação dos moradores em relação à importância da vegetação é um trunfo para o Ecoturismo porque as matas são a base do equilíbrio ambiental e, além de fornecer abrigo e alimentação para a fauna silvestre, também favorece a disponibilidade e a qualidade da água para os moradores.

5.1.5 Questões da dimensão Meio Abiótico

O Meio Abiótico é parte integrante do meio ambiente e, se manejado de forma correta, promove a qualidade de vida, como também, se mal utilizado ou sub-utilizado, pode inviabilizar, além do Ecoturismo, diversos outros serviços que são dependentes destes recursos naturais.

Entendendo que a qualidade e disponibilidade de água é um fator determinante para a qualidade e para a saúde de uma população, a questão 4.1 - *Acha importante cuidar de fontes e nascentes de água* - buscou verificar se esta é vista como importante. Em relação a esta questão, que obteve resposta unânime, 104 entrevistados (96,3%) afirmaram esta importância (Figura 28).

Verificando a questão regional sobre a qualidade e disponibilidade da água observou-se que esta questão é fundamental para os moradores, mas não vista como prioritária. Em toda a extensão dos 36 quilômetros da RS-422 que foram contemplados com este estudo se tem visto a produção agrícola em áreas impróprias.

Estas áreas, consideradas de preservação permanente (BRASIL, 1965; RIO GRANDE DO SUL, 1992; BRASIL, 2002), são as áreas nas margens dos cursos de água, em volta de nascentes e nas encostas de montanhas com inclinação superior a 45°, onde, em alguns casos, estas áreas não são respeitadas e também estão sendo utilizadas para o plantio de eucalipto (*Eucalyptus sp.*). Esta atividade nestas áreas poderá afetar gradualmente a disponibilidade de água visto que, além do alto gasto hídrico pela evapotranspiração realizado por esta espécie, estas inibem a infiltração de água no sub-solo o que, conseqüentemente, afetará as nascentes dos cursos de água.

Como a principal via de acesso da região é a RS-422 e esta rodovia não é asfaltada, causa muita poeira com o fluxo dos veículos juntamente com a secagem do tabaco (processo realizado em fornos), os moradores da região podem ser alvos de problemas respiratórios por estes e demais poluentes atmosféricos provenientes destas atividades.

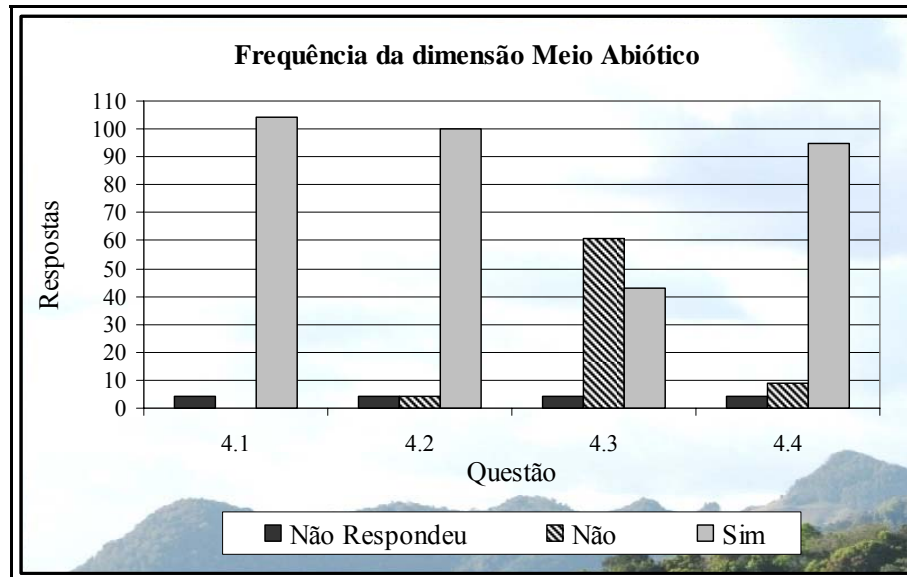


Figura 28: Frequência das respostas observadas nas questões da dimensão Meio Abiótico.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Desta forma, a questão 4.2 - *O ar poluído com fumaça e poeira causa problemas de saúde* - buscou verificar se os moradores reconhecem os perigos do ar poluído para a saúde. Assim, nesta pergunta, 100 entrevistados (92,6%) declararam saber que o ar poluído com fumaça e poeira causa problemas de saúde e 4 entrevistados (3,7%) acreditam que não causa problemas para a saúde (Figura 28).

Com o intuito de verificar se os moradores têm a noção de que a ação antropogênica é a principal criadora dos problemas ambientais, a questão 4.3 - *A erosão do solo é um problema causado pela natureza* - também buscou saber se a natureza é vista como um empecilho para a produção agrícola e para a produção rural.

Dos 104 moradores entrevistados, 61 pesquisados (56,5%) declararam que a erosão não é causada pela natureza, conseqüentemente, esta acontece em decorrência do uso de técnicas inadequadas de manejo do solo. Os demais 43 entrevistados (39,8%) acreditam que a natureza é a responsável pela erosão (Figura 28).

Esta questão, como também a questão relativa ao cuidado com as fontes e nascentes de água, vai contra algumas questões anteriormente tratadas e teve, como objetivo, verificar se a natureza (matas, árvores e animais silvestres) é verdadeiramente uma aliada na questão do desenvolvimento agrícola e rural ou se os entrevistados declararam ser a favor da natureza por uma questão moral ou em consonância com as atividades desenvolvidas no Ecoturismo.

Como na questão anterior, esta pergunta também faz inferência indireta às questões anteriores e teve como objetivo verificar se os moradores percebem que a atividade humana é altamente impactante ao meio ambiente.

Nesta questão, denominada 4.4 - *A poluição da água é causada pelo ser humano* - 95 entrevistados (88%) declararam que a poluição da água é causada pelo homem e 9 entrevistados (8,3%) acham que não, que isso seria por outras causas (Figura 28).

5.1.6 Questões da dimensão Viabilidade Turística

A última dimensão tratada neste trabalho foi denominada de Viabilidade Turística, sendo esta utilizada para verificar a visão que os moradores têm em relação às duas questões emblemáticas ligadas ao turismo na região serrana: a pavimentação da RS-422 e quem deveria promover o Ecoturismo.

Na questão da pavimentação da RS-422, destacando a tese de Claude Harmelle, citado por Offner (1993), a estrada, os meios de transporte, não estão no fundamento, nem são os motores da mudança e da riqueza, mas ao contrário, sobre um espaço qualquer, quando pré-existent os motivos de mudança as estradas são abertas, os técnicos inovam, os meios de transporte mais ou menos adaptados surgem.

O autor também reforça a ideia de que a noção de efeito estruturante dos transportes se encontra sem fundamento científico. Destaca, também, que o transporte representa uma condição necessária mas não suficiente (do crescimento econômico, do planejamento, do território, etc.) (OFFNER, 1993). Desta forma, destaca-se que o desenvolvimento da região pode não depender da pavimentação da RS-422 e que, mesmo com a rodovia asfaltada, o desenvolvimento da região depende de outros fatores para que isso aconteça.

Neste contexto, na questão denominada 5.1 - *A falta de asfaltamento da RS-422 é um problema para o Ecoturismo* - 97 entrevistados (89,8%) afirmaram que a falta de asfaltamento da RS-422 é um problema para o Ecoturismo (Figura 29), sendo que muitos declaram que sem asfalto não haverá Ecoturismo. Os demais 7 entrevistados (6,5%) informaram que o asfalto não é um problema, pois, para os ecoturistas, a estrada é um fator de aventura.

Na pergunta 5.2 - *Os moradores podem promover o Ecoturismo sem ajuda do Poder Público* - 90 entrevistados (83,3%) declararam que sozinhos não haveria como desenvolver o Ecoturismo, havendo necessidade de ajuda do Poder Público, enquanto 14 entrevistados (13%) informaram que sim, que os moradores poderiam promover o Ecoturismo sozinhos (Figura 29).

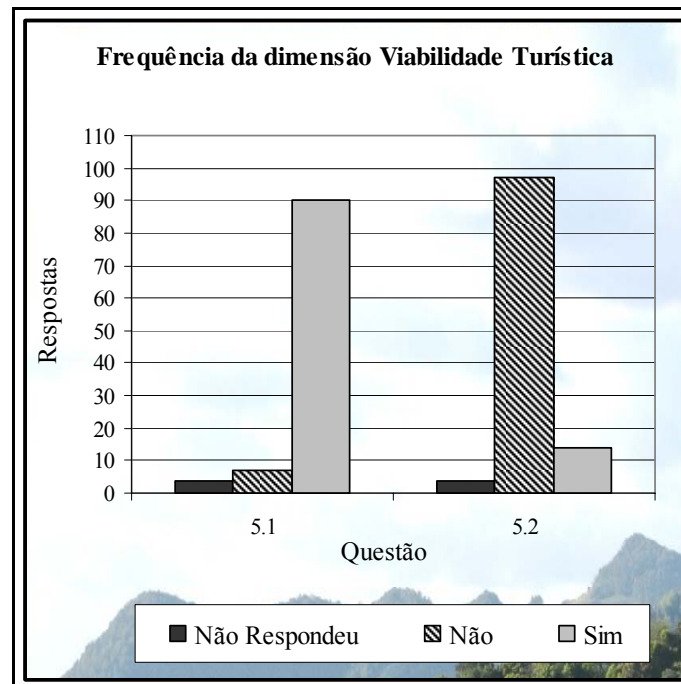


Figura 29: Frequência das respostas observadas nas questões da dimensão Viabilidade Turística.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Esta questão gerou muitos debates na hora de aplicação do questionário porque a comunidade acredita que o Poder Público deve fazer tudo, sendo assim, deveria partir destes órgãos a promoção do Ecoturismo. Verificou-se, também, que mesmo se hipoteticamente a comunidade tentasse promover esta atividade na região não se poderia descartar o auxílio dos órgãos públicos e que estes deveriam ser parceiros para o bem dos moradores.

5.1.7 Questões sobre a informação local

Nas duas últimas questões do Formulário de Percepção Ecoturística buscou-se informações sobre o conhecimento de um fator positivo e de um fator negativo que os produtores rurais pudessem colaborar na pesquisa. Na questão 6 – *Cite um local que você considera um potencial natural para a atividade do Ecoturismo* - os moradores destacaram 26 locais que acreditam ser um potencial, distribuídos em quase todas as comunidades da região serrana (Figura 30).

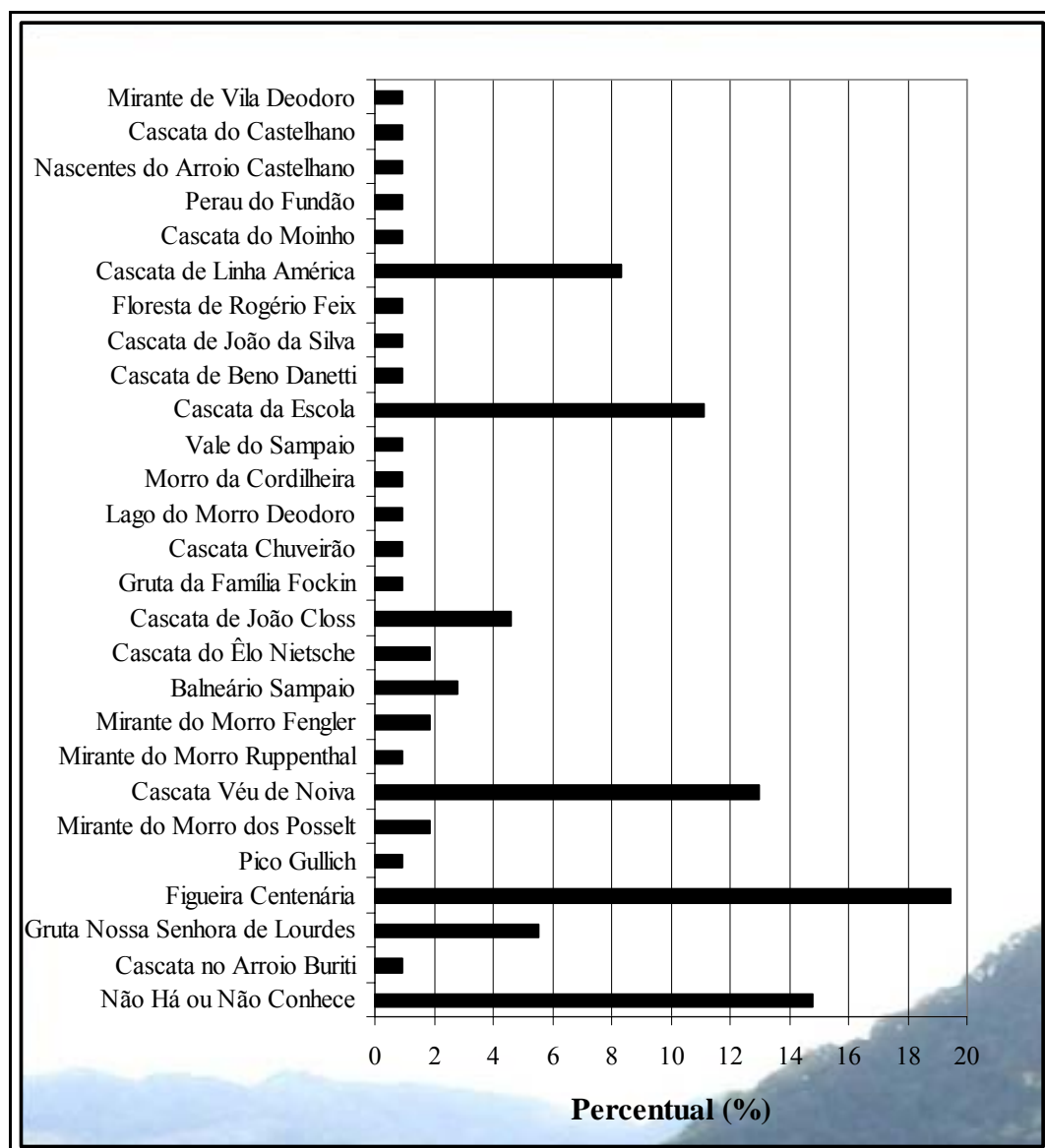


Figura 30: Percentual das respostas referentes aos locais considerados com potencial natural para as atividades do Ecoturismo.

Fonte: Elaborado pelo autor.

Das 26 citações as áreas que mais se destacaram foram as cascatas com 11 locais descritos. Também foram citados mirantes, grutas, balneários, lagos, nascentes, uma floresta, um vale e uma árvore centenária. Importante ressaltar é que ocorreram 16 citações informando não haver ou não conhecer algum potencial natural na região de estudo.

Destes 26 locais indicados pelos entrevistados, os cinco locais mais citados foram a Figueira Centenária com 21 citações (19,4 % dos entrevistados) em Linha Silva Tavares, a Cascata Vêu de Noiva com 14 citações (13% dos entrevistados) em Linha Cachoeira Baixa (Figura 31). Possivelmente a Figueira Centenária foi a mais votada pelo motivo de ter algum destaque na mídia, bem como também já foi decretada “árvore imune ao corte” num ato municipal⁸.

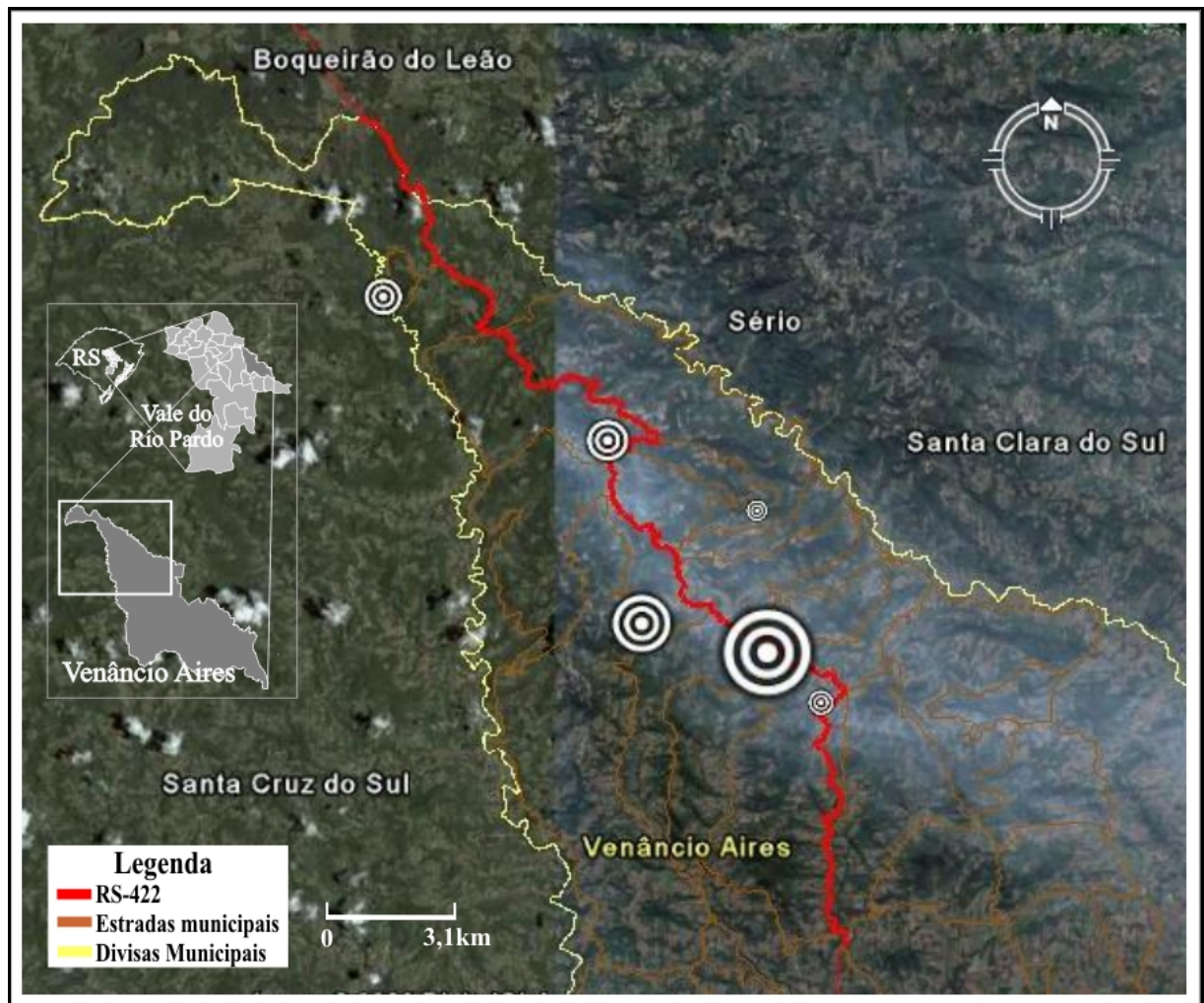


Figura 31: Locais mais citados pelos entrevistados como potencial natural para atividades do Ecoturismo.
Fonte: Elaborado pelo autor.

⁸ A Figueira Centenária é da espécie *Ficus organensis* que já é imune ao corte através do Código Florestal do Rio Grande do Sul (RIO GRANDE DO SUL, 1992).

Apontado como os maiores potenciais ao Ecoturismo, as cascatas são utilizadas somente para visitação. Além de estas estarem em áreas de preservação permanente (BRASIL, 1965; RIO GRANDE DO SUL, 1992; BRASIL, 2002) e que são locais regrados por leis federais, há uma barreira legal para a sua exploração, como também foi verificado problemas quanto a abertura de estradas em áreas de preservação para facilitar o acesso à algumas cascatas.

Desta maneira, pode-se destacar que a visitação a cascatas não é Ecoturismo, pois este é muito mais complexo do que deixar os visitantes entrarem na propriedade e usufruírem do local. Ecoturismo envolve a comunidade para desenvolver um serviço turístico que utiliza os recursos naturais como atrativos, desenvolve roteiros guiados e organizados, como também promove a educação ambiental. Segundo a Embratur (1994), Ecoturismo utiliza, de forma sustentável, o patrimônio natural e cultural, incentiva sua conservação e busca a formação de uma consciência ambientalista através da interpretação do ambiente.

Referente ao conhecimento da localização dos potenciais naturais ao Ecoturismo pelos pesquisados, verificou-se que os potenciais naturais mais votados foram indicados, basicamente, pelos moradores vizinhos destes locais e que alguns moradores desconhecem a sua localização na região, bem como sua existência, pois citam locais que não são muito interessantes ao Ecoturismo mesmo habitando próximo de algum local com alto potencial (ANEXO G).

Com o intuito de buscar maiores informações sobre possíveis problemas ou dificuldades existentes na região e que poderiam, no futuro, atrapalhar a implementação de um projeto de implantação de atividades ecoturísticas, na questão 7 – *Cite uma possível dificuldade que possa atrapalhar a atividade do Ecoturismo* - os moradores apontaram 18 problemas/dificuldades para as atividades ecoturísticas na região.

Dentre estes 18 problemas e dificuldades que foram descritos pelos moradores os mais citados foram a falta de asfaltamento da RS-422, que teve 34 citações (31,5% dos entrevistados), que não há ou não conhece alguma dificuldade teve 29 citações (26,9% dos entrevistados), estrada de qualidade teve 9 citações (8,3% dos entrevistados), falta de investimento financeiro teve 8 citações (7,4% dos entrevistados) e falta de união entre os moradores e a falta de colaboração dos mesmos tiveram 5 citações (4,6% dos entrevistados) (Figura 32).

Importante enfatizar que, segundo Silva (2002, p. 433), ”a falta de organização social – especialmente da sociedade civil – tem-se mostrado como uma barreira tão ou mais forte que a miséria das populações rurais”. Neste caso, foi observada a falta de interesse dos moradores em assumir um compromisso para tentar resolver alguns problemas locais destacados que, por ventura, possam vir a ser uma barreira no desenvolvimento de atividades de Ecoturismo.

A cidadania, que também é um princípio organizador, deveria estar mais presente para formar uma comunidade “ativamente engajados na busca do bem comum” (WOOD, 2003, p. 179). Neste caso, quando 28,9% dos moradores desconhecem as dificuldades de sua região, podem demonstrar uma falta de interesse em conhecer ou identificar problemas.

Outra questão pertinente é sobre a rodovia, onde 35,1% dos moradores acreditam que a falta de asfaltamento da RS-422 é uma grande dificuldade para o Ecoturismo, embora, 8,3% entendem que havendo uma estrada de qualidade.

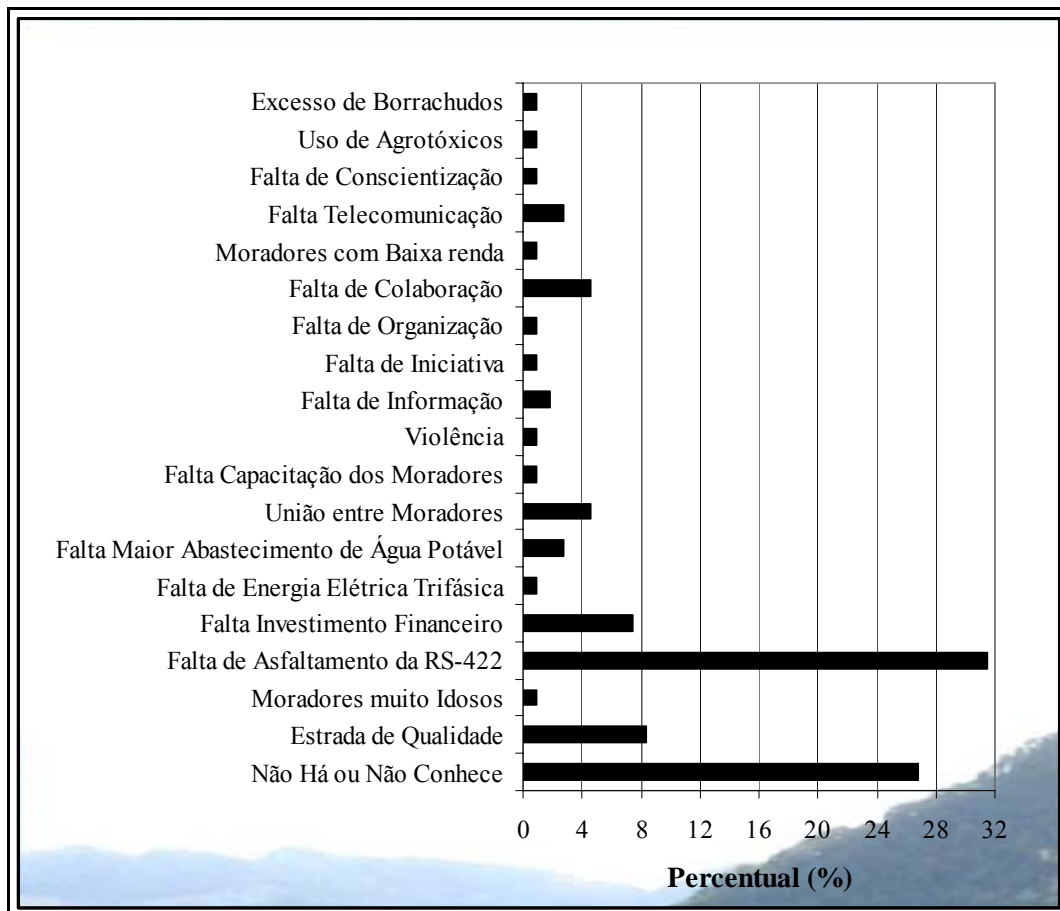


Figura 32: Percentual das respostas referentes às possíveis dificuldades que possam atrapalhar o Ecoturismo.
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.2 Valoração do Formulário de Percepção Ecoturística - FPE

A valoração do Formulário de Percepção Ecoturística buscou verificar a pontuação obtida por cada pesquisado, gerado pela soma das 20 questões fechadas do questionário, gerando valores entre 0 e 20 pontos. Estes valores são derivados da soma das respostas consideradas corretas, após serem avaliadas, demonstrando que altos valores favorecem o desenvolvimento de atividades do Ecoturismo e valores baixos o inverso.

O valor médio da valoração dos formulários foi de 15,36 pontos, com desvio-padrão de 3,535 e uma variância de 12,495 (Tabela 4). Estes valores, por si só, não fornecem informações suficientes para classificar como uma região favorável ao Ecoturismo, mas são importantes para demonstrar que os entrevistados apontaram uma concordância favorável ao Ecoturismo em 76,8% das questões apresentadas no formulário. Este valor médio da valoração dos formulários foi determinado através da média entre as respostas consideradas corretas de todas as 20 questões fechadas e de todos os 108 questionários.

Tabela 4: Valores encontrados nos Formulários de Percepção Ecoturística.

	Valoração Geral	Valoração Ecoturística	Valoração do Impacto	Valoração Biótica	Valoração Abiótica	Valoração da Viabilidade
Média	15,36	4,06	4,47	3,43	3,46	0,20
Mediana	16,00	4,00	5,00	4,00	4,00	0,00
Moda	17	4	5	4	4	0
Desvio Padrão	3,535	1,092	1,072	0,679	0,637	0,427
Variância	12,495	1,193	1,149	0,461	0,406	0,182

Fonte: Elaborado pelo autor.

Observando a valoração dos formulários gerada pelas dimensões, encontramos o maior valor na dimensão Impactos Ambientais com 89,4 % das respostas consideradas corretas, seguido da dimensão Meio Abiótico com 86,5 %, Meio Biótico com 85,75 %, Ecoturismo com 81,2 % e, por final, a dimensão Viabilidade Turística com 10 % (Figura 33).

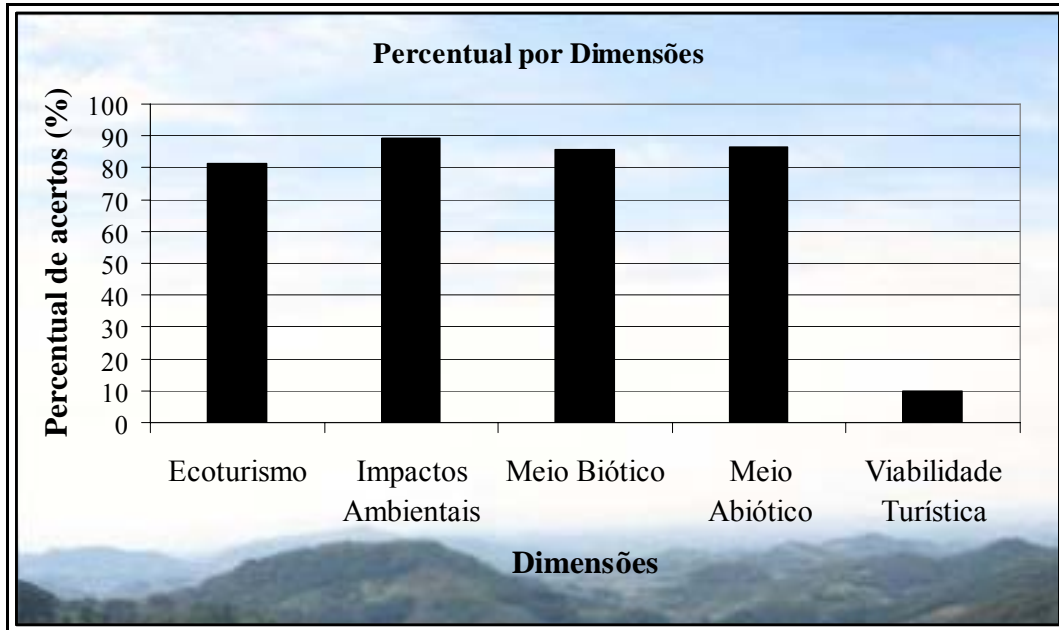


Figura 33: Percentual da valoração por dimensão.
Fonte: Elaborado pelo autor.

5.3 Cruzamento dos dados

Realizando o cruzamento entre os dados relativos a idade, sexo, profissão e instrução com a valoração geral dos formulários, pode-se observar melhor os dados obtidos pela pesquisa. No caso do cruzamento entre os grupos de idades e a valoração geral, pode-se observar que a maior frequência de acertos (32 pontos) foi derivada do grupo de idade entre 51 a 60 anos (Figura 34).

Verificando a média ponderada, que se trata da multiplicação o total de acertos pela valoração e após a divisão pelo número de pessoas no grupo de idade, encontra-se um valor superior no grupo de idade entre 31 a 40 anos, com 16,88 pontos, seguido pelo grupo de 18 a 30 anos com 16,06 pontos (Figura 34).

O uso da média ponderada se fez necessário para poder ser observado o valor médio interno dos grupos analisados, pois em alguns grupos, havia diferenças entre os valores baixos e altos, sendo, desta forma, um meio de igualar as médias para poder inferir sobre quais os grupos que realmente geraram valores altos.

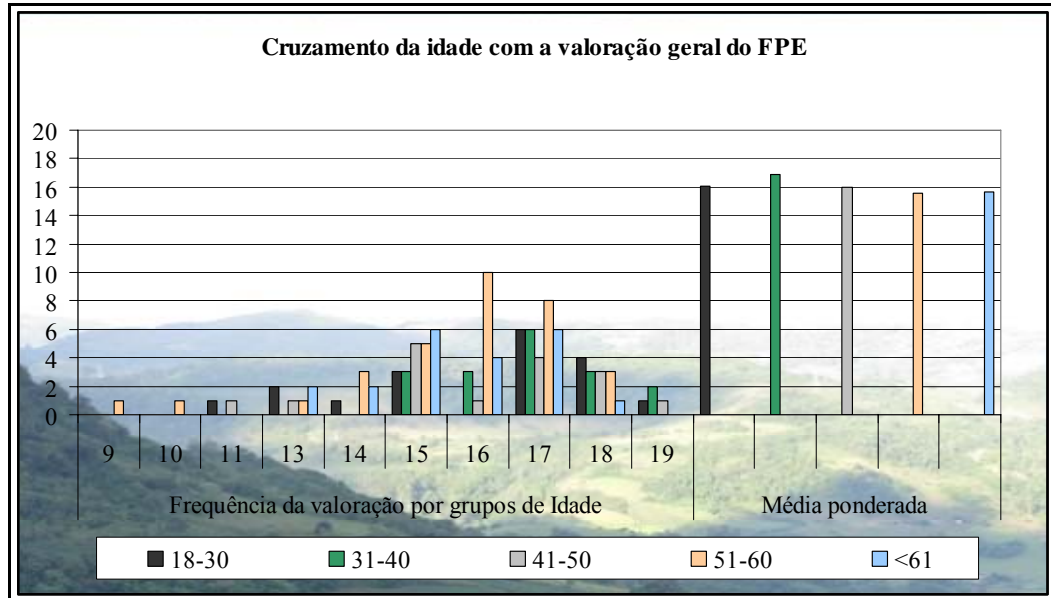


Figura 34: Cruzamento da idade com a valoração geral do FPE.
 Fonte: Elaborado pelo autor.

Relativo ao cruzamento dos dados do sexo com a valoração geral, não houve disparidades entre os valores obtidos, sendo que na média ponderada o sexo masculino teve uma pontuação de 16,04 e o sexo feminino de 15,86 pontos (Figura 35). Estes valores demonstram não haver disparidade entre os sexos com os valores obtidos nos questionários.

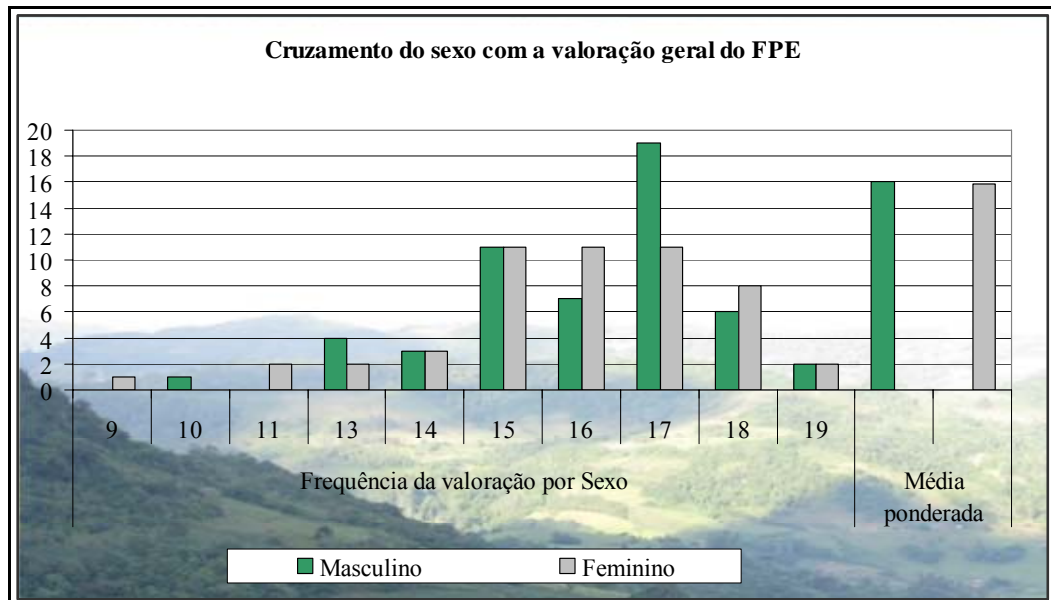


Figura 35: Cruzamento do sexo com a valoração geral do FPE.
 Fonte: Elaborado pelo autor.

No cruzamento dos dados relativos à profissão dos entrevistados com a valoração geral, encontramos um valor de 17,33 pontos para a profissão de professor, seguido pela profissão

funcionário público com 16,33 pontos. Os agricultores, que foram 65,74% dos entrevistados, apresentaram uma média de 15,85 pontos (Figura 36).

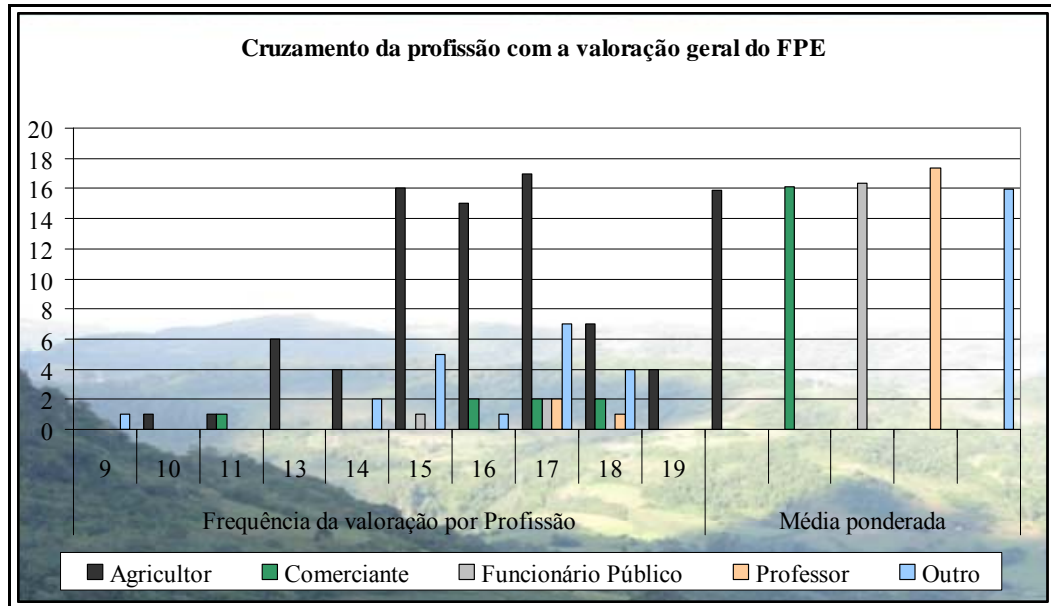


Figura 36: Cruzamento da profissão com a valoração geral do FPE. Fonte: Elaborado pelo autor.

Na questão relativa à instrução, onde o cruzamento dos dados relativos ao analfabetismo (A), Ensino Fundamental incompleto (EFI), Ensino Fundamental completo (EFC), Ensino Médio incompleto (EMI), Ensino Superior incompleto (ESI) e pós-graduação (PG) com a valoração geral, encontrou-se o maior valor no entrevistado com Ensino Superior incompleto com 18 pontos. Não houve entrevistado somente com a graduação completa.

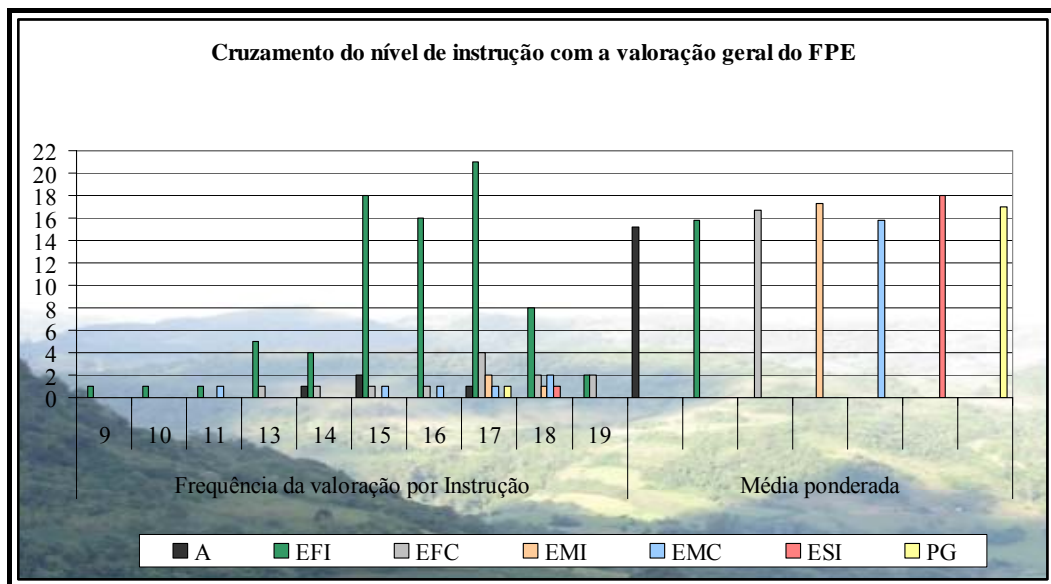


Figura 37: Cruzamento do nível de instrução com a valoração geral do FPE. Fonte: Elaborado pelo autor.

No cruzamento de todos os dados, mediante a média ponderada, foi observado que os maiores valores (19 pontos) foram obtidos por agricultores de ambos os sexos, sendo dois masculinos e um feminino, com Ensino Fundamental completo e incompleto.

5.4 Definição da Percepção Ecoturística

Os valores que definem a “percepção ecoturística” são derivados das dimensões Ecoturismo, impactos ambientais, meio biótico e meio abiótico, sendo que não foram utilizadas as respostas da dimensão viabilidade turística visto que esta dimensão aborda um problema local e as questões sobre os potenciais naturais e sobre as dificuldades locais.

Desta maneira, com a valoração de cada questão das dimensões citadas acima, realizou-se o percentual entre os 108 integrantes da pesquisa que indicou um índice definido como percepção ecoturística. Para esta amostra encontramos um percentual de 84,259% de acertos (relação positiva benéfica ao Ecoturismo), sendo assim, atribuído à Percepção Ecoturística (Figura 38).

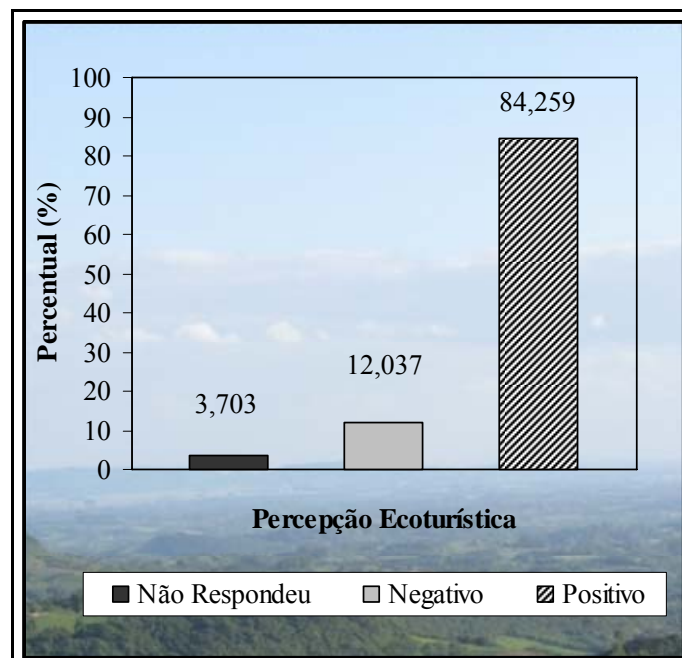


Figura 38: Frequência observada da Percepção Ecoturística.
Fonte: Elaborado pelo autor.

Conseqüentemente, o percentual de 84,259% demonstra que os moradores possuem hábitos e comportamentos compatíveis com os princípios do Desenvolvimento Sustentável e que são necessários para um futuro desenvolvimento de atividades ecoturísticas. Este valor também demonstra que seu modo de vida e seu conhecimento não produzem grandes impactos na habilidade da natureza de manter a sua teia da vida, característico das sociedades sustentáveis (CAPRA, 1996). Ao contrário, foi verificado no município de Muçum, RS, como que a percepção dos moradores era de que “o interior do município (o meio rural) é pouco atrativo”. (LUMERTZ *et al*, 2006, p. 119).

Assim, entendido que a “Percepção Ecoturística” pode apontar tendências, hábitos e comportamentos específicos da qualidade ambiental, seja ela negativa ou positiva (LOVATTO, 2007), esta percepção demonstra-se que o Ecoturismo poderia ser uma nova alternativa para o desenvolvimento regional e para a construção de novas cadeias de produtos e serviços endógenos, se estruturando e se sustentando na melhoria de utilização dos recursos disponíveis (PAIVA, 2004).

6 CONCLUSÃO

O Ecoturismo pode ser considerado como uma das atividades mais importantes para a busca de um futuro melhor para comunidades e produtores rurais em regiões onde as questões socioambientais são respeitadas. Isto se deve porque o Ecoturismo está interrelacionado com os setores econômicos, sociais, políticos, ambientais, históricos e culturais, além do que, busca conhecer, preservar e recuperar o meio ambiente com vistas a garantir novas fontes de renda com qualidade e dignidade de vida (SILVEIRA, 2003).

Além disso, o Ecoturismo e suas atividades paralelas que a envolvem e que a sustentam, geram novas frentes de trabalho que podem ser facilmente desenvolvidas em harmonia com as atividades rurais cotidianas. Entretanto, como se trata do oferecimento de um serviço, deve-se buscar o conhecimento técnico e legal para que cada uma de suas atividades, bem como, suas atividades associadas sejam corretamente praticadas e que possam ser desenvolvidas com qualidade e segurança.

Com a intenção de dar o primeiro passo para futuros projetos e programas com vistas a implementação de atividades ecoturísticas, este trabalho buscou desenvolver o termo “percepção ecoturística” como forma de que, antes de qualquer planejamento ecoturístico numa região, a comunidade seja ouvida, pesquisada e avaliada em relação a seus comportamentos, seus interesses, seus conhecimentos e suas relações entre si e com o meio ambiente.

No cruzamento dos dados, verificou-se que não ocorrem grandes disparidades entre as idades, gêneros, profissões e instruções com a valoração do FPE. Este resultado pode demonstrar um padrão entre a percepção e o comportamento dos pesquisados que favorecem o Ecoturismo. Isto também é considerável porque quando se verifica os quesitos como profissão e instrução, itens que poderiam haver uma disparidade entre os resultados, estes demonstram não ser diferenças significativas.

Para esta pesquisa a hipótese buscava confirmar se o nível de percepção ecoturística dos moradores da região de estudo seria compatível com os princípios e atividades desenvolvidas pelo Ecoturismo. Desta forma, verificou-se que a “percepção ecoturística” foi de 84,259%,

isto é, que ocorreu um percentual de 84,2% positivo na valoração das dimensões que definiam a “percepção ecoturística”, assim, a hipótese nula foi rejeitada. Este valor confirma um alto potencial para um futuro planejamento e desenvolvimento de atividades ecoturísticas nesta região, quando se trata das questões envolvidas nas dimensões abordadas.

Com esta pesquisa, verificou-se que a relevância de estudos desta natureza se fazem necessários para buscar, em primeiro lugar, se as comunidades do entorno dos potenciais naturais estão dispostos e em concordância com um programa de desenvolvimento de atividades ecoturísticas, bem como se estas desenvolvem atividades que não sejam compatíveis com o Desenvolvimento Sustentável. Isto se deve pelo motivo de que, mesmo havendo um potencial natural extraordinário numa região para as atividades ecoturísticas, se os moradores não respeitam o meio ambiente ou as relações sociais, nunca será uma região propícia ao desenvolvimento do Ecoturismo.

Referente ao Formulário de Percepção Ecoturística acredita-se que muitas questões poderiam ser mais aprofundadas para fugir das “adivinhações” (GÜNTHER, 2003). No entanto, o formulário abordou as principais dimensões que, com temas amplos, mas diretos, pôde gerar informações necessárias, positivas e negativas, para a definição do valor para a “percepção ecoturística”.

Considera-se, também, que este trabalho pode vir a ser uma ferramenta adicional para projetos futuros relativos ao Ecoturismo, pois promove a integração, participação e o envolvimento dos atores em projetos conforme recomenda a UNESCO, conforme por Schmitt (2005). Também porque a “percepção ecoturística” pode fornecer informações relevantes da relação existente entre os moradores e o meio ambiente, indicando os aspectos positivos ou negativos que favoreça um melhor planejamento, desenvolvimento e gestão do Ecoturismo local e regional.

Por fim, com base neste estudo, apresentamos algumas propostas para o desenvolvimento do Ecoturismo na região serrana de Venâncio Aires, sendo:

- Mesmo que muitas das questões do FPE tiveram um grande índice favorável, na prática verificou-se que, num contexto geral, há muito que fazer para melhorar a relação com o meio ambiente, como por exemplo, quanto às queimadas; monoculturas, principalmente de

eucalipto e de tabaco em áreas impróprias; no tratamento e destino dos resíduos líquidos, sólidos e dejetos da suinocultura; etc.;

- Inicialmente, para qualquer projeto e programa com vistas ao desenvolvimento ecoturístico, deva ser desenvolvido um programa de capacitação em educação ambiental e de formação de condutores e guias de Ecoturismo ou atrativos naturais para tornar sólido este processo e para iniciar o processo de fomento das cadeias produtivas ligadas a este setor;

- Que, como as atividades e serviços são regulamentados por dispositivos legais, estes devem sempre orientar qualquer decisão a ser tomada, bem como, devem ser tomadas com orientação técnica de profissionais habilitados para que, mesmo com boas intenções, um projeto de desenvolvimento ecoturístico não seja inviabilizado;

- Por final, destaca-se que o Ecoturismo somente será uma nova fonte de renda e base para novas frentes de trabalho se este for planejado, desenvolvido e executado por pessoas capacitadas na área em associação com os moradores que, além da necessidade de estarem presentes em qualquer decisão, são a maior beneficiária, como também podem ser a maior prejudicada.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. *O Futuro das regiões rurais*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 17-56. 2003.

ADDISON, Ester Eloisa. *A percepção ambiental da população do município de Florianópolis em relação à cidade*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção. Florianópolis. 152 p. 2003.

AGOSTINI, Maria Dalila. *Manual de Biossegurança: pequena propriedade agrícola*. Monografia apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Biotecnologia Industrial, da Faculdade de Engenharia Química de Lorena, para avaliação no Curso de Capacitação de Recursos Humanos em Biossegurança e Riscos Biológicos. 50 f. 2002.

ALMEIDA, Guilherme. *Um novo horizonte para o controle do tabaco - aspectos socioambientais da fumicultura*. 2008b. Disponível em: <http://actbr.org.br/uploads/conteudo/118_Aspectos-Socioambientais-da-Fumicultura.pdf>. Acessado em: 25 nov. 2008.

ALMEIDA, Jalcione. Da ideologia do progresso à idéia de desenvolvimento (rural) sustentável. In: ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z.. *Reconstruindo a agricultura: idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 3a ed. 2008a. p. 33-55.

_____, Jalcione. O enfoque sistêmico e a interpretação dos processos sociais rurais: usos "redutores" de um pretense paradigma "holístico". *Redes*, Santa Cruz do Sul, vol. 8, n. 1, jan.-abr. 2003.

AMARAL FILHO, Jair. Desenvolvimento regional endógeno em um ambiente federalista. In: *Planejamento e políticas públicas*. Brasília, IPEA, p. 35-70. 1996. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br/pub/ppp/ppp14/amaralfilho.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2007.

BACKES, P. & IRGANG, B. *Árvores do Sul - Guia de Identificação & Interesse Ecológico*. Santa Cruz do Sul: Instituto Souza Cruz, 2002. 326 p.

BANDEIRA, P. S.; CÉSAR, B. T. *Desenvolvimento Regional, Cultura Política e Capital Social - Pesquisa Empírica Como Subsídio à Atividade Parlamentar no Rio Grande do Sul*. Relatório de Análise dos Resultados. 2001. (Relatório de pesquisa). Disponível em: <www.al.rs.gov.br/download/desenv_regional/pesquisa.pdf>. Acesso em 21 abr. 2007.

BARQUERO, A. V. *Desenvolvimento Endógeno em Tempos de Globalização*. Porto Alegre: FEE, 2001.

BARROS, Paula Combacau Doria de. *Modelo de caracterização ecológica e turística para propriedades rurais: um estudo de caso*. Florianópolis, 2005. 118 f. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção, 2005. Disponível em: <<http://teses.eps.ufsc.br/defesa/pdf/14678.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2006.

BENAVIDES, David Diaz. O programa de turismo sustentável e eliminação da pobreza. In: LIMA, L. C.; CORIOLANO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 95-102.

BENETTI, Luciana Borba. *Avaliação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) do Município de Lages/SC, através do método do Painel de Sustentabilidade*. 2006. 215 f. Tese (Pós-Graduação em Engenharia Ambiental da Universidade Federal de Santa Catarina) UFSC, Florianópolis, 2006.

BRASIL. *Cultivo do Tabaco, Agricultura Familiar e Estratégias de Diversificação no Brasil*. 2007. Estudo contratado pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário do Governo Federal e encaminhado como Nota Técnica à Segunda Seção da Conferência das Partes (COP2) da Convenção Quadro da OMS sobre o Controle do Tabaco. Disponível em: <<http://www.mda.gov.br/saf/arquivos/1619316242.pdf>>. Acessado em 25 nov. 2008.

_____. Lei Federal nº 6.513, de 20 de dezembro de 1977. *Dispõe sobre a criação de Áreas Especiais e de Locais de Interesse Turístico; sobre o Inventário com finalidades turísticas dos bens de valor cultural e natural; acrescenta inciso ao art. 2º da Lei nº 4.132, de 10 de setembro de 1962; altera a redação e acrescenta dispositivo à Lei nº 4.717, de 29 de junho de 1965; e dá outras providências*. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id542.htm>>. Acesso em: 13 out. 2006.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Coordenação de Educação Ambiental. *A implantação da Educação Ambiental no Brasil*. Brasília: MEC, 166 p. 1998.

_____. *Política Nacional de Desenvolvimento Regional*. Disponível em: <http://www.integracao.gov.br/download/download.asp?endereco=/pdf/desenvolvimentoregional/pndr.pdf&nome_arquivo=pndr.pdf> Acessado em 7 de maio de 2007.

_____. Lei Federal Nº 4.771 de 15 de setembro de 1965. *Institui o Novo Código Florestal*. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acessado em: 20 out. 2006.

_____. Resolução CONAMA nº 303 de 20 de março de 2002. *Dispõe sobre parâmetros, definições e limites de Áreas de Preservação Permanente*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res02/res30302.html>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Resolução CONAMA nº 1 de 23 de janeiro de 1986. *Dispõe sobre critérios básicos e diretrizes gerais para o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA*. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/port/conama/legiabre.cfm?codlegi=23>>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Lei nº 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. *Dispõe sobre as sanções penais e administrativas derivadas de condutas e atividades lesivas ao meio ambiente, e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9605.htm>. Acesso em: 26 fev. 2009.

_____. Lei nº 5.197, de 3 de janeiro de 1967. *Dispõe sobre a proteção à fauna e dá outras providências*. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L5197.htm>. Acesso em: 26 fev. 2009.

BRÜSEKE, Franz Josef. O problema do Desenvolvimento Sustentável. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro. p. 262. 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acessado em: 27 Ago. 2007.

CAPRA, F. *A teia da vida*. Uma nova compreensão científica dos sistemas vivos. São. Paulo: Cultrix, 1996.

CAVACO, Caminda. Turismo rural e desenvolvimento local. In: RODRIGUES, Adyr A. B. (org.) *Turismo e Geografia: reflexões teóricas e enfoques metodológicos*. São Paulo: Hucitec, 1996. 94-121 p.

COIMBRA, A. S.; FERNANDES, A. A. Movimentos Sociais e Educação Ambiental. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, Volume 15, jul.-dez. 2005.

COLLIERE, Maria Alice de Oliveira. Educação ambiental: a contribuição dos projetos escolares nas discussões ambientais nas escolas públicas municipais de Colombo/PR. *R. RA E GA*, Curitiba, n. 10, p. 73-82, 2005.

CNM. Confederação Nacional dos Municípios. Apresenta informações sobre a população rural do município de Venâncio Aires, Rio Grande do Su. Disponível em: <http://www.cnm.org.br/demografia/mu_dem_pop_rural.asp?iIdMun=100143451>. Acesso em 16 jun. 2009.

COREDE – Conselho Regional de Desenvolvimento do Vale do Rio Pardo. *Plano estratégico de desenvolvimento do Vale do Rio Pardo*. Santa Cruz do Sul: COREDE-VRP: EDUNISC, 1998.

CORIOLO, Luzia Neide Menezes Teixeira. O turismo de base local e o desenvolvimento na escala humana. In: LIMA, L. C.; CORIOLO, L. N. M. T. (Org.). *Turismo e desenvolvimento social sustentável*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 60-70.

CORRÊA, Roberto Lobato. Região: a tradição geográfica. In: CORRÊA, R. L. *Trajetórias geográficas*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997, p.183-196.

CRISTOVÃO, Artur. Mundo Rural: Entre as Representações (dos Urbanos) e os Benefícios Reais (para os Rurais). In RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. (Org.) *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2002. p. 81-116.

DALLAGNOL, Paulo Renato. O licenciamento ambiental municipal. Considerações acerca da repartição de competências entre os entes federativos. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 11, n. 1264, 17 dez. 2006. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=9292>>. Acesso em: 05 mar. 2008.

DE OLIVEIRA TAVARES, M.G.; MARTINS, E.; AVELAR, G.M.(2003). A Educação Ambiental, Estudo e Intervenção do Meio. *OEI-Revista Iberoamericana de Educación* (ISSN: 1681-5653). Disponível EM: <www.rieoei.org/deloslectores/381Oliveira.pdf>. Acessado em 24 Ago. 2007.

DENCKER, Ada de Freitas Maneti. *Métodos e técnicas de pesquisa em turismo*. São Paulo: Futura. 2001.

DICK, Otto. *História de Mato Leitão*. Mato Leitão: [...]. 1999.

DORNELLES, C. T. A. *Percepção Ambiental: uma análise na bacia hidrográfica do rio Monjolinho*, São Carlos, SP. Dissertação de Mestrado. Escola de Engenharia de São Carlos. Universidade de São Paulo, São Carlos 2006.

EMBRATUR. *Oficina Nacional de Turismo Rural*. Relatório de Oficina Brasília. 2001. Disponível em: <www.mda.gov.br/saf/arquivos/diretrizes.pdf>. Acesso em 27 jul. 2007.

_____. *Diretrizes para uma Política Nacional de Ecoturismo*. Coordenação de Sílvio Magalhães e D. Hamú M. de la Penha. Brasília, 1994.

ENGUIA, Mariano Fernández. Do lar à fábrica, passando pela sala de aula: a gênese da escola de massas. In: _____. *A face oculta da escola: educação e trabalho no capitalismo*. Porto Alegre: artes Médicas, p. 105-130, 1989.

ETGES, Virginia Elisabeta, *et al.* Rotas turísticas no Vale do Rio Pardo (RS): uma proposta de valorização do meio rural. In: *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002. p. 45-50.

ETGES, Virgínia Elisabeta. Desenvolvimento regional sustentável: o território como paradigma. *Redes*, Santa Cruz do Sul, v. 10, n.3, p. 47-55, set./dez. 2005.

FERREIRA, M. M.; MIRANDA, B. M.; ALEXANDRE, F. *Educação para a cidadania: tendências atuais*. Universidade Aberta - Centro das Migrações e Relações Interculturais (CEMRI) e Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Nova de Lisboa - Unidade de Investigação em Educação e Desenvolvimento (UIED), 2002.

FOLHA DO MATE. Jornal Folha do Mate. *Folha Distritos*. Venâncio Aires. 25 out. 2007. 2007a. p. 1-11

_____. Jornal Folha do Mate. Encontro com a natureza do município. *Geral*. Venâncio Aires, 30 mar. 2007, 2007b. p. 11

_____. Jornal Folha do Mate. *Folha Distritos*. Venâncio Aires, 26 jun. 2008. 2008. p. 1-15

FRANCO, Maria Ciavatta. Formação profissional para o trabalho incerto: um estudo comparativo Brasil, México e Itália. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (org.). *Educação e crise do trabalho: perspectivas de final de século*. Petrópolis: Vozes. p. 100-137, 1998.

FRANZOTTI, Agnes Jaloto. Ambiente e desenvolvimento rural um estudo sobre o turismo de natureza no parque natural de Montesinho. In: RIEDL, Mário (Coord.). *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural de Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz: EDUNISC. 2002.

FUNDAÇÃO ZOOBOTÂNICA DO RIO GRANDE DO SUL - FZB. *A relação dos gaúchos com o meio ambiente - Esta pesquisa vai mostrar a nossa natureza*. Porto Alegre: FZB, Pró-Guaíba, Secretaria da Agricultura e Abastecimento, 1998.

GARCES, Liana Mercedes Maria Pares. *A percepção da biodiversidade no cotidiano de distintos segmentos sociais de Porto Alegre, RS, Brasil*. Monografia. Canoas. Centro Universitário La Salle. 111 pg. 2005.

GAZETA DO CHIMARRÃO. Jornal Gazeta do Chimarrão. Prioridade da Aciva é a RS-422. *Jornal Gazeta do Chimarrão*, Venâncio Aires, 05 Ago. 1998. p. 24.

_____. *Jornal Gazeta do Chimarrão*. Venâncio Aires. 19 set. 1998. p. 2.

GIL, Antonio Carlos. *Métodos e Técnicas de Pesquisa Social*. São Paulo: Atlas, 1995.

GOHN, M. G. M. *Teoria dos movimentos sociais, paradigmas clássicos e contemporâneos*. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. Plantar Pro Gasto: a importância do autoconsumo entre famílias de agricultores do Rio Grande do Sul. *Revista de Economia e Sociologia Rural, SOBER*, Vol. 46, Nº 02, p. 481-515, 2008.

GUIMARÃES, C. V. R. M.; PAIXÃO, J. L. de F. Turismo rural e agricultura familiar: a experiência de Fervedouro-MG. In: RIEDL, Mário (Coord.). *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural de Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz: EDUNISC. 2002.

GÜNTHER, Hartmut. *Como elaborar um Questionário*. (Série: Planejamento de Pesquisa nas Ciências Sociais, nº 01). Brasília, DF: UnB, Laboratório de Psicologia Ambiental. 2003. 35 p.

HERCULANO, Selene. Resenhando o debate sobre Justiça Ambiental: produção teórica, breve acervo de casos e criação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental. In: *Desenvolvimento e Meio Ambiente - riscos coletivos - ambiente e saúde*, nº 5, 2002. Curitiba: Editora UFPR. Co-edição com a Revista Natures, Sciences, Sociétés, p. 143-149.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. 2006. Apresenta dados sobre Produção Agrícola Municipal 2005. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/noticia_impresao.php?id_noticia=740>. Acessado em: 16 jun. 2009.

ICE. Instituto Capixaba de Ecoturismo. *Apresenta informações sobre o VII Congresso Nacional de Ecoturismo e III Encontro Interdisciplinar de Ecoturismo em Unidades de Conservação*. Disponível em: <<http://www.ecoturismocapixaba.org.br>>. Acesso em: 05 jul. 2009.

JACOBI, Pedro. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. *Cadernos de Pesquisa*, n. 118, mar. p. 189-205. 2003

JANÉR, A.; MOURÃO, R. Elaboração do produto de Ecoturismo. In: MITRAUD, Sylvia. Org. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p. 145-188

KARNOPP, E. Desafios e perspectivas para o desenvolvimento de uma agricultura familiar sustentável: o caso da região do Vale do Rio Pardo (Brasil). *ACTAS*, L. de V., 2003. Disponível em: <<http://www.wgsr.uw.edu.pl/pub/uploads/actas03/10-ERICA.pdf>>. Acessado em 25 nov. 2008.

KITZMANN, D.; ASMUS, M. L. Avaliação da percepção ambiental: um estudo de caso com trabalhadores avulsos do porto do Rio Grande (RS). *Ambiente & Educação*, Rio Grande, v. 5/6, p. 69-80, 2001.

LEMOS, C. A.; GUERRA, T. *Aspectos dos usos da água, agrotóxicos e percepção ambiental no meio rural, Maquiné, RS, Brasil*. Geografia. vol. 13. n. 2. jul/dez. 2004.

LOBO, E.; PUTZKE, J. Tendências na Educação Ambiental no Vale do Rio Pardo, RS, Brasil. In: NOAL, F. O.; REIGOTA, M.; BARCELOS, V. H. *Tendências da educação Ambiental Brasileira*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 1998. p. 229-263.

LOVATTO, Patrícia. *A percepção de agricultores familiares acerca da preservação e utilização de recursos naturais em propriedades rurais do município de Santa Cruz do Sul, RS, Brasil*. Dissertação (Mestrado), Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade de Santa Cruz do Sul, Santa Cruz do Sul. 2007.

LUMERTZ, J. S.; GOMES, M. S.; GAYER, P.; MICHELIN, R. A sensibilização turística da população de Muçum: o início de um Desenvolvimento Sustentável do turismo rural. IN: *Anais do V Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento*, Santa Maria: FACOS/EFSM, 2006. 687 p.

MACHADO, Álvaro. *Ecoturismo: um produto viável: a experiência do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Ed. Senac Nacional, 2005.

MANOSSO, Fernando César. 2005. *Ecoturismo: alguns avanços importantes no Brasil*. Disponível em <http://www.ecoviagem.com.br/ecoviagens/ecoreporter_interna.asp?codigo=10377> Acesso em 14 abr. 2006.

MENDONÇA, Rita. Turismo ou meio ambiente: uma falsa oposição?. In: LEMOS, Amália Inês G. *Turismo: Impactos Socioambientais*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1999. p. 19-25.

MITRAUD, Sylvia. (org.). *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003.

MONTIBELLER-FILHO, G. *O mito do desenvolvimento sustentável: meio ambiente e custos sociais no moderno sistema produtor de mercadorias*. Florianópolis: UFSC, 2001.

MORAES, C. dos S.; SOUZA, M. de. Turismo Rural, Renda e Bem-Estar: Estudo com Agricultores Familiares no Município de Salvador do Sul, RS. *Revista Extensão Rural*, Ano XIX, Jan./Dez., 2007.

MOURA, L. G. V.; ALMEIDA, J.; MIGUEL, L. de A. Avaliação da sustentabilidade em agroecossistemas: um pouco de pragmatismo. *REDES*, Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), vol. 9, nº 2, Santa Cruz do Sul: Editora da UNISC, maio/ agosto de 2004. Pp. 133 – 155.

NIEFER, I. & SILVA, J. C. L. G. da. Critérios para um Ecoturismo ambientalmente saudável. *Cadernos da Biodiversidade*, v.2, n.1, jul. 1999, p.53-61.

NUNES, M. dos S.; LADWIG, N. I. Avaliação das potencialidades do Morro do Forte como local para o desenvolvimento da prática de Ecoturismo. *Revista Eletrônica de Turismo (RETUR)*. Vol. 03. nº 02. 2004.

OFFNER, J. M. Les “effects structurants” du transport: mythe politique, mystification scientifique. *L’espace géographique*, n. 3, p. 233-242, 1993.

OLIVEIRA, Antônio Pereira. *Turismo e desenvolvimento: planejamento e organização*. 3. ed. Ver. E ampl. São Paulo: Atlas, 2001.

OLIVEIRA, G. B. de; LIMA, J. E. de S. Elementos endógenos do desenvolvimento regional: considerações sobre o papel da sociedade local no processo de Desenvolvimento Sustentável. *Revista FAE*, Curitiba, v.6, n.2, p.29-37, 2003.

PADUA, S. M.; TABANEZ, M. F.; SOUZA, M. G. A abordagem participativa na educação para a conservação da natureza: In CULLEN, L.; RUDRAN, R.; VALLADARES-PADUA, C. (Org.). *Métodos de estudos em Biologia da Conservação & Manejo da Vida Silvestre*. Curitiba: Ed. da UFPR; Fundação O Boticário de Proteção à Natureza, 2003. p. 557-592.

PAIVA, C. A. Como identificar e mobilizar o potencial de desenvolvimento endógeno de uma região? In: *Documentos FEE*. n.59. Porto Alegre: FEE, 2004.

PÉREZ, Maria del Carmen Granell. *Evócion y praticas agricolas em la cuenca del rio Pardino*, Rio Grande do Sul, Brasil. Ijuí: Unijuí. ed. 1996. 243 p.

PINHEIRO, Evandro da Silva. *Percepção Ambiental e a atividade turística no Parque Estadual do Guartelá – Tibagi, PR*. Dissertação (Mestrado). Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Paraná. Curitiba. 2004

PLEIN, Ivonete Terezinha Tremea. Educação, Trabalho e Cidadania. *Revista Faz Ciência*, p. 291-30, 2006.

PROJETO RADAM-BRASIL, *Levantamento de Recursos Naturais*. v. 33, Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística: Rio de Janeiro, 1982.

PUTNAM, Robert D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. Rio de Janeiro, Fundação Getúlio Vargas. 1996.

PUTZKE, J.; PUTZKE, M. T. *Os reinos dos Fungos*. v.1. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 606 p. 1998.

_____. *Os reinos dos Fungos*. v.2. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 606-829 p. 1998.

RAMON, Eurípedes Ed. 2002. *Evolução do Ecoturismo*. Disponível em: <http://www.ecoviagem.com.br/ecoviagens/ecoreporter_interna.asp?codigo=3941>. Acesso em 14 abr. 2006.

RAMOS-DE-OLIVEIRA, Newton. Reflexões sobre a educação danificada. In: ZUIN, Antônio Álvaro Soares (org.). *A Educação danificada – contribuições à teoria crítica da educação*. Petrópolis/São Carlos: UFSCAR, p. 13-43, 1998.

REITZ, R.; KLEIN, R. M.; REIS, A. *Projeto Madeira do Rio Grande do Sul*. SUDESUL-HBR: Porto Alegre, CORAG, 525 p. 1988.

RIBEIRO, Gustavo Lins. *Ambientalismo e Desenvolvimento sustentado: nova ideologia/utopia do desenvolvimento*. 1992. Disponível em <<http://www.unb.br/ics/dan/Serie123empdf.pdf>>. Acessado em 29 jan. 2008.

RIEDL, Mário. In RIEDL, M; ALMEIDA, J. A.; BARBOSA, A. L. (Org.). *Turismo Rural: Tendências e Sustentabilidade*. EDUNISC, Santa Cruz do Sul. 2002. p. 7-12.

RIO GRANDE DO SUL. Lei Estadual nº 11.520, de 03 de agosto de 2000. *Institui o Código Estadual do Meio Ambiente do Estado do Rio Grande do Sul e dá outras providências*. Porto Alegre, 2000. Disponível em: <<http://www.mp.rs.gov.br/ambiente/legislacao/id628.htm>>. Acessado em 17 out. 2006.

RODRIGUES, Carlos César. A contribuição dos negros e militares. *Jornal Folha do Mate*, Venâncio Aires, 20 jul. 2007. História dos Distritos. p. 11.

ROHDE, Geraldo Mário. Mudanças de Paradigma e Desenvolvimento Sustentado. In: CAVALCANTI, Clóvis (Org.). *Desenvolvimento e Natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. INPSO/FUNDAJ, Instituto de Pesquisas Sociais, Fundação Joaquim Nabuco, Ministério de Educação, Governo Federal, Recife, Brasil. Outubro. p. 262. 1994. Disponível em: <<http://168.96.200.17/ar/libros/brasil/pesqui/cavalcanti.rtf>>. Acessado em: 27 Ago. 2007.

ROMEIRO, Ademar Ribeiro. Economia e biodiversidade. *Megadiversidade*. Vol. 2. nº 1-2, dez. 2006

ROPPA, Cristiane *et all*. Diagnóstico da percepção dos moradores sobre a arborização urbana na Vila Estação Colônia – Bairro Camobi, Santa Maria – RS. *Revista da Sociedade Brasileira de Arborização Urbana*, Vol. 2, n. 2, p. 11-30. 2007.

RUSCHMANN, Doris Van de Meene. *Turismo e planejamento sustentável: a proteção do meio ambiente*. 8ª ed. Campinas, SP: Papirus, 2001.

SAAB, W. G. L.; DAEMON, I. G. *Turismo Ecológico: uma atividade sustentável*. 2000. Disponível em: <http://www.bndes.gov.br/conhecimento/setorial/get4is10.pdf>. Acesso em: 16 abr. 2006.

SAGAN, Carl. *Bilhões e bilhões* - Reflexões sobre vida e morte na virada do milênio. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SALVATI, Sérgio Salazar (org.). *Turismo Responsável* – Manual para Políticas Públicas. Brasília, DF: WWF Brasil, 2004.

_____, Sérgio Salazar. Planejamento do Ecoturismo. In: MITRAUD, Sylvia. Org. *Manual de Ecoturismo de Base Comunitária: ferramentas para um planejamento responsável*. Brasília: WWF Brasil, 2003. 470p. 33-88.

SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. *Turismo com fenômeno humano: princípios para se pensar a socioeconomia*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC. 2005.

SANTOS, E. de O.; SOUZA, M. de; RAPOPORT, A. Motivações e perfis como instrumento do turismo rural e agroturismo do Rio Grande do Sul. IN: ALMEIDA, J. A. de; SOUZA, M. de. (Orgs.). *Turismo Rural: patrimônio, cultura e legislação*. 1. ed. Santa Maria: FACOS/UFSM, 2006. 255 p.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço. Técnica e tempo. Razão e emoção*. São Paulo: Hucitec, 1996.

_____, Milton. Sociedad y espacio: la formación social como teoría y como método. In: SANTOS. *De la totalidad al lugar*. Barcelona: Oikos Tau. 1995. p. 17-32

SÃO PAULO (Estado). *Conceitos para se fazer educação ambiental*. Secretaria do Meio Ambiente, Coordenadoria de Educação Ambiental. 3ª ed. São Paulo: A Secretaria, 1999.

SCHMITT, Jair. *Estudo da Percepção Ambiental na Represa do Lobo: Subsídios à educação e ao planejamento ambiental*. São Carlos, 2005. Dissertação (Mestrado), Escola de Engenharia de São Carlos, Universidade de São Paulo. São Paulo. 2005.

SCHNEIDER, S; NIEDERLE, P.A. Agricultura familiar e teoria social: a diversidade das formas familiares de produção na agricultura. In: FALEIRO, F.G. e FARIAS NETO, A.L. (ed.). *SAVANAS: desafios e estratégias para o equilíbrio entre sociedade, agronegócio e recursos naturais*. Planaltina, DF, Embrapa Cerrados, 2008, p. 989-1014.

SEVERINO, Educação, Trabalho e Cidadania: a educação brasileira e o desafio da formação humana no atual cenário histórico. *São Paulo em Perspectiva*, p. 65-71, 2000.

SILVA, José Graziano da. Velhos e novos mitos do Rural Brasileiro: implicações para as políticas públicas. IN: CASTRO, Ana Célia (Org.). *Desenvolvimento e debate: Painéis do desenvolvimento brasileiro II*. Rio de Janeiro: Mauad: BNDES. 411-435. 2002.

SILVA, M. F. da; ALMEIDA, J. A. Turismo Rural, patrimônio e cultura. In: *Anais do III Congresso Internacional sobre Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável*. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2002.

SILVA, S. S.; FERREIRA, P. A. *A fumicultura no Brasil - um estudo exploratório sobre os impactos da Convenção-Quadro para o controle do tabaco*. In: XXVI ENEGEP. 2006.

Disponível em: <http://www.abepro.org.br/biblioteca/ENEGEP2006_TR560372_8720.pdf>. Acessado em 25 nov. 2008.

SILVEIRA, A. D. *Avaliação de ações de empreendimentos ecoturísticos considerando a integração das dimensões conceituais do Ecodesenvolvimento e do Ecoturismo*. 2003. Dissertação (Mestrado de mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-graduação em Engenharia de Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SKIDMORE, David. Sociedade Civil, Capital Social e Desenvolvimento Econômico. In: ABREU, Alzira Alves de (Org.). *Transição em fragmentos: desafios da democracia no final do século XX*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2001.

SOARES, Sandra Maria Veríssimo. *A percepção ambiental da população Noronhense em relação à área de preservação ambiental*. 2005. Universidade Federal Rural de Pernambuco. Programa de Pós-Graduação em Gestão e Política Ambiental. Recife, 96 p. 2005.

SOUZA, Renato Santos. *Entendendo a questão ambiental*. Temas de economia, política e gestão do meio ambiente. Santa Cruz do sul: Ed. UNISC, 2000.

STROH, Paula Yone *et al.* *Avaliação de impacto ambiental: agentes sociais, procedimentos e ferramentas*. Brasília: Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, 1995.

SUÁREZ, J.E.A., MIGUEL, L.A., COELHO DE SOUZA, G. *Extrativismo da Samambaia-preta na Encosta da Mata Atlântica (RS): Uma Perspectiva Comunitária, Econômica e Espacial*. In: III Encontro da ANPPAS. 2006. Disponível em: <<http://www6.ufrgs.br/pgdr/arquivos/515.pdf>>. Acessado em 25 nov. 2008.

TAVARES, Hermes Magalhães. Políticas de desenvolvimento regional nos países do “centro” e no Brasil. In: CARDOSO *et all.* *Planejamento e Território*. RJ: UFRJ/IPPUR, 2002. p.229-248.

TRIGUEIRO, A. *Meio ambiente no século 21: 21 especialistas falam da questão ambiental nas suas nas suas áreas de conhecimento*. Rio de Janeiro: Sextante, 2003.

TRONCOSO, B. *Rol y tipos de Ecoturismo, y el potencial del país para desarrollarlo*. Disponível em: <<http://www.kiskeya-alternative.org/publica/bolivar/iiferia.htm>>. Acesso em: 21 jul 2007.

TUAN, Yi-Fu. *Topofilia: Um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente*. trad. Livia de Oliveira. São paulo: DIEFEL, 1980. 228 p.

VARGAS, Liliana Angel Educação Ambiental: a base para uma ação político/transformadora na sociedade. *Rev. eletrônica Mestr. Educ. Ambient.* ISSN 1517-1256, Volume 15, julho a dezembro de 2005.

VEIGA, José Eli da. *Cidades Imaginárias: O Brasil é menos urbano do que se calcula*. Campinas: São paulo: Autores Associados. 2002.

_____, José Eli da. Mudanças nas relações entre espaços rurais e urbanos. *Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento*. v. 3. n. 1, p. 123-149. 2007.

VIEIRA, J. T.; WEBER, E. O licenciamento ambiental como forma de efetivação da autonomia municipal e do Desenvolvimento Sustentável. *Jus Navigandi*, Teresina, ano 12, n. 1731, 28 mar. 2008. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=11099>>. Acesso em: 06 maio 2008.

VIEIRA, L. V. L.; NASCIMENTO, R. A. do. Turismo sustentável no litoral sul de Sergipe: a percepção das comunidades e dos visitantes. In: CORIOLANO, L. N. M. T. ; LIMA, L. C. (Org.). *Turismo comunitário e responsabilidade socioambiental*. Fortaleza: EDUECE, 2003. p. 284-293.

VOGT, Olgário Paulo. A morte entre os descendentes de imigrantes boêmios de Venâncio Aires, RS. In: AREND, I. C.; WITT, M. A. (Orgs.). *História, Cultura e Memória: 180 anos de imigração alemã*. São Leopoldo: Oikos. 2005. p. 123-135.

WEARING, S.; NEIL, J. *Ecoturismo: Impactos, potencialidades e possibilidades*. Barueri: Manole. 2001.

WESCHENFELDER, Wilson Junior. *Atividades de Educação Ambiental como ferramenta para construção do conhecimento*. Monografia. Santa Cruz do Sul. 60 f. Universidade de Santa Cruz do Sul, 2005.

_____, Wilson Junior. *Descrição do meio físico e biótico e ações à desenvolver no ano de 2004 pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente*. Venâncio Aires [no prelo]. 54 f. 2003.

_____, Wilson Junior. Ecoturismo e o Desenvolvimento Regional. In: *Anais do IV Seminário Internacional sobre Desenvolvimento Regional*, Santa Cruz do Sul. 2008.

WOOD, Ellen Meiksisns. O *demos versus* “nós, o povo”: das antigas às modernas concepções de cidadania. In: _____. *Democracia contra o capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo. p. 177-2004, 2003.

ZERO HORA, Jornal Zero Hora. *Origens do Rio Grande*. Porto Alegre, 04 dez. 1996. p. 130

ANEXO A – Reunião sobre o estudo dos potenciais naturais da região, com ênfase em trilhas ecológicas, na região do terceiro Distrito em 1998.



Figura 39: Reunião realizada sobre o estudo dos potenciais naturais da região, com ênfase em trilhas ecológicas
Fonte: Gazeta do Chimarrão (1998)

ANEXO B – Folder elaborado em 2003 para o Ecoturismo.



A Kauai visa promover atividades que envolvem o público que busca diversão e relaxamento aliando a apreciação e compreensão dos recursos naturais e culturais com intuito de sensibilizar os turistas para mudanças de comportamento e reordenação de hábitos, atitudes e valores.

O Ecoturismo é, também, uma atividade educativa, que aspira revelar os significados e as relações existentes no ambiente, conectando e traduzindo ao visitante os fatos que estão além das aparências.

Venha descobrir o prazer e o bem estar que uma caminhada junto à natureza pode lhe proporcionar...

Venha conhecer a natureza de Venância Aires!

Rio Grande do Sul



SANTA CATARINA



Distância de Venância Aires até:

Ponto Alegre	130 km
Santa Maria	172 km
Caxias do Sul	169 km
Santa Cruz do Sul	30 km
Lajeado	30 km
Brasília (DF)	2.194 km
São Paulo (SP)	1.203 km

Casa distribuída de Capital do Clima

Impresso em papel reciclado.



kauai
viagens

Fones:
(51) 3741-4722
(51) 3741-7121

Avenida Ruperti Filho, 1773 - Centro
CEP 95800-000 - Venância Aires - RS
e-mail: kauaviagens@viavale.com.br

Sua agência de receptivo e ecoturismo em Venância Aires.

Apoio: Prefeitura Municipal de Venância Aires



Secretaria Municipal de Indústria, Comércio e Turismo.



Traco
Produções Gráficas

Av. Ruperti Filho, 1811 - Centro
Fone: 3741-2034

Figura 40: Capa do folder sobre atividades de Ecoturismo em Linha Sete Léguas.

FAZENDA SETE LÉGUAS

Apresenta um relevo variado numa pré-transição da mata atlântica e seus ecossistemas associados com os campos de cima da serra. Por se localizar num encontro de diversos vales que formam o Arroio Castelhanu, possui um alto índice de umidade relativa do ar, proporcionando nevoeiros muito densos no inverno. Sua altitude, no ponto mais alto alcança 670 metros acima do nível do mar, sendo assim, uma das áreas mais altas da região. Pode ser localizada em uma carta topográfica pelas coordenadas 29° 22' de latitude e 52° 18' de longitude. Em sua área de 900 hectares, quase sua totalidade é composta por: vegetação nativa, possuindo diversos córregos, riachos e arroios de águas cristalinas e uma alta diversidade de espécies animais e vegetais característicos da Mata Atlântica.

Trilha do Carijo

A trilha do Carijo é dividida em duas etapas: caminhada leve e extensa por meio de trilhas e uma caminhada moderada e rápida em um vale. A caminhada leve percorre uma distância aproximada de 8 km por trilhas que percorrem os antigos caminhos das mulas, caminho que demarcado, faz parte de uma grande ramificação por onde era escoada a colheita de enva-mate, que em seu estado nativo é típico da região. Após a trilha é direcionada à entrada de um arroio secundário formador do Arroio Castelhanu, onde inicia a trilha por meio de vale de bosques de xaxim até um exemplo de um carijo antigo, espécie de defumador feito de pedras que era utilizado para fazer uma pré-secagem da enva-mate para diminuir o peso e ser mais fácil de ser transportado para fora da mata. A caminhada em quase sua totalidade é leve aumentando a dificuldade no vale do arroio, onde necessita de equilíbrio para caminhar sobre pedras, lajes e escalar pequenas cascatas e paredes de pedra.

Trilha Águas Claras

Na trilha Águas Claras será mostrado as primeiras quedas d'água do Arroio Castelhanu, na qual tem sua formação inicial naquela localidade. São percorridos em torno de 10 km com dificuldade média por ter o deslocamento de uns 2 km por dentro do principal arroio formador do Arroio Castelhanu, onde será observada a primeira cascata do Castelhanu e diversas pequenas cascatas e poços de águas transparentes. Nesta trilha poderá ser apreciada a beleza dos bosques de xaxins centenários com a alta umidade relativa do ar, proporciona locais totalmente dominados por plantas epífitas (espécies que vivem em cima de outras plantas) como orquídeas, bromélias, líquens e musgos.

TRILHA DE TREKKING PERAU DA NÉGA

O Perau da Néga está localizado no município de Boqueirão do Leão, no canion do Rio Pequeno, sendo denominado assim pois uma lenda conta que na cascata do Perau uma descendente de escravos teria se suicidado no início do século passado. Este cânion foi esculpido pelo Rio Pequeno numa extensão de 5 km, deixando exposto paredes de basalto com mais de 100 metros de altura. Este trekking de nível médio à difícil, tem uma extensão total de 12 km, podendo ser realizado em um dia com a possibilidade de ser realizado rapel na cascata da Lajinha de 25 metros, que desagua num lago natural de aproximadamente 1 hectare.

Na trilha de trekking Perau da Néga há uma variação para pessoas mais dispostas que aumenta a extensão para aproximadamente 21 km, estendendo para dois dias de caminhada. Neste o pernilite pode ser realizado em barracas ou na forma de acantonamento.

Venâncio Aires possui também...

Uma excelente gastronomia, uma escola do chimarrão que é a única do mundo, um povo acolhedor...

E pessoas especializadas em turismo para que você conheça tudo isso e muito mais com segurança.

Igreja Matriz São Sebastião Maratã

O QUE LEVAR

- Usar tênis antiderrapante ou botas de trekking;
- Calças para não ferir as pernas em possíveis galhos;
- Roupas limpas para a volta;
- Chapéu mateiro;
- Material de higiene particular;
- Cantil com água (2 litros);
- Máquina fotográfica;
- Binóculos;
- Protetor solar;
- Capa de chuva.

Fotos: Wilton J. Mieschert/Redes

Figura 41: Verso do folder sobre atividades de Ecoturismo em Linha Sete Léguas.

ANEXO C – Benefícios e desvantagens do turismo

BENEFÍCIOS E DESVANTAGENS DO TURISMO	
<p style="text-align: center;">BENEFÍCIOS DO TURISMO</p> <p>O desenvolvimento do turismo tem gerado uma série de benefícios. A seguir, listamos algumas das contribuições que o turismo pode trazer à qualidade de vida de sua comunidade.</p> <p style="text-align: center;">BENEFÍCIOS ECONÔMICOS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo ajuda a diversificar e estabilizar a economia local. Também pode ajudar a trazer outras atividades econômicas para a comunidade. <input type="checkbox"/> O turismo gera impostos e traz dinheiro novo para a comunidade. <input type="checkbox"/> O turismo gera empregos e oportunidades comerciais. <p style="text-align: center;">BENEFÍCIOS SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O dinheiro gerado pelo turismo ajuda a financiar serviços e estabelecimentos públicos que a comunidade talvez não tivesse condições de financiar (estradas públicas, energia, comunicação, saúde e segurança). <input type="checkbox"/> O turismo incentiva a participação cívica e o orgulho pela comunidade e suas manifestações culturais. <input type="checkbox"/> O turismo proporciona o resgate e o intercâmbio cultural. <p style="text-align: center;">BENEFÍCIOS AMBIENTAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo pode incentivar a preservação de recursos naturais, culturais e históricos. <input type="checkbox"/> O turismo pode estimular a revitalização e embelezamento paisagístico da cidade ou vila. <input type="checkbox"/> O turismo pode contribuir para a sustentabilidade de áreas protegidas. <input type="checkbox"/> O turismo educa para a conservação da natureza. 	<p style="text-align: center;">DESVANTAGENS DO TURISMO</p> <p>Embora o turismo traga muitos benefícios, o seu desenvolvimento não acontece livre de impactos negativos na comunidade. Abaixo listamos alguns desses possíveis malefícios.</p> <p style="text-align: center;">DESVANTAGENS ECONÔMICAS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo necessita de custos operacionais para pesquisa, promoção etc.. <input type="checkbox"/> O turismo se utiliza de serviços públicos que são mantidos pelo contribuinte locais, excedendo seus custos. <input type="checkbox"/> O turismo pode exigir o treinamento de empregados, proprietários e a educação da população local. <input type="checkbox"/> O turismo pode gerar fuga de capitais. <p style="text-align: center;">DESVANTAGENS SOCIAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> O turismo pode atrair visitantes com comportamento conflitante com o da comunidade e seus padrões culturais. <input type="checkbox"/> O turismo pode criar tumulto, poluição em vários níveis e congestionamento. <input type="checkbox"/> O turismo pode aumentar os índices de criminalidade e marginalidade. <input type="checkbox"/> O turismo pode gerar conflito entre os que o querem e os que são contra o seu desenvolvimento. <p style="text-align: center;">DESVANTAGENS AMBIENTAIS</p> <ul style="list-style-type: none"> <input type="checkbox"/> Turismo desordenado ou sem critérios pode degradar a qualidade de importantes recursos naturais e históricos. <input type="checkbox"/> Lixo, barulho e poluição do ar podem aumentar com o turismo. <input type="checkbox"/> O sucesso econômico do turismo pode levar a maior pressão sobre os recursos naturais.

Figura 42: Benefícios e desvantagens do turismo

Fonte: Salvati (2003)

ANEXO D – Algumas atividades turísticas em ambientes naturais

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	NECESSIDADES ESPECIAIS
Bóia-cross (<i>Acquaraid</i>)	Percorrer rios de corredeiras por meio de bóias infláveis. O equipamento pode ser uma câmara de pneu de caminhão ou equipamentos específicos, melhor elaborados e resistentes.	Equipamentos como capacete e salva vidas, além de saber nadar e conhecer o percurso.
Asa delta, pára-queda, parapente, paraglyder, balonismo	Práticas aéreas que permitem uma visualização das paisagens de forma panorâmica e sem muitos impactos na fauna e flora.	Treinamento especializado e autorização de voo. Os equipamentos são caros e, na sua grande maioria, importado. Necessita também apoio por terra.
Acampamento (Camping)	Forma mais econômica de hospedar-se próximo à natureza.	As barracas estão mais leves e mais baratas hoje em dia. Campings regularizados, com um mínimo de estrutura, evitando-se o camping selvagem.
<i>Canyoning</i> / Cachoeirismo (<i>Cascading</i>)	Explorar e percorrer rios de vale, driblando os acidentes naturais como cânions, gargantas e cachoeiras. A variante " <i>cascading</i> " é conhecida como rappel de cachoeira.	Bons equipamentos, equipes treinadas, preparo e experiência.
Canoagem (<i>Canoeing, kayaking</i>) e <i>Rafting</i>	Passeios de canoas e caiaques realizados em lagoas, lagos, rios com ou sem corredeiras, baías, mangues etc. <i>Rafting</i> é a descida de rios com corredeiras e pequenas cachoeiras com botes infláveis de estrutura reforçada.	Não necessita técnica especializada, mas apenas acompanhamento e saber nadar, além de coletes salva-vidas e capacete. Canoas e caiaques não são baratos, mas produtos nacionais são bons e acessíveis.
Ciclismo / <i>Mountain Biking</i>	Passeios de bicicleta adaptadas a terrenos irregulares por roteiros pré-determinados. Pode-se alcançar lugares mais distantes do que as caminhadas e com menor esforço físico.	Exige-se preparo físico e equipamentos de segurança como capacetes e joelheiras.
Caminhadas e Travessias (<i>Hikking</i> / <i>Trekking</i>)	Caminhadas simples de até 3-4 km não exigem preparo físico, apenas a definição de paradas para descanso e lazer. <i>Trekking</i> são caminhadas	Para a prática de longas caminhadas e travessias não basta disposição. Tem que ter um roteiro bem definido e um

Figura 43: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 1)

Fonte: Janér e Mourão (2003)

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	NECESSIDADES ESPECIAIS
	mais longas, de até um dia. Travessias percorrem longas distâncias, entre duas regiões de interesse, e podem durar de 1 a 4 dias.	mínimo de estrutura logística (equipamentos e vestuário), além de preparo físico.
Mergulho livre e autônomo (<i>Diving</i>) / flutuação (<i>Snorkelling</i>)	O mergulho em áreas marinhas costeiras e em águas interiores é prática já bem desenvolvida no Brasil, porém pouco explorada pelo turismo. A flutuação é realizada em rios e mares de águas cristalinas, equipado apenas com máscara, snorkell e pé de pato.	Saber nadar. Equipamentos de mergulho livre e de flutuação são baratos. O de mergulho autônomo nem tanto e necessita de cursos especializados.
Montanhismo	Caminhadas em ambientes serranos e montanhosos, que podem ou não incluir atividades de escalada simples ou vertical.	Atividades com elevados graus de dificuldade podem exigir treinamento, equipamento e acompanhamento específicos.
Observação astronômica	Observar e conhecer planetas, estrelas e constelações. Melhor realizado longe de centro urbanos e em locais de amplos horizontes. Cartas celestes auxiliam na observação e podem ensinar as noções básicas de orientação geográfica.	Pode ser realizada mesmo a olho nu, porém binóculos e telescópios amadores, assim como instrutores especializados, podem enriquecer a experiência.
Observação astronômica	Observar e conhecer planetas, estrelas e constelações. Melhor realizado longe de centro urbanos e em locais de amplos horizontes. Cartas celestes auxiliam na observação e podem ensinar as noções básicas de orientação geográfica.	Pode ser realizada mesmo a olho nu, porém binóculos e telescópios amadores, assim como instrutores especializados, podem enriquecer a experiência.
Observação da fauna / flora / Safari fotográfico	Realizadas em todo e qualquer passeio, seja de barco, a cavalo ou à pé, ou em equipamentos especializados, como torres de observação. Exige-se técnicas de interpretação ambiental com guias naturalistas especializados ou guias mateiros treinados.	Especialmente para a fauna, pode-se precisar de roupas camufladas, técnicas de caminhadas, livros de identificação de animais e de pegadas e equipamentos como binóculos, torres de observação e <i>canopy walkway</i> .
Observação de pássaros (<i>Birdwatching</i>)	Observar, identificar e estudar pássaros em seu ambiente natural. Trilhas específicas para esta atividade podem ser implantadas. Os pássaros podem ter hábitos muito diferentes entre as diversas famílias e deve-se conhecer as melhores épocas e os horários específicos para observá-los.	Necessita de equipamentos como binóculos e bons livros de identificação da avifauna. Técnicas ousadas, guias treinados e equipamentos como torres de observação e passarelas suspensas (<i>canopy walk</i>) permitem maiores chances de observação.

Figura 44: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 2)
 Fonte: Janér e Mourão (2003)

ALGUMAS ATIVIDADES TURÍSTICAS EM AMBIENTES NATURAIS		
ATIVIDADES / INTERESSES	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS	NECESSIDADES ESPECIAIS
Passeio eqüestre/ Enduro eqüestre	Passeios em cavalos treinados para visitantes de "primeira cavalgada", de poucas horas ou de até um dia, formando típicas comitivas. O cavalo é resistente a longas caminhadas e proporciona uma maior interação com a paisagem. Enduro eqüestre é o deslocamento por roteiros mais longos e acidentados, exigindo animais mais robustos e treinados.	No caso do passeio eqüestre, não há necessidade de experiência prévia, apenas de orientações gerais do guia e de proteção do sol. O enduro eqüestre é para visitantes mais experientes. Neste caso é preciso também equipamentos e conhecimento do roteiro.
Pesca amadora/ esportiva	Muito popular em vários países, ganhando muitos adeptos no Brasil. A prática da soltura do peixe após sua captura (pescue e solte) também está crescendo. Equipamentos simples e baratos são suficientes para uma boa pescaria.	Utilizar anzóis sem farpas machucam menos os peixes. Obedeça a legislação local e federal, e obtenha a licença de pesca. Há restrições para a época de reprodução (nov. à março) e para o tamanho máximo de captura de algumas espécies. Deve-se evitar as áreas de pesca de subsistência das comunidades locais.
Visita em cavernas / Espeleomergulho	A visita em cavidades naturais permite conhecer um ambiente único, frágil e inóspito. Algumas cavernas apresentam graus de dificuldade e só devem ser exploradas com acompanhamento por especialistas, pois possuem abismos, travessias de rios e lagos internos e até quedas d'água.	O Ibama exige plano de manejo da visitação e acompanhamento especializado. A fauna é extremamente sensível às alterações ambientais provocadas pela visitação. Os espeleotemas são frágeis. Exige-se certo esforço físico e equipamentos, alguns não tão baratos.
Visitas às comunidades locais / tradicionais	Atividades que proporcionam ao visitante trocas de conhecimentos, vivências e experiências culturais. Regionalismos e marcas de miscigenação racial possuem grande interesse turístico, tais como a gastronomia, a arquitetura, a música, o artesanato e as vestimentas. Modos de vida, tais como atividades de lida com o gado, de pesca, de fabricação de medicamentos e cosméticos naturais entre outros, agregam valor cultural ao roteiro ecológico.	Estudos antropológicos e sócio-ambientais são necessários para se conhecer as fragilidades culturais de alguns povos, principalmente indígenas e quilombolas. Ações de resgate e valorização cultural podem ser necessárias se receber visitantes de diferentes culturas. Planejamento participativo contribui no preparo da comunidade e para ampliar os benefícios.

FONTE: Compilado pelo Editor a partir de consulta a operadoras, especialistas, guias turísticos e guias de turismo.

Figura 45: Algumas atividades turísticas em ambientes naturais (parte 3)

Fonte: Janér e Mourão (2003)

ANEXO E - Mapa da região serrana de Venâncio Aires com a localização de alguns potenciais naturais para as atividades do Ecoturismo.

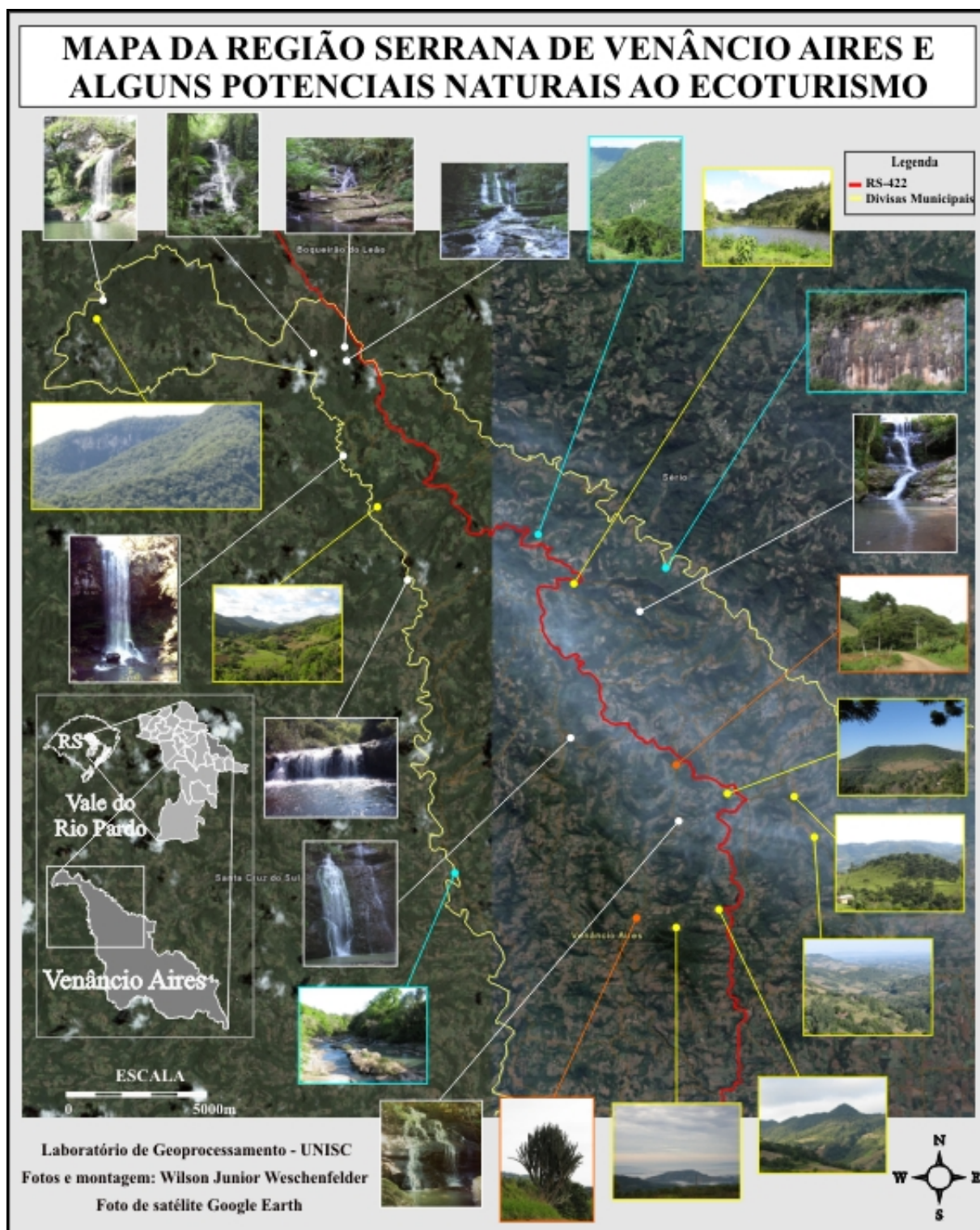


Figura 46: Mapa de alguns potenciais naturais da região de estudo; em amarelo, os mirantes, e as paisagens; em laranja, espécies da flora (cacto e figueira centenários); em ciano, locais para esportes de aventura; e em branco, cachoeiras e cascatas.

ANEXO F - Formulário de Percepção Ecoturística

Nome: _____

Idade: _____ Localidade: _____ Localização n°: _____

Sexo:

masculino [01] feminino [02]

Profissão:

agricultor [03] comerciante [04] profissional liberal [05]

funcionário público [06] professor [07] outro, qual: _____ [08]

Instrução:

analfabeto [09] ensino fundamental incompleto [10]

ensino fundamental completo [11] ensino médio incompleto [12]

ensino médio completo [13] ensino superior incompleto [14]

ensino superior completo [15] pós-graduação [16]

1 Ecoturismo	Resposta	
1.1 A região é propícia ao desenvolvimento de atividades do Ecoturismo?	O Não [17]	O Sim [18]
1.2 O Ecoturismo pode atrapalhar a vida do produtor rural?	O Não [19]	O Sim [20]
1.3 Você mudaria hábitos e comportamentos pelo Ecoturismo?	O Não [21]	O Sim [22]
1.4 A colaboração dos moradores é desnecessária num projeto de Ecoturismo?	O Não [23]	O Sim [24]
1.5 A comunidade deve participar do processo de planejamento do Ecoturismo?	O Não [25]	O Sim [26]
2 Impactos Ambientais		
2.1 As queimadas podem inviabilizar as atividades do Ecoturismo?	O Não [27]	O Sim [28]
2.2 O cuidado e o tratamento do lixo são desnecessários?	O Não [29]	O Sim [30]
2.3 Os agrotóxicos são perigosos para a saúde e para o meio ambiente?	O Não [31]	O Sim [32]
2.4 O esgoto da casa pode ser destinado para os arroios?	O Não [33]	O Sim [34]
2.5 As margens dos arroios podem ser utilizadas para a agricultura?	O Não [35]	O Sim [36]
3 Meio Biótico		
3.1 O desmatamento é necessário para a agricultura prosperar?	O Não [37]	O Sim [38]
3.2 A caça de animais silvestres é proibida por Lei?	O Não [39]	O Sim [40]
3.3 As matas e os animais atrapalham o desenvolvimento rural?	O Não [41]	O Sim [42]
3.4 As matas e as árvores são importantes para a vida das pessoas?	O Não [43]	O Sim [44]
4 Meio Abiótico		
4.1 Acha importante cuidar de fontes e nascentes de água?	O Não [45]	O Sim [46]
4.2 O ar poluído com fumaça e poeira causa problemas de saúde?	O Não [47]	O Sim [48]
4.3 A erosão do solo é um problema causado pela natureza?	O Não [49]	O Sim [50]
4.4 A poluição da água é causada pelo ser humano?	O Não [51]	O Sim [52]
5 Viabilidade Turística		
5.1 A falta de asfaltamento da RS-422 é um problema para o Ecoturismo?	O Não [53]	O Sim [54]
5.2 Os moradores podem promover o Ecoturismo sem ajuda do Poder Público?	O Não [55]	O Sim [56]

6. Cite um local que você considera um potencial natural para atividade do Ecoturismo:

7. Cite uma possível dificuldade que possa atrapalhar a atividade do Ecoturismo:

Observação: _____

ANEXO G – Principais potenciais naturais citados conectados com os devidos entrevistados

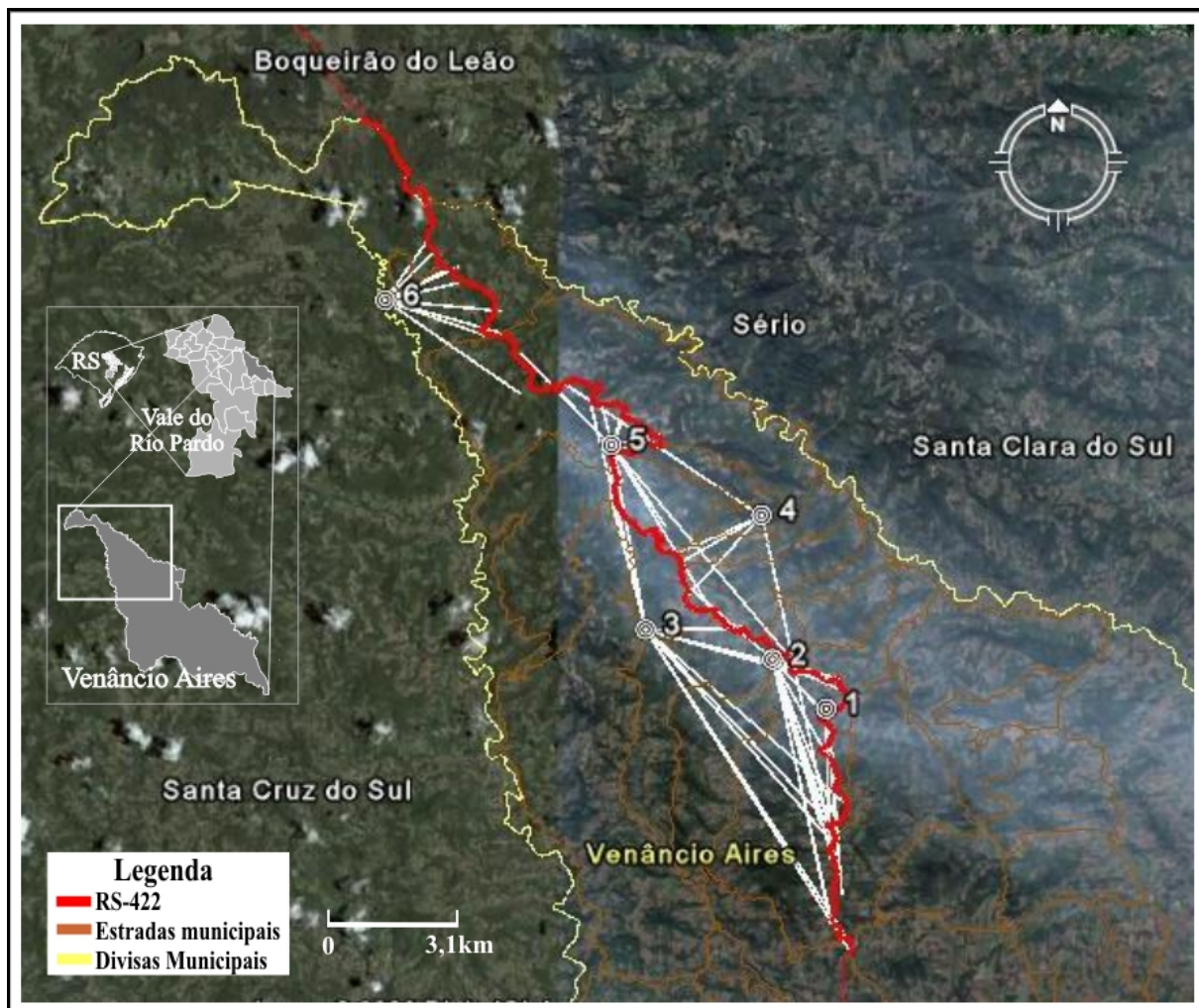


Figura 47: Mapa de conexão dos potenciais naturais mais citados com os respectivos entrevistados que os citaram, sendo 1) a gruta Nossa Senhora de Lourdes; 2) Figueira Centenária; 3) Cascata Véu de Noiva; 4) Cascata de João Closs; 5) Cascata da Escola; e 6) Cascata de Linha América.

Fonte: Elaborado pelo Autor.